

Desejo de enciclopédia: o saber total

Phellipe Marcel da Silva Esteves



Desejo de enciclopédia:
o saber total

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente

Marco Americo Lucchesi

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores

Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação

Suely Dias

Centro de Cooperação e Difusão

Fernando Santos Berçot

Centro de Pesquisa e Editoração

Iuri A. Lapa e Silva (substituto)

Coordenação de Editoração

Claudio Cesar Ramalho Giolito

Serviço de Editoração

Paula Rocha Machado



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Desejo de enciclopédia: o saber total

Cadernos
da
Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro



2023

Editor

Hudson Rabelo

Produção Editorial

Paula Rocha Machado

Preparação de Originais

Carlos Santa Rosa

Hudson Rabelo

Revisão de Provas

Carlos Santa Rosa

Projeto Gráfico Original

André Lippmann

Rodrigo de Mello Alves

Projeto Gráfico Adaptado,

Diagramação e Tratamento de

Imagens

Eliane Alves

Assistente Editorial

Taiyo Jean Omura

Coordenação de Editoração

Av. Rio Branco, 219, 5ª andar

Rio de Janeiro – RJ | 20040-008

editoracao@bn.gov.br

www.gov.br/bn

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional



DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P538

Esteves, Phellipe Marcel da Silva, 1983-

Desejo de enciclopédia : o saber total / Phellipe Marcel da Silva

Esteves. – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

256 p. ; 12 x 19 cm. – (Coleção Cadernos da BN; v. 20)

ISBN 978-65-5940-017-1

1. Enciclopédias e dicionários – História e crítica. 2. Enciclopédias e dicionários – Brasil – História e crítica. 3. Lexicografia – História. 4. Língua portuguesa – Lexicografia – História. I. Biblioteca Nacional (Brasil) II. Título. III. Série.

CDD- 030.9

*À minha mãe, dona
Neves, que tanto se
orgulharia deste livro.
Toda homenagem é
insuficiente para você.*

Sumário

Prefácio

José Edicarlos de Aquino

9

Apresentação: Discurso e conhecimento

15

A publicação de enciclopédias no Brasil e no mundo:
estrutura e acontecimento

31

Um desejo enciclopédico: de jornais
e armazéns a obras em tomos

47

Esquecimentos, apagamentos, *perdas*

75

O popular, o útil e o prático no enciclopedismo

103

Os sucessivos projetos de enciclopédias brasileiras
no século XX

121

O que significam as enciclopédias no Brasil?

Do XIX ao XXI

219

Prefácio

José Edicarlos de Aquino

Se as enciclopédias são objetos voltados para o grande público desde o início de sua história, como declara o autor de *Desejo de enciclopédia: o saber total*, é espantoso que elas tenham ficado até agora fora do radar das pesquisas dos linguistas, sendo, quando muito, içadas aqui e lá para o estudo de algum termo ou conceito específico, mas raramente assumam o lugar de elemento central de análise. Phellipe Marcel da Silva Esteves não apenas traz esses instrumentos para o centro da investigação, como também, no que é um dos seus grandes méritos, faz um resgate de obras apagadas pela historiografia, mostrando que, também nesse domínio (mais um!), o Brasil constitui uma peça importante da história intelectual, da história dos livros e das publicações; pois, por aqui, diferentemente do que se alega, as enciclopédias foram produzidas desde muito cedo, e em um número nada negligenciável.

Numa visita guiada pelos corredores e estantes da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, num verdadeiro trabalho de arquivo, comparável talvez a uma minuciosa atividade de garimpo, que, felizmente, nunca nos oferece

ouro de tolo, o autor não reduz sua pesquisa a extrair frases-pepitas das enciclopédias para comprovar essa ou aquela teoria, antes exibindo-nos, sem pudor e com uma aparente veneração ou amor, as enciclopédias elas mesmas. Nesse trabalho de garimpo, o autor descreve as primeiras enciclopédias produzidas no Brasil do século XIX e traça os vestígios de outras que ainda esperam ser encontradas; aponta também as obras desse gênero lançadas ao longo do século XX e os projetos que foram sendo abandonados ao longo do caminho, sem deixar de marcar, com um breve aceno, a fabricação digital desses instrumentos no nosso século XXI.

Phellipe Marcel da Silva Esteves identifica o que considera os discursos regulares nas enciclopédias. São eles, segundo o autor, o discurso sobre o popular, o ilustrado, a urbanidade, além do próprio enciclopedismo. Nessa enseada, as enciclopédias são apresentadas como instrumentos que produzem discursos que manifestam com frequência uma colisão entre discursos dominantes e discursos de menor representatividade, mas não completamente silenciados, numa disputa na qual imperam pesos como ciência, civilização, educação e cultura. Fazendo um apanhado das várias ocorrências desses inúmeros discursos mobilizados pelas enciclopédias, podemos conhecer, em diferentes graus de profundidade, o que mostram os desdobramentos quase infindáveis de uma pesquisa de fôlego: o discurso científico e de divulgação científica, o humorístico, o iluminista, o revolucionário, o discurso sobre a comida e a alimentação, o médico e/ou dietético, o geopolítico, o eurocêntrico, o cristão, o discurso nacionalista e de irmanação, o civilizatório, o discurso sobre o

conhecimento, o imagético, o histórico, o metalinguístico, o discurso de agradecimento e de dedicatória, o neoliberal, o jornalístico. Ao passar por esses discursos, faz-se, por exemplo, uma esmerada reflexão sobre a divulgação científica, e mostra-se a imbricada relação entre discurso científico e discurso enciclopédico a partir de uma análise dos recursos linguístico-tipográficos das enciclopédias. Atribui-se, assim, sentido ao que poderia passar por anedótico ou pueril, como a organização de uma folha de rosto.

O autor traça uma história das enciclopédias a partir do evento inaugural da *Encyclopédie*, de Diderot e D’Alembert, e analisa o papel estabilizador de sentidos que essa obra teve sobre as que vieram depois, bem como as rupturas que ela imprimiu quanto à produção e organização do conhecimento em sua época. Ele chega, inclusive, a notar outros empreendimentos anteriores que foram apagados pela *Encyclopédie*. Ao tratar da chegada da prática enciclopédica no Brasil do século XIX e durante o século XX, a pesquisa realizada na presente obra, fazendo jus à afirmação de que a história e o tempo ficam marcados nas técnicas de composição de um livro, nos permite acompanhar, na verdade, toda uma história do Brasil: reflete, portanto, não apenas sobre o sentido de “enciclopédia” no nosso país, mas também sobre a constituição de um sujeito brasileiro no discurso enciclopédico. Levanta-se, assim, o modo como questões nossas vão se materializando nas enciclopédias brasileiras: as divisões e tensões territoriais e políticas; a formação das classes sociais e a concepção do que é popular; as línguas promovidas (e apagadas) e o próprio nome da língua; as manifestações culturais valorizadas (e esquecidas); o nível de desenvolvimento da ciência

e a agenda científica; as prioridades científicas; a organização do conhecimento; os nomes chamados a escrever enciclopédias; as produções artísticas (visuais) em decadência e em ascensão; a fragilidade dos órgãos públicos e a atuação da iniciativa privada na produção das enciclopédias; a ação dos grandes grupos econômicos e o seu discurso sobre a esquerda (que vão entrando nas enciclopédias como se fossem neutros); as relações geopolíticas e epistemológicas com o velho mundo; os projetos de valorização nacional; os trabalhos de descolonização.

Somos aqui apresentados a um novo tipo social – intelectual –, que já está aí há algum tempo andando comedido entre nós, longe das *selfies* intelectuais: o enciclopedista. E que sujeito cativante e matreiro ele é, se nos convenceremos do que o autor nos diz sobre ele: um sujeito que dota de unidade o saber a ser transmitido às futuras gerações e neutraliza o que é significado como dispensável, ocupando, assim, o “lugar de sucedâneo de agente de produção da constituição de uma dada ciência”, sendo, em última análise, um “substituto imaginário da posição de *cientista*”.

Os ditos e feitos dos enciclopedistas são apresentados nesta obra dentro da história das ciências, da história do livro e da Análise de Discurso. Nesse périplo, acaba-se promovendo, sob a forma de uma agenda, digamos, uma importante contribuição para a História das Ideias Linguísticas no Brasil. Tratando as enciclopédias como “instrumentos linguísticos de meta-saberes”, em contraste com os dicionários e gramáticas (definidos como instrumentos linguísticos por excelência no trabalho da História das Ideias Linguísticas), o texto propõe a questão de saber

o que liga e o que distingue todos esses instrumentos, e em que medida as enciclopédias trabalham as questões da língua e do conhecimento linguístico, com todas as suas implicações técnicas e políticas. Deve-se considerar, sobretudo, como nos lembra o autor, a pouca informação metalinguística da obra fundadora das enciclopédias, a *Encyclopédie* de D'Alembert e Diderot. O campo de pesquisa é vasto e algumas questões recebem alguma orientação na presente investigação. Ao analisar justamente as ambições da *Encyclopédie*, o autor nos mostra que é como enciclopédia e dicionário que a obra se apresenta: caberia às enciclopédias a explicitação de uma hierarquia dos conhecimentos da humanidade, enquanto aos dicionários caberia a tarefa de apresentar os princípios gerais e os detalhes mais essenciais do corpo e da substância das ciências, artes e ofícios.

Analistas de discurso reconhecerão sua teoria e poderão julgar se ela foi bem trabalhada. Embora seja uma profanação separar teoria e análise, sobretudo quando se fala de Análise de Discurso, me arrisco a dizer que o grande público poderá (o que não recomendo) pular todas essas partes teóricas e se divertir com o fantástico mundo das enciclopédias apresentado por Phellipe Marcel da Silva Esteves. São poucas as obras – e os autores – que conseguem se apresentar sob essa dupla possibilidade de leitura, enchendo os nossos olhos com uma erudição acessível e empolgante, mas mantendo intacto o compromisso com os protocolos de seu instrumental teórico-analítico. Cada leitor, segundo sua bagagem e seus intentos, poderá se beneficiar das simplificações e dos aprofundamentos teóricos espalhados ao longo do texto, além de informações

deliciosas (como aquela a respeito do discurso sobre a alimentação nas enciclopédias brasileiras!).

No fim, é difícil não concordar com o autor quando ele julga haver uma grande perda epistemológica com o apagamento das primeiras enciclopédias brasileiras da história (linguística e intelectual). Descobrimo e resgatando esses instrumentos, disponibilizando-os para todos nós, e também analisando outras publicações, como jornais e almanaques, Phellipe Marcel da Silva Esteves acaba por repetir o gesto dos enciclopedistas que queriam partilhar o saber, preocupando-se com a instrução (e a diversão) do público – com a diferença de que ele sabe bem que o saber total perseguido pelas enciclopédias só se realiza no campo do desejo e é erguido, contraditoriamente, ao preço de apagamentos. Temos, portanto, muito a agradecer ao autor por esse gesto de generosidade, uma qualidade que caracteriza bem sua personalidade, como sabem aqueles que têm o prazer de conhecê-lo.

Apresentação: Discurso e conhecimento

- *What does music feel like?* — Hanna asks.
— *“Music: A combination of sounds, with a view to beauty of form and expression of emotion.”*
— Erik Heller answers.
— *I want to hear it for myself.*
— *We have all we need right here.* — Erik says,
looking at the encyclopedia.
— *It’s not enough.* — Hanna mourns.

(HANNA, 2011)

É no papel que o conhecimento se registra, se legitima, se faz saber, mas o papel nunca é suficiente. Nenhum registro gráfico – verbal e não verbal, impresso ou virtual, seja ele literário, poético, documental, histórico, científico, mítico etc. – é capaz de dar conta de como o *real* invade as vidas humanas, tampouco de explicar a forma como vários aspectos da experiência social se desenrolam. O que há são incapacidades, insuficiências constitutivas, mas existe sempre a aposta na tentativa, no investimento

linguístico, imagético, musical – discursivo, de modo geral – em expressar aquilo que é inexprimível, mas que se imagina (ou não) ser explicável. A produção de um saber sobre as coisas, sobre a história, a literatura, as ciências, a vida. Um saber sobre o saber. As enciclopédias tateiam e tentam figurar como uma dessas produções e, em suas definições, afirmações, negações, interrogações, aspas, itálicos, ilustrações, pinturas, gravuras e demais marcas, demais materialidades discursivas, falham de modo a não satisfazer nem leitor nem objeto: nada é inteiro nas enciclopédias, mas tudo se encontra nelas. Basta saber que nem o *tudo* é inteiro. Interessantemente, esse é um paradoxo produtivo: uma ilusão de completude, de tudo conter, mas que projeta necessariamente, e explicitamente, uma parcialidade diante dos objetos descritos, interpretados, apresentados nas enciclopédias. Isso vemos nas adjetivações de seus títulos: há enciclopédia *popular, portuguesa, britânica, brasileira, bororo, da mulher, da família, das grandes invenções, da juventude* etc.

Claudine Haroche, em 1984, publica na França o livro *Faire dire, vouloir dire* (traduzido no Brasil como *Fazer dizer, querer dizer*, e publicado em 1992), numa tentativa de demonstrar como o surgimento das gramáticas coincide com a constituição da imagem dos sujeitos como unos, indivisíveis e membros de uma sociedade marcada pela ilusão de completude: um sujeito de direito, dono de si, de suas ideias, de sua língua. As gramáticas são um sintoma desse propósito da coesão social: é “pela imposição da transparência, a exigência da clareza, o ideal de completude que se inscrevem diretamente na subjetividade” (HAROCHE, 1992 [1984], p. 22). O homem vai se tornando aquilo que

hoje se entende como homem no empreendimento, na fábrica iluminista, e isso deve informar como se entende que seja sua língua. Nas gramáticas, bem como em outros livros, são encontradas diretrizes, matrizes e normas de ser não apenas da língua, mas também desses sujeitos. Na *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot, de 1660, por exemplo, nomeia-se o primeiro capítulo da segunda parte do livro da seguinte forma: *Que la connaissance de ce qui se passe dans notre esprit est nécessaire pour comprendre les fondements de la grammaire; et que c'est de là que dépend la diversité des mots qui composent le discours* (“Que o conhecimento daquilo que se passa no nosso espírito é necessário para compreender os fundamentos da gramática; e que é disso que depende a diversidade das palavras que compõem o discurso”). É uma correlação extrema entre aquilo que se sabe do (pensamento do) homem e aquilo que se conhece de sua língua/gramática. Podemos dizer que, nas enciclopédias, também se crê que se vai conhecendo a imagem do homem que nasce concomitantemente à edição desses livros monumentais.

Neste livro, privilegiamos as enciclopédias, que se proliferam contemporaneamente a outros objetos que tentam descrever as coisas do mundo e que materializam em suas páginas um saber fazer, um discurso sobre as técnicas, as tecnologias, as ciências, as coisas do mundo. Elas são obras em que se visa ensinar tudo aquilo que é predominantemente significado como importante em dada formação social, de modo a fixar padrões de comportamento, de pensamento, de técnicas, de artes. Também são volumes de livros em que as ideias científicas, de modo geral, se difundem a um grande público que, por vários motivos,

não teria acesso ao discurso científico. São, portanto, uma forma de divulgação e tradução do trabalho da ciência.

Na epígrafe que abre este capítulo, extraída do filme *Hanna* (2011), a protagonista é criada pelo pai adotivo numa floresta isolada ao norte da Finlândia, fora do alcance da eletricidade, de outros sujeitos, da tecnologia digital contemporânea. Vivendo à base de caça, ela e o pai se reúnem à noite e leem, juntos, enciclopédias. Leem sobre tudo: baleias, línguas estranhas àquela familiar à Hanna (o inglês), a divisão geográfica da Alemanha. Hanna nunca ouviu música, e certa vez indaga ao seu tutor como ela é. As enciclopédias respondem a essa suposta essência das coisas. O homem lê o verbete na enciclopédia, e a filha não fica contente: não é o suficiente, mas é o que há. É o possível de se conhecer naquelas condições.

Numerosas pesquisas sobre dicionários e gramáticas têm surgido no âmbito do projeto História das Ideias Linguísticas (capitaneado por Sylvain Auroux na França e por Eni Orlandi no Brasil desde os anos 1990, numa empreitada interinstitucional que reúne uma boa quantidade de pesquisadores), principalmente com o objetivo de desnaturalizar que o saber linguístico circule apenas nas teorias linguísticas formuladas como tais. Em outras palavras, as ideias e teorias sobre língua e linguagem são constituídas, formuladas e circulam em espaços não circunscritos aos meios científicos, especializados, de produção explícita de conhecimento. Além disso, essas investigações defendem que esses instrumentos produzem sentidos sobre as línguas, e também sobre as formações sociais em que são concebidos. Sylvain Auroux afirma, em relação às gramáticas, aos dicionários e à produção de

saberes sobre a história da escrita oriental, que “os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar às teorias sobre o nascimento da história das escritas, elas são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações” (1992, p. 66). Também menciona um longo estudo da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert sobre os caracteres e alfabetos das línguas mortas e vivas.

Apesar de referidas, as enciclopédias não são longamente abordadas por autores que estudam as teorias linguísticas¹, muitas vezes, explora-se apenas os verbetes e artigos enciclopédicos que remetam direta, objetiva e explicitamente a saberes metalinguísticos, enquanto a maior parte da produção de sentidos nesses instrumentos não se torna objeto de análise, tampouco suas condições sócio-históricas de produção. Por exemplo, não raro, pesquisadores resolvem verificar nas enciclopédias o modo como os verbetes “língua”, “fala”, “idioma” são significados, mas milhões de outras palavras são negligenciadas nas análises.

Ainda não foi publicada nenhuma pesquisa de grande relevo sobre a temática das enciclopédias. Um indício disso é que a *Encyclopedia popular*, de 1879, uma das primeiras enciclopédias brasileiras de divulgação científica,² não tem

1. A bem da verdade, no Brasil pouco se diz, na academia, sobre enciclopédias. Esse fato não se restringe aos estudos da linguagem.

2. Deve-se considerar que, em 1863, foi publicada a *Encyclopedia do riso e da galhofa* (PECHINCHA, 1873 [1863]), um repertório de piadas, anedotas, charadas etc. Consideramo-la, em nossa tese de doutorado (ESTEVES, 2014), como a primeira enciclopédia brasileira, apagada pela historiografia. Veremos, ao longo das páginas seguintes, que outras enciclopédias, até anteriores à que leva a autoria de Pechincha, sequer são mencionadas, em retrospecto, pela historiografia.

sido contemporaneamente³ abordada em nenhuma pesquisa sobre enciclopédias, mas apagada da história. Outra dessas é a *Encyclopedia dos Conhecimentos Uteis*, que teve José Antonio do Valle como redator-chefe, foi publicada em 1846, e outrora constava no acervo da Fundação Biblioteca Nacional. São pouquíssimos os indícios de sua existência, como será demonstrado nos capítulos a seguir. Ao contrário, costuma-se indicar como primeiras enciclopédias do país o projeto de *Enciclopédia brasileira* de Mário de Andrade – que nunca foi plenamente concretizado e que é foco de estudo de Mariani (2020), em excelente artigo em que também são abordados o projeto de enciclopédia de Euryalo Cannabrava (1957) e a enciclopédia organizada por Antônio Houaiss (1983) –, a *Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira* (1958), a *Enciclopédia Brasileira Mérito* (1958) e mesmo a *Enciclopédia Barsa* (1964). Assim, também ficam de fora do escopo das pesquisas publicações como a *Encyclopedia e dicionario internacional* (1920), o *Thesouro da juventude* (1925), entre outras: a todas essas é possível ter acesso no setor de Obras de Referência da Biblioteca Nacional. Há um número gigantesco de enciclopédias impressas, e um grande vácuo na pesquisa relativa a elas. Tantas informações e sentidos científicos silenciados, apagados da pesquisa epistemológica, e pouco resgate dessa memória, da disputa por espaço na enciclopédia, da luta por compor o conhecimento, do desejo de se fazer circular a ciência *no país e do país*. Há toda uma história da divulgação científica no

3. Mesmo pensando em retrospecto, Valladão (1942) é um dos poucos a considerá-la na história sobre enciclopédias no Brasil.

país (e também uma história da própria formação da ciência no Brasil) que carece de consecução, simplesmente porque ignora as enciclopédias como espaço privilegiado em que se produz efeitos de sentido sobre esses objetos – que são, por si só, objetos de ciência.

Há uma ligação indissociável entre legitimação da produção de conhecimento, escrita e imprensa. As práticas não estão desligadas da constituição das ciências, da produção teórica e da circulação de saberes. Os fazeres estão diretamente vinculados ao conhecimento, visto que o *fazer* passa pelo *como fazer*, e ninguém precisa ser cientista para que o saber científico o interpele, incida pontual e maciçamente em sua forma de viver, de pensar, de fazer o que se sente obrigado ou à vontade para fazer. Parodiando o filósofo Louis Althusser, as ideologias científicas reverberam nas ideologias práticas, ou as práticas teórico-científicas dominantes ressoam nas práticas teóricas pré-científicas.

Esses saberes se imiscuem a outros em instrumentos como a enciclopédia, que os interpreta em seu trabalho de divulgação e tradução. As ideologias teóricas, num processo de parafraseagem, permeiam também as ideologias práticas. Hoje, por exemplo, já é muito disseminada a ideia de que o ponto de vista antecede o objeto e de que tudo é relativo. As ideias de Saussure e Einstein, dois dos mais importantes nomes das ciências humanas e exatas do século XX, se tornaram senso comum sem que seus nomes sejam necessariamente conhecidos por quem repete suas ideias. Nem discurso direto nem discurso indireto, simplesmente a paráfrase/paródia de enunciados que alcançaram *status* de sempre-já-lá. E o movimento é dialético: os sentidos

circulantes em dada formação social alcançam a ciência. Dos saberes à forma, eles se materializam, sobretudo, na escrita. De acordo com Bachelard, para produzir o trabalho científico é necessário que a linguagem comum seja traduzida em linguagem científica:

A linguagem científica é, por princípio, uma neolingua-
gem. Para ser entendido na cidade científica, é preciso
falar cientificamente a linguagem científica, traduzindo
os termos da linguagem comum em linguagem cientí-
fica. Se se desse atenção a esta atividade de tradução
frequentemente mascarada, perceber-se-ia que há assim
na linguagem da ciência um grande número de termos
entre aspas. (BACHELARD, 1972 [1953], p. 37).

A língua da ciência não é a mesma língua, não signi-
fica da mesma maneira, que a língua de outras práticas.
Trata-se, com estas, de outras posições ocupadas no meio
social. Daí a necessidade, de acordo com Bachelard, da
ocorrência de colocar-se termos entre aspas em textos
científicos: a língua das outras práticas é significada como
alienígena, e esse estranhamento precisa ser explicitado
com alguma marca, algum destaque. Mas e quando se trata
de levar a ciência para um lugar comum a outros homens,
àqueles que não são cientistas? Na prática enciclopédica,
é esse o trabalho: traduzir a linguagem científica não para
uma língua comum, supostamente inferior à científica –
noção inexistente, em nossa visada teórica –, mas para uma
outra posição no discurso, uma posição enciclopédica, que
difere das posições científicas, mas que dialoga com a da
ciência e, muitas vezes, a emula. As formas de significar

da posição discursiva enciclopédica atuam no sentido de ela funcionar como uma sucedânea do discurso científico. Ao fazer isso, acaba também por reverberar um discurso nacional(ista), religioso, escolar, familiar, dada a dialética da ciência com essas outras instituições. Aparelhos, aparatos e dispositivos que chamam, conclamam, regem as práticas dos sujeitos.

A entrada do discurso científico no discurso enciclopédico se dá de modo análogo à entrada daquilo que Bachelard chama de “linguagem comum” no discurso científico: a partir das aspas e outros recursos que recorrem à enunciação. Paráfrases. Repetições. Menções a autores e áreas científicas. O discurso enciclopédico, por se caracterizar pela integralidade sobre os saberes, é repleto de recursos linguísticos que remetem não só a outras vozes, mas a outras posições discursivas: travessões, parênteses, aspas, dois-pontos, reticências; mas também verbos *dicendi*, paráfrases, paródias, citações etc.

Tudo que você quer, tudo que você não sabe

A editora Abril Cultural lança, em 1977⁴, uma enciclopédia em volume único com o ousado título *Tudo*. Com milhares de páginas e uma lombada ocupada inteiramente

4. “Apesar do grande investimento em publicações relacionadas à área de educação, o grande destaque da editora [Abril] ocorreu, na década de 1970, na área de produtos “culturais”. A Abril Cultural, de 1968 até 1982 (data em que essa empresa deixou de existir), lançou mais de 200 fascículos, livros e discos no mercado editorial e fonográfico brasileiro. Foram vendidos mais de um bilhão de fascículos, 30 milhões de romances e 11 milhões de enciclopédias” (PEREIRA, 2009, p. 50).

pelo título do livro, em letras garrafais e corpo enorme, essa enciclopédia encarna bastante o ideal de completude de produtos editoriais do mesmo tipo. Além dessa obra, várias outras contam, em seus subtítulos, com expressões como “tudo que você precisa/quer saber sobre X”. Entre elas, apesar de ser uma tradução, há uma publicação da editora Flamboyant chamada *Saber viver (Ela enciclopédia)*, publicada em 1967. A conjuntura nacional parece impor que algumas coisas sejam aprendidas, que algum conhecimento seja imposto como obrigatório. É preciso um tudo saber viver.

Análise e história das enciclopédias

Quem estuda as enciclopédias? Quem estuda a ciência? Quem estuda a inter-relação das duas, da história dos livros, da história das ideias linguísticas? É possível pensarmos na própria história das ciências, que contempla o modo como as ideias científicas vão se constituindo, e também como se dão rupturas ao longo do tempo. Para Canguilhem,

Há três razões para fazer a história das ciências: histórica, científica, filosófica. A razão histórica, extrínseca à ciência, entendida como um discurso sobre um setor delimitado da experiência, reside na prática das comemorações, no fato das rivalidades na pesquisa da paternidade intelectual, nas querelas de prioridade [...]. Esta razão é um fato acadêmico, ligado à existência e à função das Academias e à multiplicidade das Academias nacionais. (CANGUILHEM, 1972 [1968], p. 9).

Propomos que a análise das enciclopédias se dê no âmbito da história das ciências, mas não apenas. As enciclopédias, pode-se dizer, já se inscrevem na motivação histórica de se fazer uma história das ciências. Elas mencionam os nomes, as invenções e, com isso, difundem as técnicas, não raramente priorizando um discurso nacionalista. No entanto, para pensarmos nas enciclopédias, temos também de considerar que a formação dos próprios cientistas já há algum tempo passa pela leitura de obras de referência, entre elas, as enciclopédias. Segundo Suaiden (2000), as bibliotecas públicas brasileiras anteriores à criação do Instituto Nacional do Livro (em 1937) contavam com orçamento muito enxuto, em geral gasto com a compra de dicionários, enciclopédias e material didático. Além disso, os funcionários que trabalhavam nessas instituições, diante de requisições de consulentes, em geral lhes recomendavam a cópia também de dicionários e enciclopédias. Assim, a formação científica frequentemente se inaugurava com a leitura de enciclopédias. Se a história das ciências não é o único campo em que as enciclopédias podem figurar como objeto, no entanto, onde mais poderíamos falar dela? Vejamos o que mais Canguilhem fala da história das ciências:

Existe uma razão mais especificamente científica, sentida pelos sábios na medida em que eles são pesquisadores e não acadêmicos. Aquele que chega a um resultado teórico ou experimental até então inconcebível, desconcertante para seus pares contemporâneos, não encontra nenhuma sustentação, por falta de comunicação possível na cidade científica. É porque, cientista, ele deve acreditar na

objetividade de sua descoberta, ele busca, se por acaso, o que ele pensa não teria já sido pensado. É procurando tornar crível sua descoberta no passado, pela impossibilidade de fazê-lo momentaneamente no presente, que um inventor inventa seus predecessores. (CANGUILHEM, 1972 [1968], p. 9-10).

Falando de enciclopédias, existem razões para além das históricas para que se faça a sua história. Se é necessário que haja uma história das ciências para que o cientista não repita o que já foi pensado – produzindo, desse modo, o impensável –, é necessário que haja uma história das enciclopédias para que se entenda como se dá e se deu a circulação dos conhecimentos nos distintos Estados nacionais e para que não testemunhem o apagamento dessas publicações tão importantes para a produção e legitimação de saberes. Assim, mobilizamos, nas páginas que seguem, a história das ciências e a história do livro atravessadas pela análise do discurso: uma teoria que, cruzada pelas contradições do materialismo histórico, da psicanálise e da linguística, visa capturar como o discurso vai materializando distintas ideologias, considerando-as como produção de evidências.

Um pouco mais de teoria

Na Análise de Discurso, seguimos determinados procedimentos de leitura do arquivo:

(...) em primeiro lugar, a língua aparece a partir daí como a base do processo discursivo, ou seja, como aquilo que dá suporte ao processo, sem se identificar: assim, o sistema lexical da língua, assim como o conjunto de regras sintáticas que são estudadas pela linguística, preexistem a todo efeito discursivo, como base material desse processo. Inversamente, essa base não seria capaz de, por si mesma, determinar o processo discursivo, que, apoiando-se completamente sobre a língua, resulta de condições de produção exteriores à língua (essas condições sendo, no caso, sociológicas e históricas): se adicionamos que os traços visíveis do processo são constituídos pelos fenômenos de seleção-combinação pelos quais se forma a “cadeia linguística”, vê-se que o objetivo do método é, nessas condições, identificar sistematicamente os fenômenos no interior de um material de que se pressupõe a homogeneidade quanto a suas condições de produção dominantes. (GAYOT & PÊCHEUX, 1971, p. 687; tradução nossa).

A Análise de Discurso de linha francesa – conforme concebida por Michel Pêcheux, de 1969 em diante, e reterritorializada no Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi – se constituiu ao longo das décadas como uma disciplina de práticas de leituras que identificam as filiações ideológicas dos discursos considerando o sujeito não

como fonte do dizer, mas como inscrito em determinados processos discursivos. Para isso, a Análise de Discurso apoia-se na ruptura epistemológica provocada por três outras disciplinas:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (...) atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX & FUCHS, 1990 [1969], p. 163-164).

Coisas a saber, o nada e o tudo

Epistemologicamente, pode-se afirmar que há uma grande perda com o apagamento das primeiras enciclopédias brasileiras. É notório: deixa-se de observar que sentidos de ciência (ou seja, o que se imagina ser a *ciência*, e como esse imaginário vai se transformando historicamente) e quais sentidos científicos (como os conhecimentos científicos vão se inscrevendo nas enciclopédias brasileiras) circulam nesses instrumentos: tal observação mais atenta poderia esclarecer como a ciência vai se construindo no Brasil e como vai sendo divulgada para o público (amplo ou restrito).

Além disso, nas enciclopédias se produz aquilo que Pêcheux (2006 [1983], p. 41) chama de *coisas a saber*

– em outras palavras, sentidos sobre como os sujeitos devem circular pelo mundo e, especificamente, o quê, como, quando, onde, quanto podem e devem agir: aprendê-las é uma dica para compreender como se constituem discursivamente as normas (científicas, sociais, culturais, disciplinares etc.). Apenas um trabalho exaustivo nos arquivos do maior acervo de obras de referência do Brasil – a Biblioteca Nacional – permitiu que fosse empreendida uma análise discursiva e histórica das enciclopédias brasileiras: diante da escassez de fontes bibliográficas secundárias que permitam a leitura das enciclopédias e mesmo a possibilidade de se conhecerem as primeiras publicações desse tipo no Brasil, foi necessário voltar às fontes primárias, trilhando, com atenção e minúcia, os caminhos desses instrumentos, mas também prestando atenção aos rastros que essas enciclopédias foram deixando, ainda que por vez estes sejam os traços de seu sumiço, de sua perda, do roubo de suas letras.

Resta-nos dizer que nossa exposição, embora tenha contado com os arquivos e as amplas possibilidades de material fornecidas pela Fundação Biblioteca Nacional, não se colocou inteira: não foi um levantamento cronológico das enciclopédias do Brasil, quanto menos um catálogo. Em linhas gerais, procuramos entender o que significa e em que repercute publicar enciclopédias, permitir que determinados saberes circulem em âmbito local, regional, nacional, internacional. Além disso, acabamos por refletir sobre alguns discursos regulares que surgem nesses instrumentos: o discurso sobre o popular, sobre o ilustrado, sobre a urbanidade, sobre o próprio enciclopedismo. São instrumentos que contam com títulos de peso,

respeitáveis, imaginariamente sérios, e que produzem discursos que frequentemente demonstram um choque entre discursos dominantes e discursos que contam com menos voz, menos representatividade, menos oficialidade (e que, ainda assim, falam), muitas vezes com o aval dos significantes *ciência, civilização, educação, cultura*. O sujeito enciclopedista, o lexicógrafo que organiza o saber, é, em última análise, substituto imaginário da posição de *cientista* no sentido fornecido por Althusser em sua Tese 34:

Os cientistas são os agentes de produção do processo de produção de uma ciência determinada no campo de sua prática. Eles ocupam um lugar e uma função definidos por esta prática, e, em última instância, pelo processo do qual ela depende. (ALTHUSSER, 1973 [1967-1968], p. 128).

O enciclopedista, portanto, ocupa o lugar de sucedâneo de agente de produção da constituição de uma dada ciência, mas seu lugar é também definido por sua prática: o enciclopedista fornece unidade ao saber que deve ser transmitido às gerações à frente, neutralizando aquilo que é significado como desnecessário. O paradoxo da plena concordância: diz-se que se diz de tudo, mas diz-se que esse todo é aclamado por uma quase unanimidade. Se qualquer unanimidade é impossível, o que é esse *nada* que escapa ao *tudo* das enciclopédias? Esperamos mostrar como os saberes dominantes ganham espaço nesses instrumentos, mas também como transpiram, mesmo à sombra, resistência.

A publicação de enciclopédias no Brasil e no mundo: estrutura e acontecimento

Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião. Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais (...). De História do Brasil, era farta a messe (...) Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! (...) Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, *enciclopédias*, compêndios, em vários idiomas. (BARRETO, 2008 [1911], p. 12-13; grifo nosso).

Subsídios e referências. Enciclopédias significam, ao longo de sua história, livros que dão base a leituras outras. São indicadas como lugares de onde, havendo dúvida sobre algum detalhe, é possível extrair as informações necessárias para a leitura. As enciclopédias substituem a experiência.

Na Análise de Discurso, a partir de Orlandi (1998, p. 15), consideramos que há dois movimentos discursivos básicos no que tange à forma como páginas, impressos, registros escritos comparecem no discurso⁵: trata-se dos mecanismos da *paráfrase* e da *polissemia*. Na paráfrase, um funcionamento se repete em relação a outro, no sentido de que, por exemplo, verbetes de uma enciclopédia vão se inscrever num discurso de divulgação científica, e não num discurso humorístico: uma enciclopédia se comportaria como uma “enciclopédia propriamente dita”. Em outras palavras, um objeto significa aquilo que é esperado dele num/pelo discurso dominante. Uma repetição, um modo de dizer o mesmo, mas de modo diferente. Já a polissemia é da ordem da ruptura: se uma enciclopédia não cumpre aquilo que é esperado dela, ela significa de modo distinto em relação à rede de enciclopédias existentes. Na paráfrase, “apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível” (ORLANDI, 1998); na polissemia, “nas mesmas condições de produção imediatas (locutores e situação) há no entanto um deslocamento, um deslizamento de sentidos” (ORLANDI, 1998).

A enciclopédia que cumpre o papel de estabilizar os sentidos e o funcionamento das demais é a *Encyclopédie*, dirigida por Diderot e D’Alembert, editada entre 1751 e 1772 na França e iniciadora de uma série de cópias (de

5. Definimos “discurso” aqui no sentido mesmo de Formação Discursiva, o complexo de tudo aquilo que pode e deve ser dito em dadas condições de produção sócio-históricas, noção fornecida por Michel Pêcheux a partir de 1969 (1990 [1969]) e desenvolvida em obras posteriores.

verbetes, por exemplo, ou às vezes do texto integral) por parte de outros empreendedores, gráficos, editores etc. Planejada como uma tradução da *Cyclopaedia* inglesa – publicada em 1728, por Ephraim Chambers – ela segue outro caminho, aumentando significativamente em volume e promovendo uma reorganização das ideias, principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento e à epistemologia da Idade Moderna. Não se trata simplesmente de ter apoiado explicitamente revoluções político-ideológicas, tampouco de definir uma reformulação da economia, como se poderia imaginar, mas de promover mesmo uma reorganização dos saberes, bem como reformar a imagem de homem, de sujeito, que existia à época:

O elemento radical da *Encyclopédie* não provém de uma visão profética da revolução francesa e da revolução industrial, mas de sua tentativa de retrair o mapa do mundo do conhecimento, substituindo-o por novos limites determinados pela razão, somente pela razão. (DARNTON, 2013 [1979], p. 32; tradução nossa).

Nas primeiras linhas da *Encyclopédie*, já se assume: “A *Enciclopédia* que ora apresentamos ao público é obra de uma sociedade de letrados” (D’ALEMBERT, 2015 [1751], p. 43). É um grupo de filósofos, cientistas e pensadores *letrados*, imersos nas *letras*, nos *livros*, e não apenas na voz, na fala cotidiana, que se reúne no sentido de produzir mais *letras* e *livros*. Possivelmente, compartilhando seu saber.

Se cotejarmos a afirmativa anterior de Robert Darnton com os subtítulos e/ou demais elementos das folhas de

rosto da *Encyclopédie* e de outras duas enciclopédias anteriores a ela, poderemos ter uma ideia melhor de como ela representou, mesmo entre livros com títulos parecidos, uma ruptura polissêmica.

Elementos textuais das folhas de rosto de três enciclopédias europeias

As folhas de rosto dizem muito sobre a veiculação da autoimagem de um livro. No caso das enciclopédias, elas podem antecipar em que discurso elas se inscrevem nas páginas que seguem. Contrastando os elementos textuais da folha de rosto da *Encyclopédie* com as de outras duas enciclopédias (a de Johann Heinrich, de 1630; e a já apresentada, de Chambers), chegamos ao seguinte:

a) **Título:** *Johannis Henrici Alstedii, encyclopaedia septem tomis distincta...*⁶

6. Sobre a enciclopédia de Alsted, de 1630, disponível na Biblioteca Nacional – embora fora de circulação –, Auroux e Mazière afirmam: “Cet ensemble est à mettre en relation avec un vaste mouvement pédagogique, dont les implications concernent le rassemblement des connaissances sous forme d’encyclopédie permettant un apprentissage aisé de toutes les sciences, et l’accès aux langues par le biais de nouvelles grammaires. En 1630, Johann Heinrich Alsted (1588-1638), dans sa *Scientiarum omnium encyclopaedia septem tomis distincta*, l’une des encyclopédies les plus célèbres jusqu’à l’ouvrage de Diderot e D’Alembert (1751), n’hésitait pas à reprendre la distinction médiévale entre la «*grammatica universalis*», ou plus simplement «*grammatica speculativa*», et les «*grammaticae speciales*» (...): la première est une science, et, comme telle, nécessaire; les seconds sont accidentelles. C’est par lui, sans doute, que le célèbre pédagogue Comenius (1592-1670) confortera son projet encyclopédique, jamais mené à bien” (AUROUX & MAZIÈRE, 2007, p. 141). Tradução nossa: “Esse conjunto deve ser relacionado com um vasto movimento pedagógico, cujas implicações

Ilustrações com palavras inscritas: Theologia // Jurisprudentia // Medicina // Mechanica // Philosophia // Varia.

b) **Título:** *Cyclopaedia*

Subtítulo: *or, An universal dictionary of arts and sciences containing the definitions of the terms, and accounts of the things signify'd thereby, in the several arts, both liberal and mechanical, and the several sciences, human and divine (...).*

c) **Título:** *Encyclopédie*

Subtítulo: *ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (1751-1772): par une société de gens de lettres.*

Conforme é possível interpretar pelas passagens sublinhadas, tanto a alemã *Encyclopaedia septem tomis distincta*, de Alsted, quanto a inglesa *Cyclopaedia*, de Chambers, anteriores à francesa editada por Diderot e D'Alembert, ou elegem a teologia como ciência primeira (a alemã insere, nas extremidades da folha de rosto, nomes das ciências constantes na enciclopédia, e “Theologia” é o

concernem à reunião dos conhecimentos sob a forma de enciclopédia, permitindo uma aprendizagem facilitada de todas as ciências, bem como o acesso às línguas por meio de novas gramáticas. Em 1630, Johann Heinrich Alsted (1588-1638), em sua *Scientiarum omnium encyclopaedia septem tomis distincta*, uma das enciclopédias mais célebres até a obra de Diderot e D'Alembert (1751), não hesitou em retomar a distinção medieval entre a “grammatica universalis”, ou simplesmente “grammatica speculativa”, e as “grammaticae speciales” (...): a primeira é uma ciência, e, como tal, necessária; as segundas são acidentais. É por ele, sem dúvida, que o célebre pedagogo Comenius (1592-1670) reforçará seu projeto enciclopédico, nunca concluído” (AUROUX & MAZIÈRE, 2007, p. 141).

nome que figura no quadrante superior esquerdo) ou posicionam o divino em paralelismo com a “ciência humana” (conforme é registrado na *Cyclopaedia*, em “the several sciences, human and divine”). Já a *Encyclopédie* francesa se afirma como voltada a uma “société de gens de lettres”, sem qualquer menção a alguma divindade, religião, teologia: a tônica muda. A religião, para D’Alembert, é “destinada unicamente a regulamentar nossos costumes e nossa fé”, e tanto no Velho quanto no Novo Mundo “o abuso da autoridade espiritual, unida à temporal, forçava a razão ao silêncio; e pouco faltou para que se proibisse o gênero humano de pensar” (D’ALEMBERT, 2015 [1751], p. 159; 161).

“Uma representação enciclopédica e potencialmente infinita”

Antes da *Encyclopédie*, a teologia ocupava lugar de ciência-piloto, diretriz, para outras ciências. Institucionalmente, inclusive. A Igreja tinha posição privilegiada mesmo na autorização de publicação de resultados de pesquisas e de reflexões científicas e filosóficas. Para além de questionarmos se o corpo, o miolo das enciclopédias anteriores à de Diderot e D’Alembert, *confirma* o sentido dominante da teologia como essa ciência principal, conforme presente nas folhas de rosto, cumpre considerarmos como se configuram folhas de rosto: elas representam uma das formas mais sintéticas de apresentação da obra e produzem efeitos sobre sua autoimagem e sobre a imagem que as enciclopédias fazem de sua posição epistemológica, disciplinar,

política, ideológica. As escolhas que as enciclopédias julgam fazer se imprimem em suas folhas de rosto.

É, então, a partir da *Encyclopédie* que as enciclopédias vão se imaginando e se lançando como objetos de divulgação do saber humano (em contraposição, talvez, a um conhecimento divino) e como instrumentos linguísticos (ainda que desprovidos de informação metalinguística, conforme AUROUX, 2008) em ordem alfabética. Assim, tal obra consta como se tivesse sido a primeira enciclopédia, ou talvez como a primeira enciclopédia em ordem alfabética. Não foi nem uma coisa nem outra, mas isso é o de menos na história dessas obras: elas deixam marcas pontuais e explícitas na história, demarcando-se como inaugural ou não na historiografia. É como enciclopédia e dicionário que a obra francesa vai se apresentando:

A obra cujo primeiro volume publicamos hoje tem dois objetivos. Como *Enciclopédia*, deve expor, tanto quanto possível, a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos; como *Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*, deve conter, sobre cada ciência e cada arte, seja liberal, seja mecânica, os princípios gerais em que se baseia e os detalhes mais essenciais que formam o seu corpo e substância. (AUROUX, 2008, p. 47).

Uma divisão distinta. Às enciclopédias caberia a explicitação de uma hierarquia dos conhecimentos *humanos*. A um dicionário, os princípios gerais e os detalhes mais essenciais do corpo e da substância de seu objeto: no caso, das ciências, artes e ofícios. Como responder a essas necessidades que se julgam complementares, mas que formatam

instrumentos que, hoje, não são tão confundíveis assim, apesar de fundidos outrora? Os funcionamentos são dois, e podem ser explicados por D’Alembert:

Falta-nos mostrar como procuramos conciliar, neste *Dicionário*, a ordem enciclopédica com a ordem alfabética. Utilizamos para isso três meios, o sistema figurado que se encontra no início da obra, a ciência a que dado verbete se refere e a maneira pela qual o verbete é tratado. (...) para conhecer o lugar que deve ter o verbete na *Enciclopédia*, basta verificar, no sistema figurado, que posição essa ciência ocupa. (AUROUX, 2008, p. 133).

Produz-se, com isso, o efeito de sentido de que, a despeito da ordem alfabética adotada na obra, existe um mapa das ciências em que não figura a teologia, apesar de incluir a “Ciência de Deus”. A combinação de ordem alfabética, categorização enciclopédica de ciências e artes e oposição às religiões é algo que (a)firma a *Encyclopédie* como um discurso enciclopédico fundador, embora seu modelo não seja integralmente parametrizado em outros sistemas editoriais e formações sociais. É possível então afirmar que há um apagamento de outras práticas enciclopédicas anteriores à *Encyclopédie*, embora seus modos de funcionamento sejam herdados por obras anteriores: uma organização não alfabética do conhecimento e um beneplácito da igreja e de religiosos não são completamente incomuns em publicações posteriores.

O conhecimento pode ser organizado de quantos modos diferentes? D’Alembert e Diderot, no “Discurso preliminar” da *Encyclopédie*, se ocupam de responder a essa

questão em dezenas de páginas, resenhando as contribuições de diversos filósofos, cientistas, historiadores de seu tempo e aquém. Contudo, justificam terem escolhido a ordem alfabética em seu empreendimento da seguinte maneira:

Pareceu-nos [a ordem alfabética] mais cômoda e mais fácil para nossos leitores, que, desejando instruir-se sobre a significação de uma palavra, encontrá-la-iam mais facilmente num dicionário alfabético do que em qualquer outro gênero. Se tivéssemos tratado as ciências separadamente, fazendo de cada uma um dicionário particular, não somente a pretensa desordem da sucessão alfabética ter-se-ia tornado realidade nessa nova disposição como um tal método estaria sujeito a inconvenientes consideráveis, pelo grande número de palavras comuns a diferentes ciências que teria sido necessário repetir várias vezes ou dispor ao acaso. (AUROUX, 2008, p. 219)⁷.

O que importa dizer, entretanto, é que, na história dos livros, o empreendimento francês é destacado dentre outros, que são silenciados. A *Encyclopédie* instaura uma discursividade, uma estrutura: não é possível produzir um saber enciclopédico sem que ela venha à mente. Quando hoje se falar de saber enciclopédico, de competência enciclopédica, de significado enciclopédico, de propriedade enciclopédica – por exemplo, em obras do semioticista italiano Umberto Eco –, é à obra de Diderot e D’Alembert

7. Nessa sequência, o “Discurso preliminar” já conta também com redação de Diderot, segundo a edição consultada.

que se faz alusão, ainda que tácita. Mesmo alguns analistas do discurso, como Dominique Maingueneau, trabalham com uma noção de saber enciclopédico que poderia não ser válida caso não existisse a obra francesa. Para o autor:

Para compreender um enunciado, não basta para um sujeito mobilizar sua competência linguística, ele deve também apelar para um *saber enciclopédico*, isto é, o conhecimento do mundo que ele adquiriu. Em “Paulo visitou a França” é o saber *enciclopédico*, e não o domínio da gramática e do léxico, que permite determinar a que se referem “Paulo” ou “a França”. Os conhecimentos enciclopédicos variam de um indivíduo a um outro e são abertos: enriquecemo-los continuamente. (MAINGUENEAU, 1998 [1996], p. 51).

Assim, o saber enciclopédico, para esse analista do discurso, diz respeito a um saber externo aos mecanismos linguísticos, a um saber que não se restringe a um sujeito ter ou não conhecimento do funcionamento gramatical e lexical de sua ou de outra língua. *Enciclopédia* vira quase sinônimo de *mundo*, o que não deixa de ser uma valorização da enciclopédia, uma palavra que representa qualquer domínio que não seja o da língua.

Veja-se que Eco (1991 [1984]) distingue dicionário de enciclopédia a partir de uma divisão que é empreendida mormente na obra de Diderot e D’Alembert: “Uma semântica em forma de enciclopédia é, sem dúvida, mais interessante do que uma em forma de dicionário” (p. 175), comenta o autor, ao apontar vantagens de se pensar no estrato dos sentidos com um modelo não tão limitado

quanto o dicionarístico, mas abrangente como o enciclopédico. À frente, insiste: “Uma representação enciclopédica é potencialmente infinita” (p. 180). Tal caráter de exaustividade, comprimento e totalidade é um sentido dominante na *Encyclopédie*.⁸

8. Poderíamos prosseguir aqui inutilmente nessa diferenciação, que já foi exaustivamente trabalhada em diversas correntes da filosofia. Por exemplo, num artigo sobre semântica publicado na *Enciclopédia Einaudi*, veículo de extensos capítulos sobre diversos campos, áreas e subáreas do conhecimento, Diego Marconi – professor de filosofia da linguagem no Departamento de Filosofia e Ciência da Educação da Università di Torino – afirma: “Se se entende que um dicionário deva conter informação à volta do sentido dos lexemas de uma língua, enquanto uma enciclopédia contém informações à volta da sua extensão, então a posição de Putnam comporta uma parcial *redução do dicionário à enciclopédia*, em tudo coerente com a tese acima citada de Thomason [1974], segundo a qual a compilação de um dicionário “exige um notável conhecimento do mundo”, ou seja, um conhecimento de tipo enciclopédico. Diametralmente oposta a esta posição é a concepção de Leibniz segundo a qual uma enciclopédia, ou pelo menos o seu núcleo fundamental, não é mais do que a explicitação ordenada das relações entre conceitos: através da análise dos conceitos complexos nos seus constituintes simples, as verdades científicas são reduzidas a verdades analíticas, que dependem do sentido das palavras. A dificuldade deste projecto de *redução da enciclopédia ao dicionário* está claramente ligada à existência de verdades que não parecem depender do sentido das palavras: se se afirma, por exemplo, que a verdade de ‘A ureia é sintetizável artificialmente’ depende do sentido das palavras, ter-se-á que admitir que ninguém conhece o sentido de ‘ureia’ (ou de ‘sintetizável artificialmente’) antes de 1828” (MARCONI, 1984, p. 320). Só nesse trecho, já é possível ter uma ideia de como a questão já foi arrolada por diversos autores. Para nós, basta mostrar que, apesar de haver distinções – por exemplo, nós mesmos, em Esteves (2014), já tratamos os dicionários como instrumentos de saber metalinguístico e as enciclopédias como instrumentos linguísticos de meta-saberes –, há, mais do que tudo, confusões muito produtivas do ponto de vista discursivo.

Apesar de ser pensada desse modo, a *Encyclopédie* nunca foi uma obra barata:

Mas quais foram os limites sociais do consumo da *Encyclopédie*? A questão pode parecer impertinente, uma vez que a ciência econômica não explica o que é “consumir” um livro, e também porque comprar um livro e o ler são duas atividades bem diferentes. Contudo, a compra de um livro é um ato significativo, tanto do ponto de vista cultural quanto do econômico. Ela leva a algumas indicações sobre a difusão das ideias para além do meio intelectual no interior do qual a história cultural se encontra habitualmente escanteada. [...] Pode-se medir a penetração da *Encyclopédie* nas classes populares calculando-se seu preço em pão, o item alimentar básico do Antigo Regime e elemento essencial da alimentação cotidiana da maior parte dos franceses. Um exemplar da primeira *Encyclopédie* in-folio valia próximo de dois mil, quatrocentos e cinquenta pães, e um quarto novo, seiscentos pães (...). (DARNTON, 2010 [1983], p. 228-229; tradução nossa).

E Darnton prossegue:

Pode-se então afirmar que as duas primeiras edições tiveram um preço tão elevado que não conseguiram penetrar para além do círculo restrito de cortesãos, *piliers de salon* e parlamentares progressistas que constituíam a vanguarda cultural. As edições menos caras eram sem dúvida produtos de luxo, mas ao preço de algum esforço elas puderam encontrar espaço em muitos orçamentos

da classe média – algo próximo do que acontece hoje com as enciclopédias. (DARNTON, 2010 [1983], p. 230; tradução nossa).

A compra de uma enciclopédia é, assim, vinculada a um investimento. Não necessariamente um investimento econômico, mas um investimento cultural, a despeito de a ação não acompanhar inequivocamente o gesto de leitura dos livros. Outras publicações com títulos parecidos vão conquistando esse espaço de *status* cultural, numa disputa por sentidos do que significaria conter todo o conhecimento do mundo. Se algumas se afastam da teologia, das religiões, das ciências ditas divinas, já no século XVIII, circula uma enciclopédia protestante impressa por Barthélemy de Félice, em Yverdon (DARNTON, 2010 [1983], p. 211).

Essa prática enciclopédica chega ao Brasil no século XIX com grande vigor, mas também com muitos apagamentos e silenciamentos na história do livro. A gênese da publicação de enciclopédias do Brasil é um trabalho repleto de equívocos. As versões sobre qual foi a primeira delas são diversas, e, de acordo com nossas pesquisas em arquivos, todas erradas, o que será visto com mais vigor no capítulo 4. Vale notar, contudo, que foram várias as etapas de publicação de enciclopédias no país, e que, substantiva e adjetivamente, a palavra vai ganhando contornos da totalidade autoprojeta na obra francesa. No século XVIII, não pudemos encontrar nenhuma obra desse tipo no Brasil, coerentemente com a história de publicações do país, que só ganha escopo e volume com a chegada da corte portuguesa no começo do século XIX – mesmo a despeito de, com a grandeza da então colônia, haver

vidas culturais independentes da sudestina. Essa grandeza do país significa a empresa da enciclopédia de modos diferentes, como veremos no próximo capítulo. E, como reflete a Análise de Discurso, há dois megafuncionamentos discursivos que dão conta de explicar a reprodução e a ruptura, a reorganização dos dizeres: a estrutura, conforme já categorizamos a publicação de enciclopédias desde a *Encyclopédie*, e o acontecimento, que irrompe da estrutura como uma possível instauração de novas discursividades. Recuperemos essa história e compreendamos como se comportam essas publicações.

O ensino universal das artes, ciências, técnicas

A história das enciclopédias mostra como aquilo que entendemos como artes, ciências e técnicas vai se modificando com o tempo. Conforme temos visto, esses livros se constituíram como veiculadores do saber. Mas o saber vai mudando de nome. Por exemplo, na obra teuto-belga, de 1661, chamada *Cursus mathematicus*, creditada a Gaspar Schott (Gasparis Schotti) – reedição de uma obra homônima publicada por volta de 1640 por Pierre Hérigone –, as temáticas e disciplinas que são acopladas ao significante “matemática” são muitas. Entre elas, além de geometria, aritmética, trigonometria etc., há a astronomia, a astrologia, a cronografia (que incluiria o relato dos acontecimentos em ordem cronológica), a geografia, a hidrografia, a horografia, a mecânica, a estática, a hidrostática, a hidrotécnica, a óptica, a catóptrica, a dióptrica, a arquitetura (contendo a arquitetura militar), a polêmica (significada, à época, como o modo cotidiano como as cidades se defendem e se

atacam, englobando também armas de guerra), a tática, a música (da grega antiga à latina moderna, com regras de melodia) e a logarítmica. Não é exagerado dizer que a ciência matemática era significada com um lugar de prestígio entre as tantas outras: à época, um racionalismo crescente parece tomar conta das disciplinas, e nada mais inequívoco que o discurso matemático, que a ordem das equivalências, de tal modo que uma quase-totalidade das ciências faria parte da matemática, figurando como subconjuntos seus numa enciclopédia como a de Schott.

É relevante apontar o título completo da obra bilíngue – latim e francês – de Hérigone, que não inclui o substantivo “enciclopédia”, mas que acaba inspirando o livro de Schott: *Cursus mathematicus, nova, brevi, et clara methodo demonstratus per notas reales et universales, citra usum cujuscunque idiomatis intellectu faciles* – *Cours mathématique, démontré d’une nouvelle, brieve et claire méthode, par notes réelles et universelles, qui peuvent être entendues facilement sans l’usage d’aucune langue*. Em nossa tradução, *Curso matemático, demonstrado por um método novo, breve e claro, com notas reais e universais, que podem ser facilmente entendidas sem o uso de nenhuma língua*. Há, desde o título dessa primeira edição do *Curso*, uma preocupação que circulava predominantemente no discurso científico da época: a compreensão de regras universais por sujeitos universais, sem que fosse necessária a intermediação das práticas linguísticas. As diferentes línguas poderiam atrapalhar o aprendizado da matemática – e de suas subdisciplinas –, dado que trairiam a razão. O saber científico é formatado por um modelo: o do saber matemático. Apesar de a teologia ter

sucumbido à ciência dita “humana”, não “divina”, a matemática segue regendo.

A fascinação pelo discurso da matemática e sua inscrição nessa escrita da totalidade que são as enciclopédias também está presente nas publicações brasileiras. Antes mesmo de as enciclopédias se disseminarem com mais vulto no país, Eduardo de Sá Pereira de Castro (SÁ, 1870) publicava, em 1870, um manual de matemática em 26 páginas com o título de *Encyclopedia artistica para o lycêo das artes e officios do Rio de Janeiro pelo bacharel E. de Sá*. O autor já publicara, antes, livros sobre leitura e geografia. Sua enciclopédia, um curto livro que continua as regras e noções básicas da geometria descritiva, era voltada aos alunos secundaristas do Liceu. Aí podemos ver o que o adjetivo “artística” significa no século XIX, se falado por um discurso enciclopédico-escolar: fazer arte significa fazer a arte clássica, que envolve conhecimentos matemáticos e de instrumentos de desenho. A preocupação com a correção geométrica dos desenhos de planos faz-se presente. Na apresentação, uma sentença pessimista quanto ao livro, quanto ao que ele promete ao leitor: “Não vale nada o meu trabalho, em nada póde auxiliar-te, mas ahi o tens, é teu, dispõe d’elle como te aprouver. § Rio, 4 de Abril de 1869”. Essa apresentação, não assinada, é endereçada a um Bittencourt, possivelmente, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, então professor de desenho do Liceu de Artes e Officios. O paradoxo: se o livro é feito para o Liceu de Artes e Officios, por que, ao se o apresentar, afirma-se sua inutilidade, principalmente ao professor que deveria usá-lo? Talvez mais um caso em que a tão apagada história da vida privada do Brasil do século XIX poderia nos ajudar.

Um desejo enciclopédico: de jornais e armazéns a obras em tomos

trinta e cinco

*nunca olhei para um objeto
que não retribuísse o olhar*

dedico-me a sentimentalizar pedras

(BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS,
139 epigramas para sentimentalizar pedras)

Ao longo do século XIX, as enciclopédias ainda não eram instrumentos providos de um formato fixo no Brasil. Prova disso é o tamanho indefinido dessas obras, que vão de cerca de vinte a mais de mil páginas. No entanto, além de os livros não possuírem uma identidade própria com que se pudesse reconhecê-los, havia também outros objetos que se apresentavam como enciclopédias, ou pelo menos como enciclopédicos. Havia outras *coisas, instituições,*

publicações que se afirmavam com essas palavras, que se definiam ou se predicavam assim. Os significantes “enciclopédia”, “enciclopédico” e flexões estampam não apenas enciclopédias e dicionários enciclopédicos – dos quais Nunes (2007) trata primorosamente. Há também publicações na imprensa que reproduzem essas palavras em seus títulos e subtítulos, além de comércios que delas se apropriam, produzindo efeitos de sentido que também reverberam na forma como as enciclopédias são compreendidas. O que significa, para além dos livros, no século XIX brasileiro, ser enciclopédico?

No Pará, de 1855 a 1858, foi publicado o periódico – ou eventual, pois não havia edições regulares – *O colono de Nossa Senhora do O: Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mecânicas*. Na cidade do Rio de Janeiro, saiu, em 1861, o *Ilustração brasileira: jornal encyclopedico*. Em 1899, em São Paulo, é fundado *O Archivo Illustrado: Encyclopédia Noticiosa, Scientifica e Litteraria*. Em 1900, na cidade de Volta Redonda, começa a rodar o *Almanach do Armazem Encyclopédico: contendo o calendario, informações uteis e catalogo dos artigos que compõe o seu variadissimo sortimento*. Todas estas são publicações que se apresentavam como periódicas e que carregavam consigo o propósito civilizatório das enciclopédias, o que se percebe pela leitura dos títulos. Agricultura, indústria, comércio. Ilustração. Ciência, literatura. Informações úteis. Significantes que remetem a um aprendizado, e que também se desdobram para algo mais: se é necessário ensinar, é porque há sujeitos que não sabem, que precisam aprender o necessário nessa recém-nação.

E esses títulos significam além de livros. No *Almanach do Armazem Encyclopédico*, do Sul Fluminense, vê-se não apenas um impresso que se coloca como enciclopédico, mas o próprio comércio de que ele faz propaganda. A pretensão de um armazém se qualificar como enciclopédico é quase a mesma de um *shopping center* hoje se apresentar como o lugar onde *tudo* pode ser encontrado. Uma ambição sem tamanho para uma nação ainda repleta de problemas sociais – no século XIX e no século XXI.

Por que uma publicação esporádica que fazia campanha imigracionista para o Pará, um jornal de ideologia positivista e iluminista da então capital do Império, um outro diário da ascendente São Paulo e um armazém responsável pela publicação de um almanaque selecionariam “enciclopédico” e “enciclopédia” para figurar em seus títulos, em suas designações, em suas qualificações? O que esses quatro objetos – esses quatro registros da imagem que se faz de enciclopédia de meados do século XIX ao começo do século XX – têm em comum? E mais: como essa infiltração, essa circulação insidiosa, mas marcante, desses significantes pode provocar efeitos sobre as enciclopédias já existentes e as do porvir? Sússekind (1990)⁹ apresenta como hipótese que cadernos e seções especiais dos periódicos brasileiros dos 1800 já constituíssem algo como uma enciclopédia, em seu ideal de mapa do conhecimento:

E, museus de tudo, as folhas recreativas e as “Miscelâneas”, seções de “Variedades”, “Folhetins”, “Apêndices” e

9. Devo essa leitura ao colega pesquisador residente Eduardo Sinkevique, que me recomendou o livro.

“Fatos Diversos” dos periódicos das primeiras décadas do século XIX talvez tenham sido, a seu modo, uma espécie de versão local da *Encyclopédie*. Assim como tentativas conscientes de suprir falhas na formação e na instrução de seus leitores potenciais. (SÜSSEKIND, 1990, p. 79).

O que dizer, portanto, de periódicos que, para além de cumprirem esse papel de enciclopédia dos trópicos coloniais, se autoproclamam enciclopédias? Reafirmam o status de servir, à la *Encyclopédie*, como uma cartografia do conhecimento, junto a obras literárias e outras produções discursivas:

Cabia não só a essas enciclopédias sob forma de periódicos trazer “a terra inteira” aos gabinetes de leitura locais, também à produção literária cumpria instruir, servir de mapa e manual histórico e científico. E, a cada nova avaliação estrangeira negativa sobre o ensino e os conhecimentos da população brasileira, parecia aumentar a urgência de a literatura e a imprensa se fazerem viagem ilustrada, *encyclopédie*. (*idem*, p. 82-83).

Os relatos de estrangeiros, avaliando o modo de vida do brasileiro, eram uma forma de constituir esse mapa de nosso tudo, mas havia outros mapas sendo produzidos por brasileiros, que também davam conta desses modos de vida. Veremos a seguir como cada uma dessas quatro publicações se inscreve histórica e discursivamente no percurso das enciclopédias brasileiras.

O colono de Nossa Senhora do O': Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mecânicas

Uma publicação de imigração e construção de uma cidade campesino-industrial: é assim que resumimos as condições de produção desse periódico tão distante daquilo que é considerado hodiernamente centro urbano no Brasil do século XIX. Fora daquilo que hoje é considerado Sul e Sudeste. Fora mesmo do Nordeste. A vida cultural, editorial, do Grão-Pará se lança autonomamente e em disputa com a do restante do Império.

A epígrafe que abre cada uma de suas edições canta: “Je veux concourir, dans la mesure de mes forces, au bonheur de mes citoyens”. Em tradução livre, “Quero contribuir, até onde permitam minhas forças, para o bem-estar de meus cidadãos”. Ladeando a imagem de uma mulher em meio a diversas ferramentas e produtos agrícolas, o enunciado em francês não é casual: representa o *status* de língua de cultura que o idioma projeta não só para a capital Rio de Janeiro, mas também para as regiões mais ao norte do Brasil. Para Francivaldo Alves Nunes,

A ilustração fazia referência à figura de uma bela e jovem mulher que na flor de sua mocidade seduzia a todos com seus encantos, tendo em sua volta diversos e vistosos frutos. (...) a imagem não apenas estava associada à jovialidade da agricultura no Pará, afinal grande parte da população da província atuava no trabalho de extração de produtos florestais, deixando a agricultura como atividade secundária, mas ainda ressaltava as qualidades

de mãe, protetora e alimentadora; papéis atribuídos à agricultura como trabalho capaz de garantir o sustento das famílias, sua reprodução, como ainda oferecia a possibilidade de tempos vindouros de prosperidade para a Amazônia. (NUNES, 2011, p. 16).

Discursivamente, é possível pensar nessa imagem como significando simbolicamente a promessa de dias frutíferos/frutuosos, de dias de trabalho, de dias de beleza. Ao mesmo tempo, o subtítulo do periódico, que assaz nos interessa, e motivo pelo qual incluímos tal obra no *corpus*, implica nessa promessa: numa cidade que ainda está em formação, produz-se a imagem de que são as práticas de trabalho que levarão o sujeito ao desenvolvimento econômico, político e social. Primeiramente, o título, mesmo antes do subtítulo, já direciona o público-alvo, mas também o sujeito que se pensa constituir com a leitura do impresso: o colono de Nossa Senhora do Ó. Um colono que trabalha e que deve aprender. Mas que trabalho é esse, e como pode ser sintetizado? *Agricultura, indústria, comércio, navegação e artes mecânicas*.¹⁰ Um movimento de paráfrase com a enciclopédia francesa, que se anuncia como

10. Veridiano Henrique dos Santos Carvalho publica, no Rio de Janeiro, em 1868, o *Manual Mercantil ou encyclopedia elementar do commercio brasileiro*. Para Blake, “Este livro tem muitas edições, a saber: segunda em 1871 ; terceira em 1874, quinta em 1882, sexta em 1884, decima em 1889 ; a decima quinta, augmentada com os mais recentes actos relativos á arrecadação do sello, portes do correio e disposições fiscaes, em 1894; a decima sexta, em 1896, in-4º, e a ultima, finalmente, decima oitava, em 1901” (BLAKE, 1902, p. 345; 346). A alta quantidade de reedições aponta para um forte interesse no discurso sobre comércio no Brasil.

racional de ciências, artes e metiês. Mas, no periódico paraense, a imagem da mulher compõe-se discursivamente com a agricultura, deixando os outros itens do título sem imagem que possa representá-los: não há, por exemplo, nenhuma imagem representando indústria, comércio, navegação, artes mecânicas.¹¹ Uma falha, um desencontro, que já sinaliza uma certa ênfase discursiva no trabalho que será significado na publicação. E, em vez de racional, popular – o que não exclui também possíveis sentidos de racionalismo, mas põe em ênfase o efeito de popularidade, sobre o que falaremos em capítulo adiante –, em vez de hiperônimos, hipônimos. Ainda há, ao lado esquerdo da imagem, a informação sobre onde possíveis assinantes podem encomendar próximas edições: nota que muda entre as edições, incluindo o valor da assinatura trimestral, 1\$000 (mil réis). Vejamos a apresentação do periódico em sua primeira edição, de 15 de outubro de 1855:

11. É oportuno relatar aqui uma lembrança pessoal. No Palácio da Associação Comercial do Porto (Portugal), há pinturas na abóbada de um dos salões que retratam justamente as riquezas da região. Há uma ilusão de transparência e de tradução entre as imagens e as riquezas da terra, mas veem-se a agricultura, a indústria, a justiça e a universidade. O prédio começou a ser construído em 1842, e a primeira inauguração, parcial, do lugar se deu em 1848. Talvez seja arriscado afirmar, mas pode-se dizer que havia, à época, a circulação de um discurso de riquezas regionais que priorizava sua representação no corpo dos trabalhadores, na imagem neoclássica de mulheres. Musas, protetoras, patronas do trabalho. Havia um desencontro, contudo. Note-se que, na gazeta brasileira, não se mencionava a universidade, ou a academia, ou as letras, ou os estudos. Não eram significados como trabalho. Não eram considerados capital, tampouco justiça.

Começa hoje o COLONO a sua vida publica, inteiramente entregue á protecção dos Paraenses, que amaõ os interesses reaes de sua Paria [*sic*]. Gazeta exclusivamente agricola, industriosa e commercial, tratará da agricultura em todos seus ramos, e, com especialidade, aquelles que podem ser admittidos na colonia de Nossa Senhora do O'; e bem assim da Industria, e do Commercio. Noticiará os acontecimentos, os progressos, e as necessidades da colonia; os costumes dos colonos, e tambem o que se der de justo ou injusto a respeito della. Sahirá, por emquanto, duas vezes por mez, com intervallo de 15 dias, em uma folha; além de artigos sobre Industria e Commercio, os terá tambem de Phisica e Chimica, de Mechanica applicada ás Artes, Agricultura e Navegação, receitas e noticias uteis, procurando pôr ao alcance de todos aquillo que para alguns he ainda desconhecido. Aceitão-se correspondencias que estejaõ nos fins deste programma. He propriedade de José do O' de Almeida, e creado para animar a empreza da colonia Nossa Senhora do O', e protegêl'a, quanto he possivel por este meio. Recebem-se assignaturas á mil réis por trimestre, pagos no fim de cada vencimento. He coiza demonstrada a tendencia actual dos bons espiritos, dos que, cançados de luctas estereis, vêem só nos melhoramentos moraes e materiaes o meio de elevar este rico paiz á grandeza, para que o destinou a Providencia. Um periodico, portanto, instituido nestas vistas merecerá por certo as sympathias dos bons, e a animação dos que podem dál-a. Uma e outra esperamos, assim como os conselhos dos entendidos, e as advertencias dos illustrados. (COLONO, anno 1, n. 1, 15 de outubro de 1855).

Retomando essa promessa da primeira edição, conseguimos apurar alguns efeitos produzidos por ela: são leitores, ou protetores da leitura da gazeta, os *paraenses, que amam os interesses reais de sua pátria* – ou Pátria. Essa vírgula antes do pronome “que” é fundamental para um dos efeitos provocados pela gazeta: o de integração nacional. Ela faz com que a proposição seja explicativa, podendo ser parafraseada por um “porque”: o jornal seria entregue aos paraenses porque eles amariam os interesses reais de sua pátria. Trata-se daquilo que Pêcheux chama de *feito de sustentação*: “a articulação de asserções, que se apóia sobre o que chamamos o “processo de sustentação”, constitui uma espécie de *retorno do saber ao pensamento*” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 110-111).

No parágrafo a seguir, mais uma vez enfatiza-se a agricultura:

(...) exclusivamente agricola, industriosa e commercial, tratará da agricultura em todos seus ramos, e, com especialidade, aquelles que podem ser admittidos na colonia de Nossa Senhora do O'; e bem assim da Industria, e do Commercio. (COLONO, anno 1, n. 1, 15 de outubro de 1855).

Indústria e comércio, nesse parágrafo, depois de toda uma exposição sobre a agricultura e separados dela por ponto e vírgula, são legados a um apêndice das artes da terra. E, assim, vai-se reforçando o sentido de que a colônia servirá a um trabalho manual campestre. Uma nova cidade, uma urbanidade que se funda não sobre os serviços e a indústria, mas sobre a agricultura.

A gazeta se promove como um espaço em que circulariam – marginalmente – saberes sobre “Industria e Comercio”, mas também sobre *física e química, de mecânica aplicada às artes, agricultura e navegação*, de modo a *pôr ao alcance de todos aquilo que para alguns é ainda desconhecido*. Notemos que todo o conhecimento que é fornecido pelo periódico se afirma como voltado ao trabalho – lembrando a polissemia de artes no século XIX, maior do que a presente em muitos discursos contemporâneos, significando também *técnica* –, e que se trata de um desconhecido que não pode permanecer como tal.

Algo que também deve ser salientado na abertura dessas edições de *O colono* é a promessa de dias melhores por meio dos *melhoramentos morais e materiais*, depois de *cansados de lutas estéreis*, com a finalidade de *eleva este rico país à grandeza para que o destinou a providência*. Muito pode ser dito aqui. O Pará passou, entre os anos de 1835 e 1840, por um período de turbulência política e reivindicações populares, determinado por um abandono da região pelo recém-proclamado Império Brasileiro, como se ela não fizesse parte do país. Pobreza, carência generalizada, escravidão, miséria entre a população ribeirinha – os cabanos –, provocaram a insurgência, que levou à morte de algo entre 30% e 40% da população. A gazeta ora analisada provavelmente faz parte de uma série de discursos que busca apaziguar o estado das coisas, bem como assimilar antigos e novos colonos ao poder já estabelecido de maneira conformada – afinal, estariam todos *cansados de lutas estéreis*. Assim, o periódico minimiza a importância dos movimentos sociais, e, em tom conciliador, se inscreve num discurso iluminista,

moralista e consumista de educação e aquisição material. Com a agricultura:

Após a cabanagem, houve necessidade de recompor a lavoura devastada pela guerra popular. A economia agrária, voltada para a produção de gêneros exportáveis, nunca se desenvolvera suficientemente. (...) A cabanagem porém atingira duramente a lavoura da cana, que tinha seu suporte na mão-de-obra escrava. Também atingira a pecuária, em Marajó. Andréa, o pacificador da província, defrontou-se ainda com o problema do cabano desmobilizado. (SALLES, 1973, p. 53).

Retomando parágrafos anteriores, quando se afirma que o conhecimento veiculado pela gazeta *para alguns é ainda desconhecido*, não é forçar o limite imaginar que alguns desses que ainda desconhecem determinados saberes são esses cabanos desmobilizados, uma massa que, depois do conflito, não possuía ocupação trabalhista formal – ou seja, não era escrava, mas também não prestava serviços a outrem –, sendo considerada vagabunda. Tal periódico cumpre, portanto, também uma posição típica entre os veículos de ilustração e colonização: silenciar, apaziguar, mediar conflitos e transformar o discurso revolucionário em sua versão mais fraca: o de reforma individual em prol de um bem maior, da coletividade nacional. Nesse caso, passando pela autoafirmação do Pará em sua potencialidade agrícola.

A disputa com o Rio e com a ex-metrópole: do trabalho ao prato

O colono promove uma campanha de povoamento de Nossa Senhora do Ó – provavelmente na hoje ilha de Mosqueiro, em Belém, onde em 1868 seria edificada a Igreja Matriz, dando início ao Círio de Nossa Senhora do Ó –, no sentido de atrair estrangeiros para se fixarem na colônia. Há um certo ufanismo nessa campanha de colonização, dada a competição de viajantes com a então capital da colônia, Rio de Janeiro. A gazeta buscava atrair “Elles que emigraõ aos montões para o Rio de Janeiro, sem destino certo, e entregues á cubiça e aos caprichos de um capitão de navio, venhaõ tambem para esta provincia, que lhes oferece tamanhas vantagens e garantias”. Assim, ir para a província do Grão-Pará seria um final mais estável do que a vida sem certezas do destino ao Rio de Janeiro, que recebia levas e mais levas de imigrantes: à sua época, quase exclusivamente – e desejavelmente – europeus. Observemos o que as páginas em questão, em sua 28ª edição, vão apresentando como vantagens que a colônia de Nossa Senhora do Ó teria em relação ao Rio de Janeiro:

Baratesa de salários. O Globo falla-nos [em seus anúncios de imigração para o Rio de Janeiro] de salários de 160 e 200 reis, além de grandes cangirões de vinho, pão alvo, carne de porco, e não sei que mais; mas ainda lhe direi que esses bons comedores e bebedores podem lá ficar, pois fora loucura deixar o certo pelo duvidoso. Basta que nos venhaõ os que se contentaõ lá com 80 ou 100 reis

durante poucos mezes do anno, e que dão graças a Deos quando deparaõ com alguma sardinha para dar gosto a broa, e bebem sobre esta frugal comida o seu trago de agoa-pé. Aqui acharão elles carne secca ou peixe secco, farinha de mandioca ou de milho, feijão e arroz; e como o clima dispensa o vinho, os que forem trabalhadores, e se não contentarem com uma boa cuia d'agua fresca, podem beber o seu café, garapa, e mesmo agoardente de canna. E' difficil reconhecer a superioridade da sardinha sobre a carne secca, da broa sobre [a raiz?], e da agoa-pé sobre a garapa, (...). Aos que na Europa não possuem, nem podem possuir, um palmo de tera ingrata, não pode deixar de convir o engajamento mediante as vantagens que lhes promette o contracto. Não receio que o trafico de africanos possa reaparecer com as mesmas porporções d'outr'ora attento o empenho com que é combatido per todos os brasileiros illustrados; mas a opinião do Globo de que não podemos prescindir d'elle, pode ser-nos muito fatal, se os nossos lavradores e proprietaries se deixarem atoar por ella, a ponto de crusarem os braços no meio de suas terras despovoadas, a espera do seu reaparecimento. (COLONO, anno 2, n. 28, 1^o de dezembro de 1856, p. 6).

Nesse número 28 da gazeta, há um confronto discursivo entre um lá – Rio de Janeiro e até Portugal, pela recuperação da imagem dos alimentos de que os portugueses gostariam, possivelmente encontrados no Rio de Janeiro – e um aqui, o Pará. Esse conflito se materializa em pelo menos três direções:

- a. numa alimentação feita no Pará, com a certeza de carne seca, peixe seco, farinha de mandioca,

farinha de milho, feijão, arroz, café, garapa, aguardente de cana, contra os incertos vinho, pão alvo, carne de porco, sardinha, broa, água-pé do Rio de Janeiro – numa emulação da alimentação portuguesa esperada pelos colonos/colonizadores. Quem preferiria os alimentos da então capital do Império seria louco: bons comedores e bebedores podem lá ficar, enquanto que o Pará já ficaria contente com os que se contentam lá com 80 ou 100 réis durante poucos meses do ano. Assim, recebendo menos do que a promessa de bons salários do Rio de Janeiro, teriam ao menos estabilidade, mas também vontade de trabalhar;

- b. na certeza de propriedade privada à qual se teria acesso com uma possível ida para o Pará, contra a dificuldade de posses na Europa;
- c. na condenação ao trabalho escravo feita pela imprensa do Pará – nominalmente, no próprio *O colono de Nossa Senhora do Ó* – contra uma sua defesa feita pela imprensa carioca: a opinião do *Globo* de que não podemos prescindir dele (do tráfico de africanos). Tal condenação pelos paraenses os colocaria ao lado de todos os brasileiros ilustrados, e também de quem não quer cruzar os braços no meio de suas terras despovoadas, à espera do reaparecimento do tráfico de africanos.

Desse modo, *O colono de Nossa Senhora do Ó* aposta numa campanha imigracionista baseada nas vantagens da certeza de uma boa alimentação, de propriedade privada e de enquadramento num grupo esclarecido, que não tolera a continuidade do tráfico de escravos – o que não significa,

principalmente depois da Revolução Cabana, integração das populações negras e mestiças, mas uma desejada substituição dessas populações por sujeitos de pele branca.

Agricultura ou economia rural?

Iniciado em 1861, esse jornal trissemanal produz um efeito de autoria coletiva, mas protegida por um anonimato bem típico do funcionamento de algumas enciclopédias do Brasil do XIX e do começo do século XX: segundo a publicação, “sob a redacção de L.A. [Luiz Antonio] Navarro de Andrade”, ela “tem por collaboradores grande numero de homens dos mais distinctos do paiz”. Pensando na gazeta de que tratamos anteriormente, já se pode delimitar uma diferença: no Pará, não se fala de uma autoria nacional. Nesse jornal carioca, denota-se e valoriza-se uma autoria supostamente formada pelos mais distintos do país. Não tendo sido possível encontrar sua primeira edição, quisemos aqui tratar da edição mais antiga com que tivemos contato, o número 4, publicado em 9 de maio do ano referido. Logo abaixo de um fio, há a inscrição da periodicidade, o tamanho e o valor do jornal: “Publica-se às terças e quintas feiras e aos sabbados, em 4 e 8 paginas. Assigna-se a 36\$000 por anno e 20\$000 seis mezes pagos adiantados” (ANDRADE, 1861, p. 1).

Ao longo das quatro páginas do número 4 de *Ilustração Brasileira*, foram observadas três divisões: POLITICA GERAL (sic), que contou com o subtítulo “Interpellações no Senado”; MARINHA DE GUERRA, com o subtítulo “A corveta D. Isabel e o seu commandante (Conclusão)” – ou seja, provoca-se aqui o efeito de que, em edição anterior,

já se tratou dessa corveta, o que demonstra o funcionamento do jornal, que contaria com o que hoje o jornalismo chama de suíte; e ECONOMIA RURAL, sobre “A fome e os alimentos no Brasil.”.

Sem uma análise pormenorizada das seções de cada uma das edições desse jornal, não podemos mostrar como seu propósito enciclopédico se afasta daquele impresso nas folhas de *O colono*, mas podemos aqui falar de opções, seleções, edições: apesar de um efeito dominante nas publicações do Brasil do século XIX – ilustração, que descamba para esclarecimento, luzes, iluminismo e, por que não?, civilização – ser comum aos dois veículos enciclopédicos, ele se dá de modo distinto. No jornal do Rio, ser enciclopédico não tem necessariamente algo a ver com indústria, comércio, navegação, artes mecânicas e, principalmente, agricultura: tem a ver, em seu quarto número, com política geral, marinha de guerra e economia rural. Note-se que há um deslizamento entre agricultura e economia rural, significantes que, embora possam ser falados a partir de uma mesma posição, significam-se de modos distintos. Uma divisão entre as atividades manual e intelectual na terra: no Pará, fala-se sobre a primeira. No Rio de Janeiro, fala-se da perspectiva da segunda.

As diversas *Ilustrações*

No ano de 1854, uma publicação homônima – *Ilustração Brasileira* –, periódica, também do Rio de Janeiro, é lançada, mas sem o subtítulo, e cessa seus números em 1855, depois do nono volume. Em 1877 e 1901, outras duas publicações homônimas saem também.

O leiaute do jornal que estamos analisando agora, de 1861, é muito parecido com o que se inaugurara sete anos antes. Não podemos ter certeza, mas talvez se trate de tipos comprados da Heaton & Rensburg, que imprimia o primeiro *Ilustração*, pela gráfica da segunda. Talvez se trate de uma continuidade de projeto, com escritores semelhantes, muito embora as periodicidades fossem distintas. Algo que vale a atenção é a oscilação, na publicação de 1854, entre os gentílicos brasileiro, com s, na capa e nas páginas que continham texto; e brasileiro, com z, naquelas que continham gravuras.

A publicação de 1877 (e que deixa de ser publicada em 1878), de H. Fleuiss, era rica em xilogravuras, mas já possuía uma identidade visual bem distinta das obras homônimas anteriores. Também do Rio de Janeiro, dizia apresentar ilustrações brasileiras para que os europeus conhecessem o que aqui há de melhor, e europeias para que aqui conhecêssemos o que lá havia de melhor. No plano político, projetava a imagem de ser um periódico quinzenal apartidário, mas que “tratará porém de política em um sentido doutrinário geral, terreno em que todos os partidos pódem dar-se as mãos”. Apenas nos guiando por esses três veículos de comunicação social, podemos notar como é importante, no Brasil do século XIX baseado no Rio de Janeiro, tornar-se ilustrado.

Os *albuminoides*

Se, no *Colono*, fala-se das vantagens da comida que o imigrante comeria no Pará em relação àquela que encontraria no Rio de Janeiro e/ou mesmo na Europa, o *Ilustração*

também propõe uma reflexão sobre a alimentação, mas dita de um modo diferente. Em Esteves (2014), já descrevemos como o discurso sobre comida e alimentação nas enciclopédias do século XIX faz ressoar muito fortemente um discurso médico e/ou dietético. Neste jornal enciclopédico, ocorre algo muito parecido. Transcrevemos, abaixo, essa última seção, cujo material é anterior a uma das enciclopédias que analisamos em nossos trabalhos mais antigos, a *Encyclopédia popular*, de 1879:

A fome e os alimentos no Brasil

Para que um alimento possa sustentar o homem é indispensavel que elle contenha em sua composição qualquer dos tres principios seguintes *albumina, fibrina, caseina*, todos tres chamados *albuminoides* por causa de suas composições analogas a da albumina. Os nossos orgãos nutritivos não formam estes principios *albuminoides*, elles nada mais fazem do que recebem-os dos alimentos e modificam-os para depositar-os nos differentes tecidos do corpo e assim nutrem-os. O homem não pôde viver sem que constantemente a albumina ou a fibrina ou a caseina, já fazendo parte do seu corpo, se decomponham e sejam eliminadas pelas urinas e por outras secreções : sem esta perenne decomposição a vida cessa. A fome é o sentimento que resulta desta destruição de *albuminoides* : este sentimento é a sentinella vigilante, á qual a infinita sabedoria encarregou o cuidado de advertir-nos que é tempo de comer, isto é, que é tempo de reparar aquella destruição de *albuminoides*. Ora, como nem os nossos orgãos, nem os de nenhum outro animal formam estes *albuminoides*, segue-se que, ou havemos de comer

alimentos que levem ao nosso corpo *albumina*, ou *fibrina* ou *caseina* para substituir as continuas perdas, ou havemos de morrer de fome.

E' bem sabido que muitas cousas que comemos ou bebemos com o nome de *alimentos* não contêm nenhum desses *albuminoides*: neste caso está o assucar, o polvilho, a araruta, o vinho, a aguardente.... Estes alimentos são chamados *ternarios* porque são compostos de tres elementos, o *carvão* e os dous elementos da agua. Portanto estes elementos *ternarios* não podem reparar as perdas ou destruição dos *albuminoides*. Em sua infinita sabedoria aproveu a Deus encarregar exclusivamente os vegetaes de fazer com *ingredientes mineraes* não só os principios *albuminoides*, como tambem os principios *ternarios*, de sorte que sem o reino vegetal não póde viver o reino animal. (ANDRADE, 1861, p. 4; grifos nossos).

Não é nada difícil perceber que “A fome e os alimentos no Brasil” não são falados exatamente a partir de um discurso nacional ou nacionalista – como se poderia supor a partir do título da coluna –, mas de um discurso médico e/ou dietético, em que se alimentar corresponde a *sustentar o homem* a partir de órgãos nutritivos. Haveria uma força – divina, na *infinita sabedoria* de Deus – que impediria o homem a procurar determinadas substâncias para suprir suas necessidades fisiológicas. Essa mesma força forneceu premência aos vegetais: eles seriam as únicas fontes de *albuminoides*, ausentes do açúcar, do polvilho, da araruta, do vinho, da aguardente e do reino animal. Há, assim, além de um componente dietético nesse discurso, também um religioso e um moral, segundo o qual a única

essencialidade da alimentação é vegetal, e as comidas cujos excessos são também criticados – entre elas o açúcar, a aguardente e o vinho – não possuiriam nenhum nutriente realmente útil, *não podem reparar as perdas ou destruição dos albuminoides.*

As farinhas sul-americanas e a farinha europeia

No discurso dietético, há uma disputa de sentidos por qual é o melhor alimento, qual faz mais bem à fisiologia humana, qual pode ocupar o lugar de superalimento etc. Antes, já vimos uma incidência da religião e da moral sobre esse discurso. Nesse jornal enciclopédico, no entanto, pode-se também reconhecer a interferência de um discurso geopolítico, que privilegia artigos europeus em detrimento de artigos americanos. À frente, vejamos como o trigo e o centeio, europeus, são parametrizados como albuminoides, mesmo que isso caracterize o solo brasileiro como inadequado, com regiões do interior atravancadas de pedras e grossas raízes, em maior parte montanhosas. Artigos alimentícios do continente americano, como batata, mandioca e milho, têm suas propriedades contabilizadas como inferiores à do trigo.

A infinita bondade do Creador providenciou tudo isto de um modo admirável, liberalizando ao mundo innumeráveis plantas nas quaes abundam princípios albuminoides de envolta com os ternários: o trigo e o centeio que contêm cerca de 26 % de albuminoides conhecidos com o nome de gluten; o feijão preto, que contém cerca de 25 % de albuminoides conhecidos com

o nome de legumina: o milho, que contém cerca de 12 % de albuminoides conhecidos com o nome de glaidina; as couves, o repolho, etc., ocupam o primeiro lugar nesta categoria; vem depois o arroz, a batata, a mandioca e muitos outros; todos abundam em fecula ou principios ternarios de envolta com as respectivas proporções de albuminoides. (...) A chwcroute e a cerveja allemã, o roast-beef inglez, o pot-au-feu e o primorozo pão francez, o feijão com toucinho e farinha de milho do industrioso Mineiro.... Tudo se reduz a principios albuminoides e ternarios, com que o homem mantem a integridade de seus órgãos (...) Na escolha das especies alimentares para o Brasil não póde entrar o trigo, ao menos para o geral das regiões do interior, as quaes atravancadas de pedras e grossas raizes, pela maior parte montanhosas, excluem o emprego do arado na actualidade: onde mesmo o terreno permittir o emprego do arado, resta ainda que a quantidade dos principios alimentares produzidos resolva a questão a favor do trigo. (ANDRADE, 1861, p. 4).

Não estamos dizendo, com esses comentários, que a nutrição e a medicina não estejam corretas em suas afirmações sobre a alimentação humana, sobretudo quando esses saberes circulam em objetos como enciclopédias (e jornais enciclopédicos). Estamos afirmando, no entanto, que o modelo de normalidade e de alimentação normal é o homem europeu, com seus ingredientes. Em Esteves (2014), pudemos mesmo concluir como o leite é apontado nas enciclopédias como o alimento mais completo. Em algumas enciclopédias é recomendado seu consumo diário, mesmo que ele não seja um alimento presente nas dietas

dos povos nativos das Américas, mesmo que ele seja um alimento tóxico para esses povos. O conhecimento médico e dietético que circula nessas enciclopédias nunca é imparcial e universal, mas se apresenta como tal.

O Archivo Illustrado: Encyclopédia Noticiosa, Scientifica e Litteraria

De São Paulo, e em consonância com o *Ilustração brasileira: jornal encyclopedico* (por materializarem a ilustração em seus títulos, apesar de a significarem de modos distintos), *O Archivo Illustrado: Encyclopédia Noticiosa, Scientifica e Litteraria* é também um periódico que se lança em 15 de abril de 1899, quando o Brasil já é República, já passou pela abolição da escravatura e São Paulo já inicia seu processo de modernização como cidade industrial e polo cultural do Sudeste. A primeira edição da revista apresenta seus propósitos:

O nosso programma é bem curto, para poder ser cumprido, o que nem sempre por ahi succede. Temos em vista fazer um jornal illustrado que congregue os bons elementos na arena da sciencia, da literatura, dos factos diversos e das recreações do espirito. Para tudo isto, porém, carecemos apenas do apoio publico: esperamos merecel-o, á medida dos nossos grandes esforços, para dotar a Capital com uma revista popular, de preço reduzido. Se fôrmos amparados pello favor publico, proseguiremos avante; do contrario, faremos, *quand môme*, a publicação do ARCHIVO durante o tempo de suas primeiras assignaturas, para o que esta empreza já dispõe de elementos bastantes. Não terçaremos

armas no campo da política e da religião e seremos inteiramente neutros no terreno literário e científico; todos os elementos nos servem, contanto que sejam bons e úteis. (ARCHIVO, 1899).

Tem-se uma ideia, a partir dessa citação, do que significa ser um jornal ilustrado e uma enciclopédia noticiosa, científica e literária: no referido objeto, isso recebe os sentidos de que tal publicação deveria fazer circular o que há de melhor, os *bons elementos*, da ciência, da literatura, dos fatos diversos e das recreações do espírito. Delimitar os bons elementos permite vislumbrar que, para o periódico, existem maus elementos: má ciência, má literatura etc. Ainda assim, ele afirma uma inteira neutralidade *no terreno literário e científico*, dizendo depois que *todos os elementos nos servem, contanto que sejam bons e úteis*. Uma totalidade restrita, portanto. Neutralidade numa publicação com esse espírito seria, portanto, a capacidade de julgar entre boa e má ciência, elegendo a boa. Uma contradição que demonstra como o ideal de neutralidade já circula com muita relevância e peso no final do século XIX, começo do XX.

Almanach do Armazem Encyclopédico: contendo o calendario, informações uteis e catalogo dos artigos que compõe o seu variadissimo sortimento

Já comentamos aqui a proximidade entre as enciclopédias e os almanaques, principalmente quando se afirma o caráter popular das primeiras. Apesar do título das publicações acima, pretendemos abordar outro aspecto curioso

nos próximos parágrafos: o fato de os significantes “enciclopédia” e “enciclopédico” ganharem sentidos de grande relevo no Brasil do comecinho do século XX. Assim como hoje é comum dizer que determinadas pessoas possuem um domínio enciclopédico, uma inteligência enciclopédica, uma competência enciclopédica, nos anos 1900, o Armazem Encyclopédico prova que esse sentido também resvalava para objetos e estabelecimentos comerciais. Em 1900, existia esse empreendimento em Volta Redonda, cidade do interior do Rio de Janeiro localizada no Vale do Paraíba, que prometia ser enciclopédico, com o grande sortimento de seus variados artigos. Entre esse ano e 1909 (com exceção de 1908), foram publicadas edições anuais do almanaque, que continha o calendário, informações úteis e o catálogo dos artigos que eram comercializados pelo armazém. Foram oito números que se justificavam da seguinte maneira:

Não obstante a paralyzação do movimento commercial, determinada pela crise em que ora se debatem neste paiz todos os ramos da actividade humana, e que neste pequeno meio de Volta Redonda ainda mais sensível se torna pela escassez de elementos vitaes, estando muito atrophiado o unico que o podia animar, que é a lavoura, ainda assim o proprietario do Armazem Encyclopédico não esmorece no seu empenho de manter o mais completo possível o seu já conhecido sortimento, augmentando-o constantemente com muitos artigos novos de utilidade para seus freguezes. No prezente almanach se encontram catalogados alphabeticamente todos esses artigos, para que os seus freguezes, consultando-o, possam saber si

encontram ali o que desejam, tendo sempre em vista que muitas novidades por serem adquiridas depois da confecção do catalogo não podem constar do mesmo, mas sim constarão do almanach do anno seguinte. (OURIQUE, 1909, p. 6).

Significar-se como um estabelecimento comercial diferenciado e que não se deixa afetar pela paralisação do movimento comercial ou pela crise é um modo de o Armazem Encyclopédico dar conta das necessidades de seus fregueses. Um armazém que se diga enciclopédico não corre das peijas impostas pela economia: “dá seu jeito” e, ainda assim, consegue atender com seu “já conhecido sortimento”, ainda aumentado com “muitos artigos novos”. O “enciclopédico”, em armazém, funciona, portanto, como uma metonímia do crescimento do saber nas enciclopédias como livros.

Um desejo generalizante de saber desde jovem

A busca *online* no banco de dados da FBN é uma importante forma de se praticar a metodologia lexicométrica. Ao selecionar o setor de Obras de Referência da instituição e buscar pelo significante “saber”, chega-se a 38 ocorrências, algumas delas em forma verbal: “precisa saber”, “deve saber” etc. Chama a atenção a existência de dois títulos com o verbo “saber” voltados ao público juvenil: *Ler e saber: enciclopédia juvenil em cores* (LIVRARIA MARTINS, década de 1960), em 12 volumes, e, sobretudo, *Eu quero saber: moderna enciclopédia juvenil* (LEIPPE & REX, 1977), em três volumes. Ambos, títulos que materializam

esse desejo de se fazer completo, de tornar também o aprendizado de um saber completo, conforme temos afirmado desde o início deste capítulo. Além de tudo, enfatizamos o segundo título, traduzido do original em alemão *Was Kinder wissen wollen*. Na língua original, o sujeito *Kinder* vem em terceira pessoa do plural, podendo ser traduzido como “crianças”. O título, portanto, seria algo como “O que as crianças querem/desejam saber”. A edição brasileira se apropriou da locução verbal “querer saber”, mas de uma maneira mais pessoalizada e identificada com o leitor individual: “Eu quero saber”, acompanhado de um subtítulo que sugere modernidade ao produto e jovialidade ao leitor. O que se passa, então, entre terceira pessoa do plural – do alemão – e primeira pessoa do singular – da tradução brasileira? Para Benveniste (1989 [1970], p. 87ss), o quadro figurativo da enunciação só se dá entre primeira e segunda pessoas: “a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação”. Assim, o “eu” se situaria, nesse quadro, como origem do dizer, e o “tu”/“você”, como fim da enunciação. A terceira pessoa está fora do diálogo. Há uma transgressão na tradução do título alemão para o título em nossa língua: de um não diálogo, passa-se a um diálogo. No entanto, no quadro figurativo da enunciação desse título, ainda há um outro deslizamento: o que poderia ser um “você quer saber” materializa-se como “eu quero saber”. Enunciativamente, pouco temos a dizer aqui: o locutor – identificado como editor, autor, organizador ou diretor da enciclopédia – pode expressar sua

vontade de saber. Por ser caracterizada como “juvenil”, no entanto, pode-se afirmar que não há uma coincidência entre essas posições – de editor, autor etc. – com o “eu” do “eu quero saber”. Discursivamente, podemos concluir o seguinte: para além do rol das estratégias de venda, o título do livro encena um monólogo, em que esse “eu” deixa de ser uma origem ilusória do dizer, e passa a ser finalidade. Deixa de ser primeira pessoa e passa a ser segunda – um “você” disperso no efeito-leitor – e também terceira – “todos”. Não apenas eu e você, mas todos querem saber. E querem saber desde jovens. O discurso enciclopédico vai se mostrando em suas generalidades, pode ser apropriado por diversas matizes ideológicas, da direita à esquerda, num processo discursivo que prevê um desejo por saber um tudo específico: liberal, progressista, capitalista, socialista, conservador, revolucionário, europeu, africano, novo-mundista.

Esquecimentos, apagamentos, *perdas*

Por que este investimento em papel, tinta e letras? Por que mobilizar tanto espaço e tanto trabalho, tanta composição tipográfica? Isto merece ser impresso? Estes relatos não estão disponíveis em todo lugar? [...] Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória.

(JACQUES DERRIDA,
Mal de arquivo, p. 19-20, 22)

Arquivo como metáfora da memória. Historiografia como funcionamento da falta. Registrar e preocupar-se com as origens, com os primeiros, com as fundações, compõem as buscas de muitas ciências e práticas humanas. Arquivar ou produzir a história de documentos, para além de significar lembrar-se de sua existência e

conferir-lhes sentido, também representa selecionar aquilo que vai ser lembrado... e aquilo que, intencionalmente ou não, será esquecido. Roubo, golpes, cortes de memória. Independentemente de por que se esquece, esquece-se. Nos arquivos e bibliotecas, esse é o modo de operação. E também neste trabalho. No inventariamento de diversas enciclopédias já publicadas no Brasil, certamente faremos/vamos esquecer algumas, enquanto elencamos outras. Ainda bem que já avisamos que não temos como propósito montar uma prateleira com todos esses títulos brasileiros.

Essas colocações são tão verdadeiras que assumimos que, em pesquisas anteriores (ESTEVES, 2014), já consideramos que a *Encyclopedia popular* (VEIGA, 1879) teria sido a primeira enciclopédia brasileira de divulgação científica. Encontramos, na mesma pesquisa, em meio ao acervo da Academia Brasileira de Letras, a *Encyclopedia do riso e da galhofa em prosa e verso* (PECHINCHA, 1873 [1863]), um compêndio de chistes, piadas e trocadilhos que atende ao rótulo de enciclopédia. No entanto, temos tentado tomar um cuidado histórico (e discursivo) para não afirmar peremptoriamente que esta ou aquela é a primeira enciclopédia do Brasil. Na perspectiva da história do livro, incluímos aqui dois autores que afirmam que a publicação de enciclopédias no Brasil é efetivamente mais recente do que é:

A Jackson, empresa de Nova York com amplos interesses latino-americanos, fora pioneira nessa linha de comércio livreiro no Brasil desde 1911. Em 1914-1921, a Jackson havia produzido a primeira enciclopédia brasileira, a excelente Enciclopédia e Dicionário Internacional, em

vinte volumes, “organizada e redigida com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses” (teve uma segunda edição em 1936). (HALLEWELL, 2005, p. 367).

Se são bastantes as críticas feitas a Hallewell quanto à precisão de seus dados, também não há muitas outras fontes bibliográficas tão exaustivas sobre o livro no Brasil quanto seu livro, marcando uma especificidade diante de outros autores, como Nelson Werneck Sodré, que publica uma história tanto da imprensa do Brasil quanto da literatura brasileira (SODRÉ, 1977; 1982), mas que não trata pontualmente dos livros, tampouco das enciclopédias. Fonseca (1972) é ainda mais modesto que Hallewell em sua tentativa de elencar o surgimento das enciclopédias no Brasil: credita a publicação da primeira enciclopédia não-alfabética no Brasil à editora francesa Delta (uma tradução da *Larousse Méthodique*, na década de 1960), novamente apagando os títulos da *Encyclopedia do riso e da galhofa em prosa e verso* e da *Encyclopedia popular*, de quase um século antes, que encontramos na pesquisa de 2014. É uma regularidade, em funcionamento de paráfrase, a afirmação de que “a primeira enciclopédia brasileira é X ou Y”, provocando um silenciamento da existência de outros instrumentos de circulação de conhecimento no Brasil.

Um desejo de silêncio perene

Além dessas obras do século XIX já mencionadas neste e no capítulo anterior, podemos encontrar em outros

registros a menção a uma *Gazeta dos Domingos*, revista enciclopédica semanal do Rio de Janeiro, publicada na cidade homônima de 6 de janeiro a 3 de fevereiro de 1839. Ela antecede todos os outros títulos que comentamos até agora, utilizando o adjetivo “enciclopédica” em seu subtítulo. Divide-se em seis seções: Política Interna, Literatura, Recordações Históricas, Agricultura, História Natural e Parte Comercial. Devemos ter em mente que os significantes que concentram os discursos circulantes nas seções não significam do mesmo modo como hoje. Para refletirmos sobre isso, basta levarmos em conta que a divisão interna do Brasil, no século XIX, era bem distinta da de hoje e é impossível que um texto sobre política interna provoque os mesmos sentidos produzidos hoje. Como muitas das obras recordadas aqui, mal se tem fontes comentando a *Gazeta dos Domingos*. Ainda é preciso um trabalho mais extenso sobre essa breve publicação.

Encyclopedia dos conhecimentos úteis

No programa de residência na Fundação Biblioteca Nacional, entre 2014 e 2016, pudemos encontrar vestígios de algumas outras enciclopédias, uma delas datando de antes de 1850: trata-se da *Encyclopedia dos conhecimentos úteis*, de 1846. Tal obra não está catalogada nas bases da FBN nem se encontra em seu arquivo. No entanto, os *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. IX (TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, 1881-1882, p. 420ss), na seção “Periodicos litterarios, scientificos, religiosos e maçonicos (por ordem alphabetica)”, mencionam essa enciclopédia, cuja redação é chefiada por José

Antonio do Valle [Caldre e Fião] e que contabiliza 80 páginas. Além desse rastro nos *Anais*, também encontramos uma menção no volume 4, de 1898, do *Diccionario bibliographico brasileiro*, de William Blake, que faz um levantamento dos autores e obras do Brasil até o final dos anos 1890. Das 16 publicações que o dicionário menciona de José Antonio do Valle, a *Encyclopedia dos conhecimentos uteis* é aquela com menor número de palavras e caracteres em sua descrição. Tudo o que é dito sobre ela pode ser transcrito em uma linha, em contraposição com outras obras.

Além dessa obra, há também outras, como a que mencionamos mais atrás, *O colono de Nossa Senhora do O: Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mechanicas*. Vejamos mais à frente como esses livros, obras, periódicos vão sendo apagados, e como esse apagamento faz parte do discurso enciclopédico, de certo modo.

Fármacos, utilidade, praticidade

Na divertida história da publicação de enciclopédias no Brasil – divertida porque tem versões divergentes, mas também porque dessa cartola não para de sair coelho –, há um livreto esquecido, abandonado e perdido, talvez para sempre. Trata-se da *Encyclopedia dos conhecimentos uteis*. Nunca encontramos esse volume em nenhum arquivo consultado, em nenhuma das dezenas de bibliotecas visitadas física e digitalmente. E quase nada lemos sobre ele nos livros e artigos que relatam a história do livro no Brasil. Ele sempre é mencionado nas homenagens

feitas a Caldre e Fião, que, segundo dizem, possuía uma “cultura enciclopédica”. No entanto, na exaustividade do levantamento das enciclopédias, mesmo sem a grande preocupação ou pretensão de encontrarmos a primeira, acabamos nos deparando com esse título inesperado: um pequeno volume *in-octavo* de 80 páginas, lançado em 1846 no Rio de Janeiro, cuja redação foi chefiada, de acordo com as informações às quais tivemos acesso, por José Antonio do Valle.

Segundo os *Annaes da Bibliotheca Nacional*, edição de 1881-1882, essa enciclopédia deu entrada no acervo como um dos “Periódicos literários, científicos, religiosos e maçônicos” de então, sob o número 4.973:

Encyclopedia dos Conhecimentos Uteis. Redactor em chefe José Antonio do Valle. 1 vol. *Rio de Janeiro, Bintot*, 1846, in-8.º de 80pp. (B. N.) (TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, 1881-1882, p. 428).

Essas são as informações de que o conjunto de sistemas de registro da FBN dispõe hoje da *Encyclopedia dos conhecimentos uteis*. Ela não aparece em mais nenhum outro lugar, mas isso significa que o livro chegou aos arquivos. No entanto, é impossível encontrar o livro em qualquer um dos acervos da biblioteca. Talvez tenha se deteriorado completamente, talvez tenha sido roubado, talvez tenha sido destruído em algum dos regimes autoritários que assolaram o Brasil – mas essa, que pode ser a primeira enciclopédia do Brasil, não pode ser encontrada. Ainda assim, por meio de vestígios, é possível que remontemos algo de sua história.

José Antonio do Valle, mais conhecido como Caldre e Fião –seus últimos sobrenomes, apesar de não ter com eles assinado a enciclopédia –, é também autor daquele que é considerado o segundo romance do Brasil, e primeiro no Rio Grande do Sul: *A divina pastora*, de 1847. Após ter estudado medicina e se formado no Rio de Janeiro, ele também seguiu a carreira política como deputado de sua província e como deputado geral, como suplente do Barão de Quaraim (BLAKE, 1898, p. 312). Além disso, é fundador da Sociedade Filantrópica, que, na década de 1880, publica *O Filantropo*, um periódico completamente voltado à causa libertadora e abolicionista. Das 16 publicações de José Antonio do Valle que o dicionário bibliográfico de Blake menciona, a *Encyclopedia dos conhecimentos uteis* é aquela com menor número de palavras em sua descrição. Tudo o que é dito sobre ela está transcrito na linha a seguir, cuja data de publicação ainda diverge do registro encontrado nos anais da FBN: “*Encyclopedia dos conhecimentos uteis*. Rio de Janeiro, 1849” (BLAKE, 1898, p. 314).

Essa diferença de três anos pode ter sido um erro tipográfico, mas também denota essa falta constitutiva dos arquivos: um livro que seria apagado da memória escrita anos depois já demonstra esse apagamento em um de seus únicos registros secundários. Como exemplo da falta de informações sobre o livro desde o século XIX, transcrevemos abaixo o que é dito sobre a tese que o autor defende:

Considerações sobre os tres pontos dados pela facultade de medicina do Rio de Janeiro: 1.º Quaes as condições para que a agua seja potavel? Meios de reconhecer o ferro

nas aguas ferruginosas ; qual o estado em que elle se acha. 2.º Versão e evolução espontanea. 3.º Heterogenia: these apresentada e sustentada em 10 de dezembro de 1851. Rio de Janeiro, 1851, in-4º. (TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, 1881-1882, p. 313).

Veja-se a discrepância da quantidade de espaço destinada a cada publicação. Curiosamente, a despeito da importância histórico-literária de *A divina pastora*, essa publicação também não conta com muito detalhamento no dicionário de Blake. O discurso sobre a história dos livros e sobre sua relevância para a formação de uma cultura literária só funciona eficientemente depois que determinados sentidos se tornam dominantes. O cânone não nasce cânone. *A divina pastora* conseguiu, futuramente, espaço sólido na historiografia. Da mesma década que o romance, os sentidos sobre a *Encyclopedia dos conhecimentos uteis* minguaram. Vejamos a minibiografia relatada em Blake:

José Antonio do Valle Caldre Fião – Filho de José Antonio do Valle e dona Ignacia Joaquina de Almeida Valle, e nascido na provincial do Rio Grande do Sul, falleceu em Porto-Alegre a 14 de março de 1876, sendo doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, socio e president do Parthenon litterario, a cuja revista deu grande impulse, e de algumas associações litterarias da côrte, desde o tempo em que cursou a faculdade de medicina, como o Gymnasio brasileiro, a sociedade Auxiliadora da industria nacional e a sociedade Amante da instrucção. Foi deputado á assembléa de sua provincial

em varias legislaturas, e á geral na sessão de 1855 como supplente do deputado Barão de Quarahim. Escreveu: (...). (BLAKE, 1898, p. 312).

Mais de quatro linhas de transcrição contra por volta de dois terços de linha na descrição da enciclopédia, já transcritos. Podemos nos indagar se já havia, no século XIX, quando da edição do *Diccionario bibliographico brasileiro*, um apagamento dessa enciclopédia que estamos tratando aqui como uma das primeiras do Brasil, apesar de desconhecermos seu funcionamento, seus processos discursivos, sua configuração textual etc.

Felizmente, Valle foi um autor prolífico, de modo que se pode encontrar dizeres sobre sua enciclopédia em outros de seus livros. Como exemplo, seguem trechos da folha de rosto, do prefácio e da quarta capa de seu *Elementos de Pharmacia homoeopathica para uso da Escola de Medicina homoeopathica do Rio de Janeiro*. Na folha de rosto, lê-se:

Membro do Instituto Homoeopathico do Brasil, Membro Effectivo e fundador do Lycêo Medico Homoeopathico, Lente Substituto de Pharmacia da mesma Escola, Redactor em chefe da Encyclopedia dos Conhecimentos Uteis. (VALLE, 1846, folha de rosto).

No prefácio, lê-se:

(...) Minha linguagem concisa, clara e precisa não confundirá a intelligencia limitada dos principiantes: fallo-lhes para ser entendido, sem abstracção alguma

das ideias. Filosofo do povo, já mais ostentarei os palavrões vagos, que como epidemico mal grassa nas escolas, e que nellas bebi a largos sorvos, para renunciar ou deixal-as. § Em minhas redacções da *Encyclopedia dos Conhecimentos Uteis* alguma cousa dice desta arte, e no segundo volume d'ella pretendo expender mais largamente minhas ideias e ampliar a descripção dos processos da Pharmacia Homoeopathica. (VALLE, 1846, prefácio).

Na quarta capa do mesmo livro, lê-se: “Obras homoeopathicas que se achão no prelo. a encyclopedia dos conhecimentos uteis [...]”.

Circula, já em 1846, o sentido de que as enciclopédias devem ter uma “acessibilidade linguística”, uma forma de escrita que facultasse ao “povo” a compreensão de textos científicos: como põe o autor, ele se pretende um *filósofo do povo*. É interessante notar, portanto, nesses instrumentos, uma significação conjunta de enciclopédia, língua, classes populares e ciência. Há um tratado de redação, pelo menos desde essa enciclopédia, que vai deslizar também pelas enciclopédias do século XX. E é interessante notar o lugar de *status* que os médicos (já) ocupam no XIX: um deles foi autor dessa que, se não é a primeira, é uma das primeiras enciclopédias brasileiras, ao mesmo tempo em que escrevia o segundo romance brasileiro e funda uma sociedade filantrópica. O lugar social de médico é convidado a ocupar posições discursivas diversas relacionadas à intelectualidade.

À Nossa Senhora do Ó, uma enciclopédia europeizante

Não há dúvidas, exceto da parte de setores da sociedade que fazem campanha contrária àquilo que hoje não faz parte do Cone Sul do país, de que o Pará é atualmente um estado com vida cultural independente, com questões muito próprias e marcado por uma história de reivindicações e movimentos políticos não submissos às decisões e mobilizações ocorridas nos outros centros urbanos do Brasil. Isso se deve a uma trajetória que se inicia já no século XVIII, quando o Pará era parte de um outro estado, o Grão-Pará e Maranhão, que se distinguia do estado do Brasil. Em nossa leitura, essa autonomia em relação a outros estados brasileiros – principalmente em relação à capital do Império e de parte da República, Rio de Janeiro – promove um distanciamento no que concerne a seus produtos culturais e também ao próprio formato como a sociedade vai se constituindo. Na maior parte de nossas pesquisas, encontramos publicações majoritariamente fluminenses, bem como algumas rio-grandenses e mineiras. *O colono de Nossa Senhora do Ó*, conforme já comentamos, é uma exceção, mas uma das que fazem toda a diferença. Se ainda mal havia obras com o adjetivo “enciclopédico” no título e/ou no subtítulo, essa já imprime e se inscreve num certo discurso enciclopédico.

O colono de Nossa Senhora do Ó: Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mechanicas (que saía em edições esporádicas) foi uma publicação com forte campanha imigracionista de povoação do Pará. Logo em sua epígrafe, constrói-se uma imagem de cidadania (“*bonheur de mes citoyens*”). Há uma

identificação do jornal com o trabalho, principalmente do trabalho campestre que, nesse caso, não influencia negativamente naquilo que se vai construindo como cidade, como urbe: a formação da urbe brasileira não passa, necessariamente, por comércio e indústria. Pode ser também baseada em atividades agrícolas, ao menos discursivamente. Essa imagem pode ser bem diferente da constituída em outros lugares, em outras posições e em outros instrumentos. Vejamos como o periódico celebrava a migração para as terras do Pará:

Começou sob felizes auspícios o ensaio de colonização suíça. Recebemos 34 colonos suíços escolhidos, graças ao obsequio do nosso digno Consul geral do Brasil na Suíça, o Snr. José Francisco Guimarães. § Estão instalados em suas terras, mostram-se satisfeitos com o paiz, tanto que sollicitão todos naturalizar-se Brasileiros, e eu estou contente deles. (O COLONO DE NOSSA SENHORA DO O', 29. ed. 1956, p. 4).

Note-se, no anúncio com *felizes auspícios*, que se constrói uma memória de futuro de uma colonização suíça: o substantivo “ensaio” provoca o efeito de que haverá, logo, uma encenação dessa colonização. E os colonos foram ainda por cima “escolhidos” pelo cônsul-geral do Brasil na Suíça. A forma como *O Colono* materializa as sensações, os sentimentos, é toda feita com adjetivos que formam uma rede de sentidos positiva e que remete a um futuro promissor: os auspícios são “felizes”; os imigrantes, “satisfeitos”; o redator do jornal, “contente”. Essa promessa de bom futuro é antecipada num *tanto que sollicitam todos*

naturalizar-se brasileiros, de modo que a satisfação com o Brasil é concluída em um curtíssimo espaço de tempo entre a chegada dos suíços e esse desejo de ganhar a cidadania nacional.

O pão das enciclopédias

A palavra “pão” é um significante importantíssimo na colonização do(s) Novo(s) Mundo(s). Por ser um alimento considerado como base alimentar na Europa, perseguiu-se a possibilidade de sua feitura nas colônias de todas as Américas e também, posteriormente, na Oceania. A translação desses pães da Europa para as Américas não se dá de modo a se conservar integralmente a memória de sua confecção, de sua receita, de seus ingredientes. As condições de sua produção mudam completamente, e o confronto, mormente conflituoso, com os povos nativos e com os povos escravizados obriga o colonizador a, apesar de mantendo o nome “pão”, tornar esse alimento algo diferente, que não é mais nenhum dos pães europeus. Isso faz com que grãos, raízes e tubérculos como milho, mandioca, batata-doce e diversas outras batatas sejam a base para outras receitas que ainda assim receberão o nome de pão. E o que isso tem a ver com as enciclopédias? Por ser um instrumento que veicula aquilo que Pêcheux (2006 [1983], p. 41) chama de “coisas a saber”, as enciclopédias deixam aqueles saberes que deveriam ser obrigatórios. No caso de *O Colono*, conhecimentos injuntivos à recém-urbe em construção no Pará. O periódico anuncia que, na edição 29, dará continuidade ao “Novo manual d’economia rural e domestica”, seguindo o número 27:

NOVO MANUAL D'ECONOMIA RURAL E DOMESTICA
(Continuação do numero 27.)

Capitulo II

P. De qual substancia se faz o pão ?

R. Da farinha de vários grãos, e da polpa de diferentes raízes e frutas; mas só trataremos, no presente Manual, do pão feito com a farinha de trigo, centeio, milho, arroz, e com a polpa da batatas maçãs.

P. De qual conhecimento carecemos antes de tratarmos do modo de fazer pão ?

R. O das diversas substancias de que se compõe o grão.

P. Enumerai estas substancias.

R. No grão de todas as plantas cereais encontra-se: 1º Huma pellicula exterior, que facilmente se separa do grão quando está húmido, a qual forma pela moedura a semente. 2º Sob esta pellicula, há huma substancia suave ao tacto, doce e difficil de converter-se em pó fino. Essa parte de que extrahimos a farinha mais grossa para fazermos o pão de rala, compõe metade das partes constituintes do grão. 3º O amago do grão, que he huma substancia farinhenta, quase transparente chamado flor de farinha.

P. Quaes substancias compõem o grão da planta cereal considerada chymicamente ?

R. 1º Amido. 2º Gluten. 3º Mucilago zacarino. Estas três substancias achaõ-se em doses varias nas diferentes espécies de grãos.

P. Dá-se algum modo facil de separar essas substancias ?

R. A maneira seguinte he a praticavel quando se trata de separar estas substancias. Enche-se de farinha hum sacco de teia grossa de linho; ata-se-lhe a boca, e põe-se em água fria, apertando-se co'as mãos a farinha do sacco. Em tal

caso, o amido solta-se em forma de pó branquíssimo, e a massa interior adquire mais elasticidade á medida que o amido vai sahindo. Continua-se amassando o sacco té que a água saia d'elle sem côr. Então tira-se da agua o sacco, o qual contém huma massa de côr cinzenta semitransparente, tenaz, glutinosa e elástica, e eis o gluten. O amido precipita-se ao cabo de algum tempo no fundo da vasilha, e separa-se quando se há precipitado de hum todo. A agua remanente contém em soluçãõ o mucilago zacarino, e pôde mudar-se em xarope por meio da evaporaçãõ a fogo lentíssimo.

P. Que relação existe entre a copia de grão e a farinha que se contém n'elle ?

R. Segundo as experiencias mandadas fazer pela Junta d'Agricultura de Londres, 61 libras de trigo daõ 60 $\frac{3}{4}$ libras de toda especie de moedura, as quaes peneiradas produzem 46 $\frac{3}{4}$ libras de farinha e 12 $\frac{3}{4}$ de sementes de varias classes. D'estas sementes podem tirar-se 3 libras de farinha. (COLONO, 29 ed., 1956, p. 8).

No texto do periódico, assume-se o discurso polêmico da matéria-prima que daria base aos pães: eles poderiam ser feitos com a polpa de diversos grãos, raízes e frutas, mas *O Colono* só trataria, nesse texto – sem explicação de por que teria feito essa opção –, dos pães feitos com farinha de trigo, centeio, milho, arroz, e com a polpa das batatas-maçãs (ou batatas e maçãs, não conseguimos identificar se se trata de erro tipográfico). E isso é ainda mais afunilado ao longo do texto. Numa estrutura de pergunta e resposta, vai-se desenvolvendo uma exposição narrativa em que, conforme se vê nos trechos destacados, se

privilegiam os grãos, principalmente o centeio e o trigo, únicos no grupo que possuem glúten. Ou seja: apesar de se assumir, na introdução do manual, que ele tratará de pães feitos com as substâncias anteriormente explicitadas, só se fala do pão europeu, aquele já conhecido no Velho Mundo, ao menos na primeira parte do manual – não tivemos acesso às demais. Assim como as enciclopédias em tomos, *O Colono* se inscreve num projeto e discurso europeizantes em que as coisas a saber são as coisas europeias. Os imigrantes são, felizmente, europeus. Apesar de se valorizar uma cozinha paraense, é necessário que se conheça o pão de outrem e exatamente o modo como se o obtém, mesmo que circulem sentidos, à época, de que trigo não é um artigo alimentício muito viável no solo brasileiro – o que, décadas depois, se altera, mas levamos em conta aqui os sentidos em circulação, não sua cientificidade segundo critérios contemporâneos. A pergunta que fica é: é necessário saber o pão europeu porque ele é dominante ou por que ele quer-se dominante, entre tantos pães, como a mandioca e seus produtos? Que o Pará continue comendo hoje uma grande variedade de alimentos à base dessas raízes demonstra seu potencial de resistência.

Riso e galhofa

O primeiro efetivo livro-enciclopédia com que nos deparamos ao longo desta pesquisa foi a *Encyclopedia do riso e da galhofa em prosa e verso*, publicado, no Rio de Janeiro em 1863, pela editora dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. O primeiro foi o compilador de textos humorísticos e também editor da enciclopédia, e veio para

o Brasil para trabalhar num já bem-sucedido negócio de seu irmão, Henrique, também do grão-ducado de Baden, na Alemanha. Vejamos o subtítulo enorme, e já provocador de um efeito cômico, da obra:

Repertorio de aneddotas joviaes, nacionaes e estrangeiras de annuncios celebres, banalidades, bernardices impagaveis, bons ditos, carapuças escolhidas, caricaturas, casos galantes, chalaças estramboticas, contos jocosos, curiosidades brasileiras, definições exquisitas, ditos agudos, epigrammas, epitaphios, factos espantosos, historias celeberrimas, legendas, lembranças que parecem esquecimentos, lendas, letreros, lograções, maganeiras, materialidades, maximas sublimes, palhaçadas asnaticas, particularidades interessantes, pensamentos felizes, pilhérias peregrinas, quadros, quinquilharias, raios, ratices, reflexões judiciosas, regras prudenciaes, que podem servir de espelho aos fieis, repentes, satyras, sentenças, sobrescriptos, tiroteios, tradições e trivialidades de bom gosto. Ilustrada com caricaturas e offerecida aos inimigos da tristeza por PANFUNCIO SEMICUPIO PECHINCHA PATUSCO JUBILADO. (PECHINCHA, 1873, folha de rosto; versaletes do original).

Um subtítulo tão extenso, com tantas palavras que visam descrever os tipos de textos a serem encontrados na enciclopédia, só pode render efeitos de sentido que se ligam à plurivocidade, a uma heterogeneidade. *O que há na enciclopédia é riso e galhofa, mas o que produz riso e galhofa?* Eis que são apresentados de *chalaças estrambóticas* a *quinquilharias*; de *ditos agudos* a *reflexões*

judiciosas; de caricaturas a regras prudenciais. Ou seja: interpreta-se que quase absolutamente tudo pode ser rido e galhofado. O humor enciclopédico também é completude.

Assinado por Panfúncio Semicúpio Pechincha – um quase heterônimo de Eduardo Laemmert –, a obra se divide em dois tomos, que contam, ao todo, com 2.648 textos humorísticos e diversas ilustrações em preto e branco. Em seu “Preâmbulo”, a *Do riso e da galhofa* narra ficcionalmente como teria o livro sido formado, como seu compêndio teria chegado à soma de dois tomos. Afirmando que “de ar só os camaleões vivem” e reclamando que, no comércio das relações humanas cotidianas, seus interlocutores lhe cobram determinados serviços – ou cobram dele determinados presentes, como sua namorada, Chloris –, Panfúncio tem a ideia de publicar o seguinte anúncio no *Jornal do Commercio*: “Dá-se um premio bom a quem descobrir um meio facil de ganhar dinheiro, sem grandes complicações de cabeça. Dirijã-se á rua da Carioca n. 372, 3º andar, das 9 ás 3 horas, pessoalmente, ou por escripto, com as iniciaes X. Y. Z”. Segundo o narrador, por quatro dias consecutivos não paravam de chegar, por carta ou *in sito*, conselheiros que lhe forneciam ideias sobre o que fazer, “com o olho no *premio bom*”. Não teriam faltado dicas de invenções, desde raticidas até pomadas rejuvenescedoras, de acordo com Pechincha. Além disso, teriam-lhe sugerido que passasse a atuar como médium de sonâmbulo ou deputado. Até que, no quarto dia, chega uma carta de um Ilustríssimo Senhor Chrysostomo Fradique ditando que nos apotegmas, provérbios, há *glória para o autor, proveito para as suas finanças e grande instrução para o público, as três vantagens exigidas pela economia*

política. Assim, com glória, proveito financeiro e instrução ao público, um livro de apotegmas seria um item necessário em qualquer casa, e poderia concretizar os planos de Pechincha. Essas três vantagens são repetidas mais à frente, na carta de Fradique:

Aconselho, pois, a V. S. (sendo V. M^{ce} proscripto e de pessimo gosto e som, todos os candidatos me derão *Senhoria*, e tres *Excellencia* ; por ora *Alteza* é que ainda nenhum ; até vir não é tarde), que faça uma preciosa collecção de anedotas e ditos ; que tudo isso seja grave, ou crespo, agudo e malicioso; que se ponha, o mais que puder, de carinha n'água ; que reuna em uma só palavra ou em muito poucas, muito de entendimento, de graça ou de malicia ; que tome por modelo, em nossa língua, o Dialogo II, da *Côrte na Aldeia*, de Lobo, ou o livro do padre-mestre Supico ; que castigue, rindo, os costumes ; que se me torne uma especie de Desgenais pratico, e não massudo; que faça cocegas sem arranhar; que instrua, moralise e divirta. (PECHINCHA, 1873, p. X-XI).

Apesar de ser um instrumento voltado a provocar o riso e a galhofa, a *Encyclopedia* não deixa de se autossignificar como um objeto de saber. Ela diverte, mas também instrui e moraliza. Esses mesmos sentidos são retomados na conclusão do Preâmbulo: “(...) do mesmo modo que eu ensino os ignorantes, consolareis vós os tristes” (PECHINCHA, 1873, p. XIII). Uma enciclopédia é uma enciclopédia. É esclarecimento. Iluminação.

Mesmo figurando como uma das primeiras enciclopédias do Brasil, essa de que ora tratamos mal é abordada

pela historiografia. É comentada por alguns autores da literatura brasileira (conforme afirmamos em ESTEVES, 2014), mas é amplamente ignorada.

Aos populares

Em 1879, no município de Campanha, em Minas Gerais, é lançada aquela que, junto à *Encyclopedia dos conhecimentos uteis*, pode ser considerada uma das primeiras enciclopédias de divulgação científica do Brasil: a *Encyclopedia popular*.¹² Com um subtítulo bem diferente do da *Encyclopedia do riso e da galhofa*, essa se apresenta como uma obra voltada a *leituras úteis*, mas também a “noções, excerptos e notas referentes aos mais interessantes conhecimentos humanos; notícias relativas às cousas e instituições do Brazil; apontamentos históricos, geographicos, estatisticos, biographicos, industriaes, litterarios, etc., etc.” (VEIGA, 1879, folha de rosto). História, geografia, estatística, biografia, indústria e literatura retomam textualmente os *mais interessantes conhecimentos humanos*, mas não os tomam exclusivamente para si. Na enciclopédia, há muitas seções voltadas àquilo que hoje chamamos de ciências biológicas e médicas, bem como de exatas e tecnológicas. Como 16 anos antes, na enciclopédia mencionada mais atrás – que, em seu subtítulo, registra em seu repertório as ditas “curiosidades brasileiras” –, a

12. Essa enciclopédia foi digitalizada integralmente como cumprimento parcial de nossos objetivos de divulgação científica e cultural de enciclopédias brasileiras (projeto vinculado ao PNAP-R/FBN). Ela pode ser acessada em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1463072/drg1463072.pdf.

publicação mineira fornece *notícias relativas às cousas e instituições do Brasil*.

A responsabilidade da edição da *Popular* ficou por conta de Bernardo Saturnino da Veiga, também jornalista do *Monitor Sul-Mineiro*, um jornal separatista que apoiava a criação do estado de Minas do Sul, mas que se guiava por um princípio conservador, de respeito à ordem imperial então vigente no Brasil. O lema do jornal era “Lemos no presente, soletramos no futuro”. Uma confiança irrestrita em que a leitura pode mudar a vida e o futuro. Em seu prefácio, a enciclopédia tenta explicar como se deu a escrita de seus artigos, que não apresentam ordem alfabética: após a consulta comparada a três, quatro ou mais escritores, cabia, segundo o texto, “preparar muitas vezes uma pagina apenas”, resumir a exposição, desenvolver uma nota breve,

adicionar além um facto de que tinhamos conhecimento mais amplo, ou uma referencia, nota ou reflexão que nos parecia attinente ao fim de nosso empenho ; ora redigindo, ora compilando, ora simplesmente vertendo de escriptores estrangeiros periodos e paginas applicaveis aos assumptos de uma pequena encyclopedia popular ; evitar, quando o caso permittia, as asperezas da lingua-gem scientifica para os espiritos indoutos, sem prejuizo da clareza necessaria ; aproveitar o maior numero possivel de noções uteis, de apontamentos proveitosos, de extractos e de notas instructivas, para conhecimento e uso de diversas classes sociaes, exarando-os sem obscuridade e com algum systema – tal foi, em resumo, o trabalho á que nos dedicámos e cujo resultado vimos hoje offerecer

ao publico, não como documento de pretensioso merito, mas simplesmente, e outra cousa não é elle, como singela offerenda de nosso profundo devotamento á causa santa da educação popular. (PECHINCHA, 1873, p. VII).

Percebe-se que a enciclopédia vai mostrando qual foi o seu manual de redação, que teria incluído leitura e reescrita, tradução e resumo, esclarecimento ou afastamento das *asperezas da linguagem científica para os espiritos indoutos*. Eis duas regularidades nas enciclopédias de divulgação científica: (a) elas apresentam sua redação como tendo sido concebida com uma língua diferente da científica, mais simples e clara, e (b) elas vão projetando a imagem de um leitor possivelmente *indouto*, ignorante. Nesse recorte acima, ainda se retoma o subtítulo *leituras úteis* com a defesa de que se aproveite o *maior número possível de noções úteis, de apontamentos proveitosos, de extratos e de notas instrutivas*, para que distintas classes sociais os conhecessem, no sentido de auxiliar a *causa santa da educação popular*. Trata-se, assim, de uma profissão de fé, tanto no sentido de que o enciclopedista se coloca numa posição de quem ocupa essa profissão ao lado de uma missão divina quanto de que, nas enciclopédias, as ciências serão professadas para que se cumpra uma causa santa.

O enciclopedismo religioso brasileiro

Em capítulos anteriores, já discutimos como o surgimento, na França, da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert foi capaz de rearrumar o mapa e a hierarquia

do conhecimento, das ciências, deslocando o papel central da teologia no quadro epistemológico. Será que isso foi uma constante no enciclopedismo internacional? Não. Mollier (1999, p. 337) acredita que, já no século XIX, há um recrudescimento do potencial revolucionário das enciclopédias, que continuam sendo poderosas, mas às vezes não para desestabilizar o sistema, e sim para restabelecer a ordem ao caos. A *Encyclopedia popular* é um exemplo forte disso. Seu primeiro artigo enciclopédico, “Astronomia”, é aberto com a epígrafe em latim *Coeli enarrant gloriam Dei*, significando “Os céus narram a glória de Deus”. Se compararmos essa epígrafe com a de *O Colono de Nossa Senhora do O’ – Je veux concourir, dans la mesure de mes forces, au bonheur de mes citoyens* (“Quero contribuir, até onde permitem minhas forças, ao bem-estar de meus cidadãos”), já teremos muito a dizer. Primeiramente, a língua das epígrafes: na *Popular*, o latim clássico; no *Colono*, o francês. Duas línguas que significam diferentemente a relação com o saber: a primeira, a língua da Igreja, a segunda, a língua da Ilustração. No plano dos significantes, ainda que se debruce sobre um artigo científico, há uma incidência direta do discurso cristão na *Popular*.

Se epígrafes servem para bem-estetizar a abertura de um texto – e não pretendemos aqui explorar muito isso teoricamente –, também funcionam no sentido de marcar posição, de fornecer os primeiros sentidos desse texto. E abre-se um texto científico com um sentido que lembra o da cafeomania, a arte de ler o destino na borra de café: se os céus narram a glória de Deus, eles podem representar uma grande xícara de café estudada por astrônomos

para entender as criações divinas. A epígrafe em francês, diferentemente, sinaliza para um desenvolvimento de urbanidade.

O artigo sobre astronomia ainda se inicia da seguinte maneira: “A abobada celeste é a pagina mais esplendida do livro da criação, o canto mais bello da epopéa de Deos” (VEIGA, 1879, p. 1). Esse tipo de recurso à teologia e à religião embasa muitas das ciências da enciclopédia. Mais à frente, no artigo “Chronologia”, por exemplo, na subseção “Taboa chronologica/Historia antiga”, sob o título “Primeira época: – Creação”, escreve-se: “4004. – Segundo as Santas Escripturas, no sexto dia da criação, Deos faz o homem á sua imagem e o colloca no Eden, ou Paraiso terrestre. Saber onde estava situado o Eden, é questão que tem motivado diversas e contradictoras opiniões” (idem, p. 46). Assim, tanto em ciências da terra e da natureza, como astronomia, como em ciências humanas, como a cronologia, a figura de Deus não é mitológica – como seria num discurso científico radicalmente ateu – ou mesmo afastada – como seria num discurso científico moderado –, mas incorporada e colocada na linha de tempo das narrativas históricas. Ademais, as questões que dizem respeito ao relato bíblico merecem destaque especial, evocando-se inclusive as divergentes opiniões quanto à localização do Éden. Não se materializam, entretanto, outros mitos de criação, nem mesmo a divergência entre o cristianismo e outras religiões. É uma escolha que se faz. É o conhecimento que se quer útil às diversas classes sociais do Brasil. É essa a religião que pode e deve ser vinculada ao saber científico.

Aos populares (continuação)

Logo em seguida, ainda se ressalta a importância de se tratar do Brasil com mais profundidade:

Sendo este livro particularmente destinado á leitura de nossos concidadãos, julgámos dever tratar nelle mais detidamente das cousas e dos homens de nossa terra. Este foi o motivo porque, consagrando ao Brasil um capitulo especial, e menos breve, á elle nos referimos ainda em outros artigos e sempre que pareceu-nos opportuno. (PECHINCHA, 1873, p. VII).

É um país em construção, que precisa saber as coisas e os homens de sua terra, numa discurso de irmanação que se impõe principalmente com o possessivo de primeira pessoa do plural: “nossa terra”. É a construção de uma identidade brasileira.

Há uma imagem, ainda, de que as enciclopédias, como já adiantamos, são objetos típicos da constituição urbana:

Além das razões já expostas, outras nos fazem esperar cordial desculpa para as imperfeições e faltas deste trabalho, organizado em uma pequena cidade do interior, onde á seus collaboradores escasseavão fontes de consulta, e os mais vulgares recursos, não nos tendo sido tambem possível obter gravuras que, sensibilizando as explicações, facilitassem a intelligencia de algumas theorias e demonstraões. (PECHINCHA, 1873, p. VII-VIII).

A desculpa por a enciclopédia ter sido escrita e organizada em uma cidade de interior é algo que coloca em contraste como deveria ser, na posição de quem se desculpa, uma enciclopédia que não precisa se desculpar. Uma enciclopédia escrita numa cidade central, fora do interior, com maior acesso a fontes de consulta e recursos. O efeito é o de esforço: hercúleo e enciclopédico.

Pontos em tensão

Chegando aqui, podemos expor algumas hipóteses a partir ora dos apagamentos, ora dos esquecimentos das enciclopédias na história do Brasil, que repetem também o apagamento, de modo geral, de enciclopédias na história do mundo:

- a. existe, predominantemente, uma aposta historiográfica (e também uma disputa) em qual provavelmente seria a primeira enciclopédia, a primeira enciclopédia brasileira, a primeira enciclopédia alfabética etc.;
- b. essa aposta/disputa pode significar tanto um anseio da posição historiográfica de dar sentido a determinados objetos bibliográficos quanto uma valorização do objeto enciclopédia como lugar de produção de conhecimento científico, técnico, histórico;
- c. tal aposta/disputa relaciona-se com a valorização das enciclopédias como obras de larga circulação no Brasil já a partir do século XIX, mas não redundando na conclusão da publicação, finalmente, da enciclopédia brasileira projetada pelo Instituto Nacional do Livro (INL, do então Ministério de

Educação e Saúde), órgão do governo que foi criado em 1937 justamente para esse fim e que lança sucessivamente diversos projetos nunca terminados. Trataremos desses projetos no capítulo 6.

Temos uma hipótese para essa aposta/disputa. Os esquecimentos, apagamentos e perdas de diversas naturezas sofridos por essas obras – entre livros, jornais, revistas, gazetas, almanaques etc. – vão funcionando de modo a auxiliar o próprio discurso enciclopédico em sua atualização do saber total: à medida que as enciclopédias vão sendo apagadas da historiografia, os saberes vão circulando, vão se modificando, vão se rompendo, e esse apagamento faz parte do discurso enciclopédico, de certo modo. Se uma enciclopédia lida ou acessada possui todos os saberes, como uma sua anterior poderia também possuí-los? Não poderia. Claro que hoje se sabe que a *Barsa*, por exemplo, não é a primeira enciclopédia do Brasil, mas mesmo bibliotecárias costumam indicar a *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira* como ocupante desse lugar inaugural. Essa obra só veio a lume em 1958, e é um dos projetos de enciclopédia brasileira do Instituto Nacional do Livro. Esses apagamentos da historiografia são tais que nem mesmo se promoveu uma ilusão, em ampla escala, de qual foi a primeira enciclopédia do Brasil. Há tensão, mas não há discussão. A disputa se dá por versões, não por embate.

Epistemologicamente, a perda do apagamento das primeiras enciclopédias brasileiras é notória: deixa-se de observar que sentidos de ciência – ou seja, o que se imagina ser *ciência*, e como esse imaginário vai se transformando historicamente – e quais sentidos científicos

– como os conhecimentos científicos vão se inscrevendo nas enciclopédias brasileiras – circulam nesses instrumentos: tal observação mais atenta poderia responder a como a ciência vai se construindo no Brasil e como vai sendo divulgada para o público (amplo ou restrito). Além disso, nas enciclopédias se produz aquilo que Pêcheux (2006 [1983], p. 41) chama de *coisas a saber* – em outras palavras, sentidos sobre como os sujeitos devem circular pelo mundo e, especificamente, o que, como, quando, onde, quanto podem e devem agir: apreendê-las é compreender como se constituem discursivamente as normas (científicas, sociais, culturais, disciplinares etc.). Apenas um trabalho exaustivo nos arquivos do maior acervo de obras de referência do Brasil – a Biblioteca Nacional – permite que seja empreendida uma verdadeira análise discursiva e histórica das enciclopédias brasileiras: diante da escassez de fontes bibliográficas secundárias que permitam a leitura das enciclopédias e mesmo a possibilidade de se conhecerem as primeiras publicações desse tipo no Brasil, é necessário voltar às fontes primárias, trilhando com atenção e minúcia os caminhos desses instrumentos.

O popular, o útil e o prático no enciclopedismo

(...) A pobreza não explode como as bombas, nem ecoa como os tiros. Dos pobres, sabemos tudo: em que não trabalham, o que não comem, quanto não pesam, quanto não medem, o que não têm, o que não pensam, e quem não votam, em que não creem. Só nos falta saber por que os pobres são pobres. Será por que sua nudez nos veste e sua fome nos dá de comer?

(GALEANO, 2012, p. 329)

Uma mais-valia do conhecimento: extirpa-se o saber do pobre, do popular, e vende-se barato isso tudo, como se essas coisas não tivessem dono. Põe-se o pobre a nu, numa ilusão de que ele nada pensa, e lhe é ofertado o tesouro dos tesouros, o combustível – ou o passageiro – das sinapses. Alimenta-se um imaginário segundo o qual como o pobre não se veste e não come como deveria, tampouco sabe como deveria. E isso não é de hoje.

O discurso enciclopédico parece ter também, desde a *Encyclopédie*, se empenhado em alcançar não apenas as classes sociais que podiam, sem grande dificuldade, pagar pelos impressos – lembremo-nos de que o papel, na Europa do XVII e no Brasil do XIX, tinha valor muito elevado¹³ –, mas também grupos que até então não tinham muito acesso a livros. Depois de algumas edições, imprimiu-se formatos “populares” do trabalho organizado por Diderot e D’Alembert no intuito de alcançar as massas, algo que não fora muito comum nas enciclopédias anteriores:

A história interna da guerra entre os editores que publicaram a *Encyclopédie* é capaz de revelar um pouco do espírito empreendedor do capitalismo nas origens da França moderna, mas ela não responde à questão mais ampla de saber qual foi o papel de todos nessas batalhas. Naturalmente, o capitalismo selvagem só buscava o ganho. Panckoucke e os contrafactores, Duplain e os suíços, e todos os financiadores, contrabandistas e caixeiros-viajantes que lhes ajudavam, compreendiam muito bem que eles poderiam ganhar uma fortuna se alimentassem o vasto mercado potencial existente na

13. Há alguns lugares do mundo em que ainda hoje o papel é muito caro. Em Cuba, por exemplo, por causa do embargo norte-americano e da não internacionalização do socialismo, uma resma de papel em branco é algo que consome muito da renda dos sujeitos. Ao mesmo tempo, quando pensamos no Brasil do século XIX – e mesmo em alguns períodos do século XX – e na Europa do XVIII, devemos também considerar que o preço do papel é uma variável no controle da liberdade de expressão. Se o papel é caro, restringe-se quem pode se expressar, quem registra, na escrita, as posições discursivas que ocupa. É questão de legitimidade e de autoridade.

França com uma edição “popular” da obra capital das Luzes. A ferocidade e a competição combinada para satisfazer essa demanda parece indicar que a ideologia das Luzes abrangia largamente o “grande público” de todo o território francês, se não mesmo as massas. (DARNTON, 2010 [1983], p. 226; tradução nossa).¹⁴

De acordo com Darnton, não é por filantropia ou por qualquer vontade de fazer chegar o saber às massas que se produzem edições “populares” da “obra capital das Luzes”. É por espírito empreendedor, por uma vontade de ganhar dinheiro. No entanto, em qualquer mídia, esse princípio de popularização no sentido de render mais e maiores fortunas com um mercado em expansão produz uma reação adversa: o próprio consumo, no sentido marxista do termo, dos objetos culturais. Os livros alcançarem os lares das massas não significa que tenham sido lidos, mas significa que passam a ser um objeto de desejo e que as edições populares, para além de serem impressas

14. “L’histoire interne de la guerre entre les éditeurs qui publièrent l’Encyclopédie peut révéler quelque chose de l’esprit d’entreprise capitalist aux origines de la France moderne, mais elle ne répond pas à la question plus vaste de savoir quel fut l’enjeu de toutes ces batailles. Naturellement, le capitalisme sauvage ne recherchait que le gain. Panckoucke et les contrefacteurs, Duplain et les Suisses, et tous les financiers, contrebandiers et voyageurs de commerce qui les aidaient, comprenaient fort bien qu’ils pouvaient faire fortune en alimentant le vaste marché potentiel existant en France pour une édition «populaire» de l’oeuvre capitale des Lumières. La férocité de la compétition engagée pour satisfaire cette demande semble indiquer que l’idéologie des Lumières s’était très largement répandue à travers toute la France dans le «grand public», sinon dans les masses” (DARNTON, 2010 [1983], p. 226).

em formatos especiais que garantem um menor custo em sua impressão – algo, hoje, como um livro ser lançado em duas edições com o mesmo texto interno –, também passam a ser pensadas para além: que tipo de livro, que tipo de texto, que tipo de língua, que tipo de ciência pode e deve circular naquilo que é considerado popular? Os livros se fazem discursivamente: suas imagens, suas letras, suas páginas, seu papel; tudo ali produz sentidos que dizem respeito à inscrição das obras na ideologia. As línguas vão mudando e seu *status* vai se modificando com o advento da escrita e, principalmente, com a popularização dela e da leitura.

O significante e qualificador “popular” é uma regularidade no esforço enciclopédico, do século XIX ao XX, pelo menos. Isso se dá tanto no Brasil como no exterior. Em 1853, foi publicada em Londres *The Scientific and Literary Treasury: a New and Popular Encyclopedia of the Belles Lettres*, sob a pena de Samuel Maunder, que se afirma como um *popular digest of Science, Literature, and Art* (um “resumo popular de Ciência, Literatura e Arte”). Não é casual nem a escolha de substantivo – *digest* – para se referir à enciclopédia nem que ele esteja ladeado com *popular*. No inglês, esse substantivo tanto evoca os sentidos de “resumo” quanto é homônimo ao verbo que pode ser traduzido como “digerir”. Essa enciclopédia não apenas é um resumo, como também oferece algo já digerido aos seus leitores – um sentido que pode ser parafraseado, vernaculamente, por “lido e mastigado”. Com 844 páginas e apresentando verbetes em ordem alfabética com feição enciclopédica – ou seja, sem apresentar informações metalinguísticas sobre as palavras –, esse instrumento

também produz uma imagem sobre aquilo que é popular. Uma constante que veremos também no Brasil.

A suposta “popularidade” dessas enciclopédias é algo que as aproxima dos almanaques:

O preconceito contra o almanaque, visto como um gênero “popular”, implicou sua desconsideração enquanto um produto de importância social. Sendo assim, defende-se que o rótulo *cultura de almanaque* precisa ser revisto e repensado. (PEREIRA, 2009, p. 45).

Essa tal *cultura de almanaque*, quando aliada aos propósitos enciclopédicos, acaba por fundir a popularidade – em vários sentidos, talvez exceto o de enraizamento real nas classes populares – e o entretenimento dos almanaques com o discurso civilizatório e totalizante (totalitário?) das enciclopédias. Um saber completo que se oferece de modo a divertir o leitor. Uma divulgação científica simplificada ao extremo, no limite de um bate-papo. Na história do livro no Brasil, há muitos casos assim.

Ainda sem entrarmos nos títulos enciclopédicos que contam com o termo “popular”, é possível mapearmos algumas ocorrências internas aos elementos pré-textuais de determinadas obras, como a que está no primeiro volume da *Enciclopédia rio-grandense*, que, publicada em 1956, versava sobre as coisas do antigo Rio Grande. Em sua introdução, ela correlaciona a necessidade da prática enciclopédica no Brasil a um ideal popular, que vai significando a categoria *povo* como aquele que precisa conhecer, mas também o instrumento *enciclopédia* como aquele que deve instruir:

Com o lançamento da “Enciclopédia Rio-grandense” desejamos, portanto, prestar um serviço útil à geração atual e às vindouras. Será, forçosamente, uma enciclopédia popular, escrita para tôdas as camadas sociais, uma obra instrutiva e de consulta. Pretende dar uma visão geral sôbre a evolução histórico-cultural do Rio Grande do Sul, nos seus variados setôres de atividade humana. (BECKER, 1956, s.p.; grifo nosso).

É interessante notar que *enciclopédia popular*, citada acima, é algo significado como *escrito a todas as camadas sociais*, não apenas às camadas populares. Diz-se “popular” para quê, então? Para incorporar esse “popular” a todas as classes. Se não se diz que uma enciclopédia é popular, para quem ela é escrita? Certamente não para todas as camadas sociais. Há, assim, um deslizamento entre “popular” e “todos”. Mas também a encenação de um ritual em que, se não se diz “popular”, ele está excluído. Permite-se, assim, que perguntemos quem está incluído quando não se diz “popular”.

Do levantamento de enciclopédias que realizamos nos arquivos da Biblioteca Nacional, mas também em acervos virtuais de outras instituições, encontramos diversos títulos com o adjetivo *popular* qualificando “enciclopédia”. Seleccionamos, entre eles, algumas obras de que já tratamos aqui, mas também outras: *Encyclopedia popular: leituras uteis* (1879); *Encyclopedia popular de leituras uteis para o povo e escolas primarias* (s.d., Rio de Janeiro, circa 1880-1890)¹⁵; *O colono de Nossa Senhora*

15. BLAKE, 1900, p. 86; 87.

do O'. *Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mecânicas* (1856-1858); *Dicionário popular brasileiro* [de Alarico Silveira, que se torna, posteriormente, a *Enciclopédia Brasileira*, do Instituto Nacional do Livro (1958)].

Entre esses títulos, uma outra regularidade – que percorre outras enciclopédias que não necessariamente levam *popular* no título ou no subtítulo – é a explicitação da utilidade e da praticidade das lições nelas contidas. Os dois primeiros títulos acima são quase idênticos: duas *enciclopédias populares com leituras úteis*. Da primeira já falamos, da segunda temos poucas informações, mas descobrimos sua existência no dicionário de Blake (1900):

Manoel Francisco Dias da Silva – Filho de Manoel Francisco Dias da Silva e dona Ignacia Gertrudes de Oliveira e Silva, nasceu em Nitheroy a 28 de janeiro de 1840. Completou sua primeira instrução aos 9 annos de idade, encetou a carreira commercial como caixeiro em estabelecimento de seu pae, e depois noutros estabelecimentos da corte, percorrendo algumas províncias do Império e também dando-se á leitura de livros bons, principalmente de assumptos agrícolas. Depois, obtendo carta de professor primário, fundou um internato que foi obrigado a transferir ao cabo de seis annos por moléstia grave, e a deixar a côrte, para ser professor em Angra dos Reis. Voltando depois a esta capital, fundou a importante typographia Carioca e dedicou-se todo ás letras, fundando o Instituto polymatico brasileiro e concorrendo para a fundação de outros estabelecimentos iguaes; mas enfermidade cruel ainda

veio feril-o fatalmente, roubando-lhe a vista e, como si não fosse bastante tão grande infortúnio, elle viu em poucos momentos sua typographia reduzida a cinzas por fatal incêndio, e desaparecer tudo quanto possuía, o fructo de afanoso trabalho. Tanta adversidade, porém, parece que lhe dava força, não somente para resistir a tão dolorosos golpes, mas para emprehender e levar ao termino tantos e tão variados trabalhos que deu à luz, faltando-lhe a luz para isso. Admira tanta força de vontade, tanta actividade num cego ! Bem disse o *Jornal do Commercio*: «Este extraordinário cego é o typo dos homens, que affligidos por tão cruel enfermidade, continuam úteis a si e à sociedade.» Foi o fundador do Instituto polymatico brasileiro, de que foi secretario perpetuo, e pertence a varias associações litterarias. Escreveu: (...)– *Encyclopedia popular* de leituras uteis para o povo e escolas primarias. Rio de Janeiro, in-8º com gravuras – Teve outras edições e a terceira, sem data, tem 202 pags. (BLAKE, 1900, p. 86-87).

Dias da Silva, o autor da segunda enciclopédia popular, segundo Blake, dava-se à leitura de livros bons. Na biografia, ele é construído como autor: demonstra-se que se tratava de homem de experiências múltiplas e destino final nas letras, ainda que cego. Cabe até a pergunta: o que era um livro bom em 1900? Aparentemente, um livro que contou com uma boa circulação, tendo se voltado ao ensino de escolas primárias. Interessante é a retomada de “popular” como “para o povo”, logo a seguir, numa desambiguação: essa enciclopédia é popular não porque foi escrita pelo povo, mas porque se volta a ele.

Na Biblioteca Nacional do Brasil, não conseguimos encontrar essa enciclopédia. Fizemos, então, uma visita técnica, em janeiro de 2016, à Biblioteca Nacional de Portugal, onde averiguamos que a instituição possui um volume da obra.¹⁶ Entretanto, a tentativa de consulta foi frustrada, já que, à época da visita, o órgão de cultura se encontrava em greve. Mesmo sem nunca termos visto essa enciclopédia, no entanto, é possível depreender, a partir do título contíguo com a de Veiga (1879), que, ainda que o que se considere leituras úteis não seja o mesmo, há uma preferência por ofertar a quem é popular aquilo que é útil, aquilo que lhe pode ser usado. O *inútil* não é de grande serventia para o popular.

Em trabalho anterior (ESTEVEES, 2014), já cotejamos sequências da *Popular* de 1879 com o *Thesouro da juventude*, outra enciclopédia que se pretende voltada para o ensino de jovens, mas vale a pena retomá-las aqui, de modo diferente como exploramos os recortes na pesquisa anterior:

16. A obra pode ser encontrada na base de dados da Biblioteca Nacional de Lisboa pelo seguinte link: http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=14J43710NB418.684169&profile=porbase&uri=link=3100027~!7667896~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=Enciclop.

TABELA 1 - RETOMANDO O DISCURSO ENCICLOPÉDICO DA EP (1879)

<i>Encyclopedia popular</i> (1879)	<i>Thesouro da juventude</i> (1925)
<p>EP₁: [A enciclopédia] destina-se ás <u>classes sociais</u> – <u>agricultores</u>, <u>negociantes</u>, <u>artistas</u>, etc. (Veiga, 1879, p. iss)</p>	<p>TJ₂: [...] será um precioso disseminador da cultura media do nosso tempo em todos os recantos do paiz, nas cidades, nos campos, os longinquos sertões, onde mourejam os <u>rústicos agricultores</u>, <u>creadores</u>, <u>mineradores</u> e <u>seringueiros</u>. § (Clóvis Bevilaqua, na introdução do <i>TJ</i>. 1925, p. 7)</p>
<p>EP₁: (...) [<u>classes sociais</u>] á quem nas lides quotidianas de múltiplas tarefas <u>não sobra tempo</u> para manusear <u>bibliotecas</u>, nem sobejão recursos para adquiri-las. (Veiga, 1879, p. iss)</p>	<p>TJ₁: Encyclopedia para meninos, adolescentes e homens <u>do povo</u>; procurando instruir, sem discussões theoricas, inadequadas e fatidiosas para os espíritos juvenis, e para <u>os que não dispõem de tempo necessario</u> para se aprofundar nas sciencias ou nas letras; não fazendo philosophia, não tendo preocupações technicas, nem intuitos didacticos. (Clóvis Bevilaqua, na introdução do <i>TJ</i>. 1925, p. 7)</p>
<p>EP₁: [...] não nos tendo sido tambem possivel obter <u>gravuras</u> que, sensibilizando as explicações, facilitassem a intelligencia de algumas theorias e demonstraões. [...] (Veiga, 1879, p. iss)</p>	<p>TJ₄ [extrato]: quem não recorda o encanto que em menino lhe produzia percorrer semanarios pittorescos, museus das famílias, <u>encyclopedias populares</u>, isto é, colecções de noticias curiosas, principalmente se essas colecções eram acompanhadas de <u>gravuras</u>? (W. M. Jackson, 1925, p. 9)</p>

<p>EP₁: [...] Quando mesmo nossa tentativa para mais não sirva, póde Ella despertar acaso no espírito dos competentes a ideia de dotar o paiz com uma obra desse mesmo genero, mas aperfeiçoada, primorosa, completa, como sõem ser as creações da sabedoria. (Veiga, 1879, p. iss)</p>	<p>TJ₄ [extrato]: Ha uma cousa que poderíamos chamar o <u>bacharelato popular</u>, ou, se se quiser, a universidade dos conhecimentos que <u>hãode constituir o minimo de saber d'um homem regularmente illustrado. E a isso correspondem os livros como este.</u> (W. M. Jackson, 1925, p. 10)</p> <p>TJ₃: <u>Que livro melhor poderiam oferecer</u> aos que, tendo sede de saber, dispõem de tempo limitado para se aprofundar nas sciencias e na litteratura universal, aos que desejam possuir um conhecimento geral mediano das cousas, convencidos que nem todos teem a organização cerebral d'um <u>Aristoteles</u> ou d'um <u>Augusto Comte</u>, para assimilar e dominar todo o saber de sua epocha, nem sequer a capacidade retentiva e reproductora d'um <u>Saumaise</u> ou d'um <u>Pico de Mirandola</u>, que sabia tudo e alguma coisa mais? Nenhum, certamente. (Clóvis Bevilaqua, na introdução do <i>TJ</i>. 1935, p. 8)</p> <p>TJ₅ [extrato]: Um livro como este, <u>uma encyclopedia popular</u>, pode e deve ser um dos melhores presentes que se pode fazer a uma comunidade. Está indicado para uma <u>bibliotheca popular</u>, para uma escola, e está-o para o lar. (W. M. Jackson, 1925, p. 11)</p>
--	--

Fonte: Autor.

Na tabela acima, há uma presença bem-marcada de um discurso que parafraseia o tempo todo a popularidade das duas enciclopédias, chegando mesmo a recomendar uma delas para uma biblioteca popular e como recurso para que o sujeito se formasse num *bacharelado popular*, ou seja, conquistasse, via leitura, o *mínimo de saber dum homem regularmente ilustrado*. A noção de ilustração por meio dos sentidos circulantes nas enciclopédias é recorrente, mas aqui vai-se além: as enciclopédias (*populares*, nos títulos ou em seus elementos pré-textuais) se colocam como substitutas de escolas, de bibliotecas – na primeira coluna, defende-se que a leitura da enciclopédia é voltada a quem não tem tempo para consultar bibliotecas; na segunda, advoga-se a incorporação da obra em bibliotecas –, de universidades.¹⁷ A pergunta que não quer calar é: trata-se de substitutas para todos ou só para quem já não consegue acessar colégios, bibliotecas, universidades e, assim, pode se contentar com a leitura de algo que não representa exatamente essas instituições, mas é o que se tem?

No segundo número do periódico *O colono de Nossa Senhora do O'*, diz-se algo nesse sentido também. Dessa vez, no entanto, em vez de se abordar o tempo, como se fazia no que hoje conhecemos como Sudeste do país (Rio de Janeiro e Minas Gerais), o periódico concentra-se na falta de outras publicações, na substituição de livros por um periódico e no desconhecimento, pelo povo, de línguas

17. Vale também lembrar que, para Mário de Andrade, em seu anteprojeto de enciclopédia brasileira de 1939 (ANDRADE, 1993 [1939], p. 4), “por si mesma, uma boa enciclopédia é toda uma biblioteca”.

estranhas a ele. Comemora também o sucesso de crítica entre os leitores do Pará e reafirma sua *utilidade* na difusão de *conhecimentos necessários* – novamente, algo que aproxima essas enciclopédias populares:

Sahio o 1º numero do Colono, e sahio com um escrutinio á recolher os votos da opinião. *Cem espheras brancas, e só uma preta!* A maioria toca á unanimidade! Com um apoio tão decidido podemos proclamar affoutos a utilidade do Colono, que se empenha em diffundir pelo povo conhecimentos necessários, mas que ficariaõ ignorados por estarem em custosos volumes, ou em linguas que o povo desconhece. Se a *ogerisa á periodicos* nos aliena alguma sumpathia, tambem era *periodico* o *Panorama*, era *periodico* a *Ilustração* e o era o *Archivo Popular*: hoje são *Livros!* Tambem o Colono pode vir a ser um *Livro*, si naõ do merito d’aquelles quanto a fórma, de igual certamente pelo fundo, que será ministrado por aquelles mesmos, e por quantos Authores se tem distinguido nos differentes ramos das sciencias e artes. (COLONO, anno 1, n. 2, 31 de outubro de 1855, p. 1).

Como temos dito, ao se falar de uma publicação popular, fala-se do povo. E aqui indica-se o povo como aquele que é carente de dinheiro e de línguas estrangeiras, mas também de conhecimentos necessários.

Nas primeiras células da tabela, além do mais, nota-se que há um deslizamento entre popular – classe social – profissões (como [*rústicos*] *agricultores, negociantes, artistas, criadores, mineradores e seringueiros*). *Povo, popular*, é, então, uma classe social trabalhadora, cuja

atividade profissional impossibilita o tempo de leitura. No *Thesouro da juventude*, esse tempo de leitura deveria ser dedicado ao conhecimento e aprofundamento nas ciências e letras e, como é escasso, não deveria a enciclopédia fazer filosofia ou ter preocupações técnicas nem intuitos didáticos: o efeito é o de que a enciclopédia atua numa ilusão de unanimidade e a filosofia não tem lugar entre as ciências, tampouco entre as letras.

Chegamos finalmente ao *Dicionário popular brasileiro*, de Alarico Silveira, base futura para a *Enciclopédia Brasileira* de mesma autoria. O dicionário nunca chegou a ser publicado, mas é o título de identificação de uma pasta – encontrada no setor de Manuscritos da FBN – com vários documentos referentes à enciclopédia. Nós nos deteremos mais nesse caso nos capítulos a seguir, mas já podemos afirmar sobre essa popularidade expressa no título: ela desaparece do título da enciclopédia, o que significa muito. Ser a primeira enciclopédia – ou uma das primeiras – a receber o gentílico “brasileira” no título, ao lado de um “popular”, poderia desmerecer o feito. Poderia diminuir a importância do empreendimento e do esforço. Ser popular é ser menor (?).

O que também percorre as enciclopédias, principalmente no século XIX, é a questão da praticidade e da utilidade, desde os títulos e subtítulos. Por exemplo, vejamos, do levantamento feito nos livros de Sacramento Blake, com informações sobre o autor, título, subtítulo e dados sobre a edição dos livros:

Filippe Nery Collaço – E’ natural de Pernambuco e doutor em sciencias sociaes e jurídicas pela faculdade de

sua provincial em 1858. Dedicado às sciencias mathematicas, fez dellas em seu gabinete um estudo tão profundo, que desempenhou por muito tempo, como profissional, um logar na câmara municipal do Recife. Exerce a advocacia no foro desta cidade, assim como o magistério de algumas matérias da instrucção secundaria, e escreveu: (...) – *O Conselheiro* da família brasileira: encyclopedia dos conhecimentos indispensáveis na vida pratica etc. Rio de Janeiro, 1883, in-8º com muitas gravuras – E’ uma encyclopedia de educação para todas as idades, e de conselhos e regras uteis para bem viver. (BLAKE, 1893, p. 358-359).

Manoel Antônio de Mattos – Faltam-me noticias a seu respeito. Só sei que escreveu: – *Encyclopedia* das artes: collecção de 1.318 processos industriaes, formulas e receitas de fácil applicação para uso dos artistas e das famílias, compilados, etc. Obra revista por um chimico da capital. Bahia... (BLAKE, 1893, p. 20).

Torquato Decio – Não conheço este autor, nem sei si este é seu verdadeiro nome ou pseudonymo. Só sei quo é brasileiro e escreveu: – *Encyclopedia* indispensável ás artes, sciencias, industria, agricultura o economia domestica. Formulas, processos e receitas de utilidade geral. Rio de Janeiro, 188* – Nunca vi este livro, de que, entretanto, tenho lisonjeira noticia. (BLAKE, 1893, p. 315).

Victor Renault – Nascido na França em 1810, falleceu em Barbacena, Minas Geraes, a 18 de outubro de 1892.

Engenheiro, depois de dedicar-se á sua profissão, tendo sido nessa provincia, hoje estado, dos primeiros exploradores dos rios Doce, Paracatú e Mucury, dedicou-se ao magistério em Barbacena, onde escreveu varias obras didacticas, como as que se seguem: (...)– *Thesouro das familias* ou Encyclopedia dos conhecimentos da vida pratica. Collecção de 1.952 receitas utilissimas e necessárias a todas as classes da sociedade, sobre economia domestica, sciencias, artes, industria, officios, manufacturas, agricultura, industria agrícola, horticultura, arboricultura, medicina domestica, propriedades das plantas indígenas e exóticas, alveitaria, etc. etc. – Obra extrahida e copiada dos autores os mais afamados o os mais modernos de todos os paizes e augmentada de muitas e variadas receitas privadas o inéditas. Rio de Janeiro (sem data). E’ um grosso volume, nitidamente impresso. (BLAKE, 1893, p. 382-383).

Parece-nos haver, nessas enciclopédias, uma ode ao pragmatismo, à utilidade, à prática, ao trabalho. Veladamente, uma crítica ao ócio, ao descanso, à reflexão silenciosa. Uma crítica que se põe sobre todo sujeito, mas principalmente sobre o homem letrado. Para Santos,

(...) *trabalhar*, com esse sentido [dever, obrigação apresentada como natural e, por isso, passível de punição, caso não seja exercida ou não seja exercida a contento], não é uma opção, mas uma obrigação, que se não praticada constitui crime com previsão de pena. Nessa perspectiva, *trabalho* apresenta sentidos restritos a uma classe/raça/cor (a de escravos), motivo pelo qual legal

e historicamente se materializa linguisticamente como que esvaziado de características/atributos associáveis à cidadania e ao bem-estar humano. Por outro lado, *trabalho*, quando relacionado à classe não escrava, de senhores, apresenta sentidos que, primeiro, remetem à valorização de quem o pratica, como opção valorizada socialmente por ser simetricamente oposta à obrigação escrava: as *artes liberais*, praticadas por vontade (liberalidade), envolvendo o intelecto (...). (SANTOS, 2016, p. 162-163).

As enciclopédias do século XIX, com isso, se integram a uma sociedade imperial/recém-republicana e escravagista/recém-não escravagista em que as práticas, as utilidades, as aplicações a serem aprendidas têm a ver com um sujeito valorizado por escolher aprender, por optar por determinado ramo de trabalho, ou mesmo por conhecer como viver melhor em sociedade. Esse sujeito difere de outro, fadado a um trabalho compulsório, sem descanso, sem ócio. Ousamos dizer que essas enciclopédias, em seus títulos, também atingem esses outros sujeitos, privando-os. O ócio, para os sujeitos brancos, livres, é criticável e condenável moral e intelectualmente. Para sujeitos escravizados, negros, mestiços, é impossível. Prático, útil, de fácil aplicação ou não, ele não tem escolha. E é com esse pano de fundo, nessas condições de produção, que surgem as enciclopédias do século XX.

Os sucessivos projetos de enciclopédias brasileiras no século XX

Haveria algo mais prodigioso do que um fantasma autêntico? O inglês Johnson quis, a vida toda, ver um, mas não conseguiu, mesmo tendo descido nas criptas das igrejas e batido em ataúdes. Pobre Johnson! Nunca viu as marulhadas de vida humana que amava tanto? Não olhou nem para si mesmo? Johnson era um fantasma, um fantasma autêntico; um milhão de fantasmas andavam de braços dados com ele pelas ruas de Londres. Apaguemos a ilusão do Tempo, compendemos os sessenta anos em três minutos, afinal quem era Johnson, afinal quem somos nós? Por acaso não somos espíritos que assumiram um corpo, uma aparência, e que depois se dissolveram no ar e na invisibilidade?

(THOMAS CARLYLE, *Um fantasma autêntico* [1834], p. 146)

Na Análise de Discurso, por meio da qual pensamos o objeto deste livro, pouco importa quem diz, mas leva-se em conta a ilusão de que ele é a origem do que diz, ainda que raramente se dê conta dessa ilusão. As tomadas de posição do sujeito naquilo que produz como discurso – que, em outras disciplinas, são compreendidas como “‘ato originário’ do sujeito falante” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 160) – são reduplicações de identificações: ao “tomar consciência” de sua exterioridade, o sujeito está reproduzindo aquilo que já é sabido pela forma-sujeito à qual está submetido (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 160). Ao se ler, nas enciclopédias, o que é o sujeito popular, o que é o sujeito colono do Pará, o que é o sujeito urbano, o que é o sujeito brasileiro, e também o que é o objeto Brasil, assim como são as características nacionais, o discurso funciona como norma, inserindo o sujeito numa rede de paráfrases – em que também é possível haver deslocamentos, resistências – que sustentam o que é ser popular, colono do Pará, urbano, brasileiro e, ao mesmo tempo, são constituídas por esse saber. O sujeito brasileiro vai sendo dito como se sua identidade já existisse *a priori*, como se não fosse uma construção. Tomar posição sobre o que é brasileiro é ensinar, nas enciclopédias, a ser brasileiro, como se o brasileiro existisse.

Sendo assim, os discursos – entendidos na Análise de Discurso como efeitos de sentido entre interlocutores que ocupam diferentes lugares na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, 1990 [1969], p. 82) – sobre quaisquer objetos só podem ser compreendidos (e só o são, a todo momento) porque os dizeres não estão estanques da

história, mas constituídos histórica e ideologicamente: os sujeitos não são donos de suas palavras e os sentidos se produzem, no processo de interlocução, não mediante suas supostas intenções, mas mediante a inscrição em dadas formações discursivas. Se uma enciclopédia foi apagada da historiografia, isso repercute em sua produção de sentidos. E mais: se ela é indicada como a “primeira”, é porque algo, na historicidade, a elege como tal.

Já observamos esse apagamento nos capítulos anteriores, e neste capítulo queremos mostrar um pouco sobre a entrada do gentílico “brasileiro” – entre outros gentílicos – em títulos de enciclopédias e projetos de enciclopédias ao longo do século XX. Iniciaremos com uma marcação de diferença: a empreitada da W. M. Jackson, editora multinacional com atuação no Brasil, de publicar diversas enciclopédias traduzidas no país. Para isso, mostraremos um pouco do material de divulgação da enciclopédia juvenil já apresentada neste livro, chamada *Thesouro da juventude* – que teve ampla circulação e repercussão ao longo de décadas, e que conta com edições em vários outros países. Em seguida, passaremos a outras enciclopédias, sobretudo as que possuem, no Brasil, algum gentílico em seu título.

Um tesouro

A palavra tesouro, quando em títulos de publicações, recupera uma memória de listas de palavras, glossários, dicionários. Tesouros da língua – tesouros – como eram chamados esses livros. Uma enciclopédia ser chamada de tesouro, por contiguidade com obras cujo funcionamento

é semelhante, não seria nada esquisito, e também reavivaria os sentidos de sacralização do conhecimento ali registrado.

No “Panfleto” de divulgação do *Thesouro da juventude*, explicita-se o público-alvo de modo muito curioso: “Folheto para os paes de familia que, como naturaes guias dos seus filhos, sentem a indispensavel e consciente collaboração que lhes compete na sua educação” (PANFLETO, s.d., p. 1). Beirando as 50 páginas, esse “Panfleto” põe-se como juiz dos sentimentos dos pais, que não apenas seriam os guias dos filhos – o que já revela uma certa concepção de família, segundo a qual os pais dirigem e apontam caminhos para as crianças –, como essa função seria natural. Além disso, expresso no presente do indicativo, os pais sentem essa necessidade de colaborar para a educação dos pequenos. Afirmado desse modo, generaliza-se a função parental, mas também se a normatiza: um pai que não sentiria esses ímpetos pela condução dos filhos não seria exatamente um pai.

O panfleto abre não falando dos pais e de sua finalidade, mas dos próprios filhos e sua suposta sede por conhecimento. Em seu primeiro parágrafo, diz-se que o símbolo que melhor representaria o espírito das crianças seria o ponto de interrogação, dada sua curiosidade insaciável, que as levaria não apenas a brincar com seus brinquedos, mas também a desmontá-los para conhecer como são por dentro e seu mecanismo propulsor. Seria

A primeira scintilha d’aquelle espirito investigador que brilha no homem de sciencia como um José Bonifácio, e, mais fulgurante ainda, nos grandes genios descobridores

e especulativos como um Galileu, um Newton, um Descartes, um Kant. (PANFLETO, s.d., p. 1).

Todo um tratado sobre a infância, com recortes do que é ser criança: ter brinquedos e *escangalhá-los*, nem mesmo considerando-se as crianças que não têm brinquedo, tampouco aquelas que não os quebram – por motivos vários, inclusive de estrato social – para conhecer seus intestinos.

O conhecimento científico de uma enciclopédia não seria voltado apenas para a formação de cientistas ou de sujeitos (cons)cientes de sua realidade:

Mas quantas outras interrogações em que se concretiza a curiosidade infantil podem e *devem* receber resposta imediata que contribua a formar no espirito da creança uma exacta noção do mundo physico e uma justa concepção do mundo moral! Estaes vós preparado para resonder a essas? Sempre que uma pergunta de um menino puder ter resposta, é nosso dever dar-lh'a, ou fornecer-lhe os meios de a encontrar elle próprio. Só se aprender bem aquillo que se quer saber. (PANFLETO, s.d., p. 1).

Mais uma vez, a ambição das enciclopédias: tudo. Tudo merece resposta quando indagado por uma criança. E, se não há resposta, há instrumentos que substituem a falta de saber dos pais: as enciclopédias, veiculadoras de uma *exata noção do mundo físico* e de *uma justa concepção do mundo moral*. E isso tudo seria referendado por algo que não diz respeito exatamente à nacionalidade brasileira, mas ao valor que se dá à exogenia epistemológica:

Offerta Introductoria do Thesouro da Juventude

A edição do THESOIRO DA JUVENTUDE, que agora se offerece á venda no Brazil, é uma obra inteiramente nova, redigida no Brasil e em Portugal, com a collaboração de homens eminentes de muitos paizes. Não obstante, a ideia principal e o plano geral da obra não são novos, nem uma experiencia. Antes pelo contrario, o THESOIRO DA JUVENTUDE em sua ideia e plano constitue um successo comprovado.

Um Exito Internacional

A ideia, o methodo, o plano e ainda a consequente edição original em fórma de livro, tiveram origem na Inglaterra, com o apparecimento de uma obra conhecida sob o titulo «The Chrildrens Encyclopedia» (Encyclopedia das Creanças). (PANFLETO, s.d., p. 2).

Essa oferta introdutória do panfleto, impressa num papel de gramatura e tamanho diferentes de suas demais páginas, dá continuidade a um dos princípios das *Encyclopédie* francesa que já observamos mais atrás: expansão de mercado, com consequente entrada em distintas formações sociais, ideológicas, discursivas. No entanto, diferentemente da *Encyclopédie* – por sua vez inspirada inicialmente na *Cyclopaedia* inglesa de Chambers, da qual seria uma tradução –, a abertura para outros públicos feita pelo *Thesouro da juventude* não se restringe à edição de distintos formatos em diferentes papéis, gramaturas, gráficas etc. Ela se baseia na tradução para outras línguas além do inglês, que constituem um *successo comprovado, um êxito internacional*. É sintomático perceber que uma enciclopédia ser um

sucesso – de venda, de crítica, de leitura, de formação? Não se sabe... – em cinco idiomas (português, francês, italiano, inglês e espanhol) é argumento para que ela seja ofertada a possíveis compradores.

Há, contudo, um aviso quanto às especificidades:

Uma Edição Especial para o Brasil

Acontece, portanto, que os editores agora oferecem no Brasil uma obra já conhecida e reputada na Europa e na America, não devendo, por isso mesmo, considerar-se a sua apresentação ao publico brasileiro como uma tentativa ou experiencia, e sim como a continuação de uma venda, cujo sucesso já está assegurado, pelo que se verificou por toda parte. Desnecessario seria salientar que a edição em portuguez é a melhor das cinco existentes, visto que sendo a ultima, nella estão reunidas e condensadas todas as vantagens das anteriores, augmentadas e melhoradas pelas observações da critica e dos conselhos de longa experiencia. (...) Esta edição foi preparada só para ser vendida no Brasil, merecendo este paiz a principal e mais importante attenção nas suas numerosas paginas. (PANFLETO, s.d., p. 2-3).

Mais uma vez, uma valorização internacional, e não de qualquer nação externa, mas sim da Europa e da América: se a obra já fora apresentada nesses continentes – e na primeira metade do século XX já se fala da América do Norte ou dos Estados Unidos da América como “América” –, por que ela haveria de não ser lida por brasileiros? Há também um discurso sobre o conhecimento presente nesse recorte: ele é entendido como acúmulo. Se é *desnecessário*

salientar – mas ainda assim se salienta – que a edição em português é a melhor das cinco existentes por ser a última, significa-se que a melhoria de qualidade do conhecimento se dá num *continuum*, numa evolução linear. E, ao mesmo tempo, que há saberes absolutos que não vão exatamente mudar de um lugar para outro.

Conhecimento bom é conhecimento vendido. E divertido

O panfleto de divulgação do *Thesouro da juventude*, como argumento para a sua venda no Brasil, se vangloria da grande quantidade de exemplares impressos nos Estados Unidos e na Espanha. Que tipo de conhecimento não poderia ser vendido? Leiamos:

Para que se tenha ideia das proporções do plano desta grande obra, vale a pena sugerir a seguinte assombrosa e verdadeira afirmação: em um estabelecimento graphico dos Estados Unidos da America do Norte, durante dez annos, não se passou um só dia de trabalho sem que um ou mais prélos rodassem imprimindo qualquer das edições do THESOIRO. Mes, distante, na Hespanha, conforme a affirmação de um impressor, elle teria impresso mais exemplares da edição hespanhola do THESOIRO do que qualquer outro livro de mais de um volume. Tudo por junto, já foram impressos mais de 20 milhões de volumes do THESOIRO DA JUVENTUDE, e isso não obstante, os prélos continuam diariamente a rodar. (PANFLETO, s.d., p. 4).

Ainda que a primeira edição do *Thesouro* tenha sido publicada no Brasil, uma nação dita de periferia, na década de 1920, os teóricos da Escola de Frankfurt como Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer poderiam ter pensado em seus produtos culturais – e, nesse caso, em sua divulgação – como objetos de estudo que comprovam a ideia de que a indústria cultural e sua reprodutibilidade massificam, pasteurizam e até mesmo estirpam algo do saber, do conhecimento científico. No discurso veiculado pelo panfleto ora analisado, prova-se que um compêndio de conhecimentos é válido em ordem direta ao seu volume de vendas. Esse aspecto mercadológico do *Thesouro* é complementado por um outro, que retoma a memória da *Encyclopedia do riso e da galhofa*, de 1869: que seria melhor que aprender rindo?

O *Thesouro da Juventude* foi criado para satisfazer a « divina curiosidade » das crianças. Responde claramente as perguntas que ellas fazem, em termos que podem comprehender sem difficuldade alguma. Educa divertindo, e interessa tanto aos meninos como aos paes. Possui em alto grau o poder de suscitar e estimular o gosto de saber, porque é illustrado com milhares de esplendidas gravuras que prendem a attenção, introduzindo no espirito os mais importantes conhecimentos de maneira tal que nunca serão esquecidos. (PANFLETO, s.d., p. 12).

Educar divertindo, prender a atenção com ilustrações, gravuras. Um discurso que coloca a divulgação científica ao lado de atividades cotidianas, que permitem a diversão,

mas que também vai construindo uma imagem de criança, de jovem, como alguém que não conseguiria entender ciência propriamente dita, mas apenas sua versão adaptada. Muda o foco, mas não muda o funcionamento: a *Encyclopedia do riso e da galhofa* faria rir com alguma lição. O *Thesouro* daria alguma lição fazendo rir. Jovem, criança, popular, pobre. A quem se destina a reescrita científica das enciclopédias?

As enciclopédias traduzidas da W. M. Jackson, com o material de divulgação do *Thesouro da juventude* (paratexto), pouco usam sequências da própria enciclopédia. Significa-se bem o caráter didático de uma enciclopédia em um projeto internacionalista. No começo do século XX, há enciclopédias que projetam essa ambição de saber total, saber sobre todos os lugares. Quem deseja a completude do saber? A propaganda do *Thesouro*, em análise final, instauraria um efeito de se “ter” e de se “ser” o próprio saber, assim verbalizando o desejo por completude, que se satisfaria com a compra dos livros. É um internacionalismo que a W. M. Jackson reproduz em muitas de suas publicações ao longo da primeira metade do século XX no Brasil, e que, na década de 1930, começa a perder vigor e lugar – mas nunca morre, haja vista a sequência de traduções de enciclopédias estrangeiras pela Abril Cultural na década de 1970 – para os projetos de enciclopédia brasileira: diferentemente do que propõe a W. M., uma enciclopédia com ideia, método e plano brasileiros. Até o título.

Documentos que querem inaugurar

A primeira metade do século XX no Brasil é tomada por uma série de manifestações de valorização cultural – ora ditas nacionais, ora ditas regionais. Do Sudeste, com a Semana de Arte Moderna em 1922; ao Norte, no Amazonas, com as fundações, em Parintins, das associações dos bois Caprichoso e Garantido (circa 1913-1925); e no Sul, com os primeiros Centros de Tradição Gaúcha (1948) se disseminando pelo Rio Grande do Sul. Tudo parecia indicar que começavam a se sistematizar no Estado determinados aparelhos de cultura não necessariamente governamentais, mas que incidiam sobre a organização das práticas, dos costumes, dos mitos, dos rituais. Estruturados como regionais ou nacionais, esses aparelhos vão estabelecendo – ou tamponando – vínculos identitários entre os sujeitos, de modo que passam a circular sentidos de brasilidade no espaço do país.

Durante a gestão de Gustavo Capanema do Ministério de Educação e Saúde (Estado Novo de Vargas), é fundado, em 1937, ano do golpe do Estado Novo, o Instituto Nacional do Livro. Segundo os documentos oficiais, competiria ao INL:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;

d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (BRASIL, 1937).

Desses cinco objetivos, parece-nos que o principal, que topicaliza a lista, é a organização e publicação da *Enciclopédia brasileira* e do *Dicionário da língua nacional*. Segundo Oiticica,

Dentre as autarquias criadas por Getúlio Vargas a partir da Revolução de 30 – Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro do Café –, uma foi dedicada ao pão espiritual: o Instituto Nacional do Livro (INL), cuja finalidade era eminentemente editorial – “organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhe as sucessivas edições”, e “editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional” (Decreto-lei n.º 93/37, art. 2º, letras *a* e *b*) – e secundariamente mercadológica (letra *c*) e biblioteconômica (letra *d*). (OITICICA, 1996, p. 149).

Apesar de décadas de tentativas de cumprimento das finalidades editoriais de publicação do dicionário e da enciclopédia, nenhum dos dois foi levado a cabo, mesmo com a publicação parcial de projetos dessas obras. Ainda assim, interessa-nos sobremaneira a documentação que envolveu os estudos e algumas edições do INL. O primeiro documento, o anteprojeto de enciclopédia encomendado por Augusto Meyer (então diretor do órgão do governo) a Mário de Andrade em 1939 é algo aparentemente sem

precedentes no Brasil. Hoje, o significante “multimídia” seria muito bem-aplicado à figura empírica de Mário: escritor em prosa, poeta, cronista, estudioso de música, ele redigia sobre (quase) qualquer assunto, e era uma personalidade por muitos procurada no Brasil dos 1920-1930. Um sujeito que ocupava muitas posições.¹⁸ Segundo Toni (1993, p. XIX),

Ao encomendar o anteprojeto, Meyer apostava na intimidade de Mário com a lexicografia. Na troca de cartas, dele soubera, em 1930, que progredia o trabalho voltado para um *Dicionário Musical Brasileiro* e que existia o projeto de uma *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Paralelamente a isso, todos os amigos sabiam que a enorme biblioteca do escritor estava sendo indexada por ele, recolhendo assuntos para fazer um *Fichário Analítico*.

Lexicógrafo amador, Mário possuía um ímpeto de organização que poderia dar a ele certa intimidade com o trabalho de escrita de verbetes e artigos enciclopédicos. Ainda,

18. Quanto ao regime conservador do Estado Novo ter contado com a força de trabalho de sujeitos tidos como artística e culturalmente progressistas, como Andrade, leiamos: “(...) apesar de a doutrina estado-novista buscar as suas fontes no grupo conservador do modernismo, o regime não exclui a colaboração dos modernistas da vertente progressista, como Mário de Andrade. O grupo mais inovador se organizava em torno do Ministério da Educação e havia tensões e ambiguidades nessa vinculação” (AMARAL, 1999, p. 396).

(...) este enciclopedista brasileiro não busca inspiração no ideal dos pensadores reunidos em torno da *Encyclopédie* (...) do século XVIII, embora haja analogias entre as propostas. O desejo de “iluminar” a mente dos homens, ordenando-o e revelando os mecanismos de aquisição do saber é expresso com clareza no anteprojeto de 1939. (TONI, 1993, p. XXI).

Toni, responsável pela edição do até então inédito anteprojeto de Andrade da *Enciclopédia Brasileira* (ANDRADE, 1993 [1939]), faz um diagnóstico que, ao nosso ver, é parcialmente correto em relação ao empreendimento do escritor. Segundo ela, Mário não teria buscado inspiração no ideal dos pensadores reunidos em torno da *Encyclopédie*. Correto. Ainda assim, ela seria imbuída do desejo de “iluminar” a mente dos homens, com objetivos inclusive de esclarecer sobre a organização dos conhecimentos e de sua aquisição. Ora, não teria sido esse o pano de fundo da escrita, também, da *Encyclopédie*?

A *Enciclopédia Brasileira* de Mário de Andrade se filia a essa tradição de pensamento que acredita na emancipação do homem, no sentido de sua libertação e de sua felicidade, através do conhecimento. Mas as suas reflexões se inscrevem num contexto de questionamentos acerca da formação da nação e da construção de uma identidade nacional. (AMARAL, 1999, p. 408).

Entra em cena o nacionalismo, mas jamais sai o espírito iluminista de levar a razão ao sujeito. Quanto ao

nacionalismo e ao imaginário de classe social que comporia o público-alvo da obra, Mário afirma:

É óbvio que a *Enciclopédia Brasileira* tem de ser nacionalista, não apenas pelo que de Brasil contiver nas suas páginas, mas ainda pelo serviço de cultura geral que tem de prestar à gente brasileira em sua tão variada generalidade. E também se ela for exclusivamente *culta*, isto implicará na especialização milionária dos verbetes e no desenvolvimento de alto nível técnico das monografias, como é da exigência de um intelectual. (...) E se for *popular*, ou proletariamente popular, ou se dirigindo a uma meia cultura de vôo ginásiano, certos assuntos nacionais necessários não teriam nela razão de ser, por sua funcionalidade especializadamente científica. (ANDRADE, 1993 [1939], p. 18-20).

Surpreende como os assuntos vão voltando quando se trata da história das enciclopédias. Novamente aqui consta o significante *popular*, discutido páginas atrás em capítulo específico. E mais: no anteprojeto de Mário, *popular* significa em oposição a *culto* – e a *científico* –, não em oposição a *elitista* ou algo congênere. A relação classe social–cultura é explicitada dum modo que a torna uma obviedade: no Brasil, quem é popular não é culto, tampouco conhece ciência. Essa imagem de cultura e de ciência que se constitui em documentos que dão base a uma enciclopédia realiza um corte de classe, um corte que exclui saberes. Um limite àquilo que deve ser considerado ciência e cultura que se perpetua até hoje, e que chega aos bancos e cátedras das universidades.

Uma brasilidade deslocada

Em seu anteprojeto, Mário afirma: “É minha opinião que o plano básico da Enciclopédia Brasileira deverá ser determinado por uma comissão de intelectuais brasileiros” (idem, p. 9). Esse princípio determinaria uma autoria nacional desde o começo da enciclopédia, encaminhando o paradigma nacionalista com que os livros deveriam ser envolvidos. Abandonado, o projeto de Andrade fica décadas sem ser visitado, mas, em 2009, é publicada pela editora Oceano uma obra que diz se basear nas ideias do autor explicitadas no documento proposto ao INL. Nas palavras do jornalista Caio Barretto Briso, em matéria veiculada na *Folha de S. Paulo*, de 10 de novembro de 2009:

Quando se deparou, em 2003, com centenas de páginas guardadas na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio, explicando detalhadamente “introdução, diretrizes e normas gerais” da “Enciclopédia Brasileira”, o professor e tradutor espanhol José Luis Sánchez, no Brasil há sete anos, achou que o sonho de Mário poderia renascer – com modificações. “Logo soube que não daria para aproveitar tudo o que o Mário fez, porque em 70 anos o trabalho envelhece, nem para fazer exatamente o que ele pretendia, pois o prazo que teríamos [cinco anos] seria curto, mas a inspiração e o entusiasmo dele foram o nosso ponto de partida”, diz Sánchez. (BRISO, 10 de novembro de 2009).

Pois bem: com o título modificado – de *Enciclopédia Brasileira* para *Enciclopédia do Brasil* –, o empreendimento de Andrade é (?) levado em frente por um espanhol,

com o auxílio de uma conterrânea: “Sánchez e a compatriota Meritxell Almarza montaram, em 2004, uma equipe com 29 pesquisadores brasileiros, além de mais de 50 profissionais, entre designers, fotógrafos, redatores e revisores” (*ibidem*). A obra foi modificada, não sendo mais dividida em verbetes listados em ordem alfabética, mas em temas: “geografia, população, economia, política, história, artes, sociedade, esportes, mídia e cultura popular”. E, se o sonho de Mário de Andrade, exposto no anteprojeto, era de que qualquer brasileiro pudesse comprar a enciclopédia, os R\$4.500 cobrados pela editora Oceano em 2009 foram impeditivos para tal.

Retomando um problema já sinalizado neste livro, também pudemos averiguar que essa enciclopédia, mesmo em 2009, se diz como a primeira nacional, mesmo após a publicação, no final dos anos 1950, da *Enciclopédia Brasileira Mérito*. Em texto para o *Jornal do Brasil*, esse sentido é reafirmado:

Em 2004, o professor e pesquisador espanhol José Luis Sánchez colaborava com a Biblioteca Nacional quando se deparou com um [?] de proporções épicas, abandonado há mais de meio século: a primeira Enciclopédia do Brasil, iniciada na própria instituição em 1939 pelo escritor Mário de Andrade, que idealizara uma enciclopédia reunindo exclusivamente verbetes relacionados ao país. (TORRES, 2009).

Uma série de imprecisões. Como interpretar? Não se trata simplesmente de falta de apuração de informações por parte do jornalista, mas de um imaginário quase

unânime circulante segundo o qual não houve enciclopédias brasileiras, o saber no Brasil jamais foi registrado e divulgado, e nossas instituições se confundem em nível molecular: diz-se que o projeto foi iniciado na Biblioteca Nacional, não no Instituto Nacional do Livro.

Vale a pergunta: feita com recursos da iniciativa privada, com título diferente – num deslocamento que muito implica diferença, do gentílico brasileira para o genitivo do Brasil –, sem o cumprimento da organização alfabética, com um novo plano geral feito não por brasileiros, mas por espanhóis, e com um valor que tornaria a obra acessível apenas a classes não populares, o que significou a suposta conclusão da enciclopédia idealizada por Mário de Andrade?

Ainda o INL

A existência de diversos projetos do INL (cujo acervo está parcialmente guardado na divisão de Manuscritos da FBN, e que foi utilizado como inspiração para a organização da recém-mencionada *Enciclopédia do Brasil*, de 2009) põe em questão o próprio sentido fornecido às ciências, aos saberes, aos conhecimentos no Brasil; bem como o sentido de um possível projeto de levar o conhecimento às classes populares, uma regularidade nas enciclopédias desde o século XIX. Para Oiticica, a comparação entre os propósitos brasileiros do INL e a publicação italiana da *Enciclopédia Treccani* é óbvia, e diz respeito a uma assimilação perene, pelo Estado brasileiro, de uma ideologia fascista:

A relação entre a CLT brasileira e a *Carta del Lavoro* italiana é a primeira premissa para se atribuir à Enciclopédia Treccani, da mesma Itália fascista, a fonte da Enciclopédia Brasileira. A premissa seguinte é a de se dar como formalmente inviável a possibilidade de oposição cultural no interior de um regime. A conclusão desse silogismo é a de que é cooptado pelo projeto fascista brasileiro todo ocupante de cargo cultural durante o Estado Novo e, por extensão, durante qualquer etapa da Era Vargas, raciocínio encampado tanto pelo neoliberalismo quanto pelo neotrabalhismo atuais. (OITICICA, 1996, p. 149).

O paradoxo é que Andrade, em seu anteprojeto, afirma a necessidade de uma enciclopédia brasileira libertária e antifascista. O que não é surpresa é que, nesses moldes, o projeto nunca tenha sido concluído.

Para além das dificuldades relacionadas às condições de produção próprias de uma enciclopédia financiada e produzida governamentalmente (algumas das quais sinalizadas por Mário de Andrade em seu anteprojeto, como orçamento, mas também conflitos político-partidários, interesses nacionais e internacionais)¹⁹, podemos nos questionar sobre a autoimagem da ciência no Brasil e sobre o papel em que o Estado se coloca na distribuição do saber (ainda que um saber dominante, um saber

19. O interessante é que a ida de Mário de Andrade para o Ministério de Cultura e Saúde de Capanema resulta de um autoexílio do mesmo no Rio de Janeiro por conta de sua expulsão dos órgãos públicos de cultura de São Paulo. Os conflitos pessoais e políticos, os interesses regionais e nacionais já eram conhecidos de Andrade.

muitas vezes preconceituoso, discriminatório, estabilizador da hegemonia social).

As enciclopédias, desde a *Encyclopédie*, são predominantemente os instrumentos próprios de circulação integral do conhecimento. Se o governo brasileiro não consegue publicar até o fim uma enciclopédia com esse gentílico, “brasileiro (a)”, depois de décadas, o que isso pode significar da imagem que circula sobre a produção de conhecimento científico no país? Esse insucesso incide diretamente sobre como o Estado brasileiro vai se significando, e como significa, particularmente, o público a que serve, em seus aparelhos de instrumentos educacionais, civilizatórios e normativos.

Depois de interrompido em 1949, quatro anos após a morte do escritor, o projeto de Mário de Andrade é abandonado e o INL aposta em outras frentes de trabalho, em outros textos, em outros planos de organização, muitas vezes mais tradicionais do que os elaborados por Mário, e com outras maneiras de abordar a questão da nacionalidade. Ainda para Oiticica,

Destacam-se no acervo de inéditos da SED [Seção da Enciclopédia e do Dicionário, de 1939 até 1973, ano da extinção da seção] o incompleto Dicionário de pseudônimos e iniciais, de Carlos Drummond de Andrade, anunciado precipitadamente na orelha de um dos poucos livros publicados pela seção, em 1963; cerca de 25 mil fichas com verbetes, algumas com a caligrafia do poeta Augusto Meyer, o primeiro e mais longo diretor do INL, do polígrafo Mário de Andrade, consultor técnico da SED entre 1939 e 1941 e principalmente do dicionarista

Alarico Silveira, cujas fichas foram doadas ao INL pelo autor, que já havia publicado o primeiro volume da sua *Enciclopédia brasileira*; cinco pastas de um dicionário de Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro, além de originais de obras já publicadas ou inéditas, como a biografia do poeta Alphonsus [de] Guimarães escrita por seu filho. (OITICICA, 1996, p. 151).

Alguns desses documentos, de 1996 para cá, já obtiveram repercussão, como o dicionário de Drummond, que já ganhou numerosas pesquisas, promessas de edição e matérias na imprensa geral e especializada. Outros caíram em obscuridade. É o caso dos planos de orientação de escrita, das fichas com verbetes, dos manuscritos de livros que futuramente seriam aproveitados pela SED.

Esses arquivos foram selecionados pelo falecido pesquisador Ricardo Oiticica durante seu estágio de pesquisa na instituição, mas outros papéis estão hoje abrigados na Fundação Casa de Rui Barbosa. O inventário de documentos referentes à *EB* se encontra na publicação *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 116 (1996). Nele, conseguimos encontrar algumas caixas e pastas, entre as quais:²⁰

- a. “71: Enciclopédia brasileira – ilustrações [...] 51, 29-30, 115”;
- b. “72: Enciclopédia brasileira – introdução, diretoriz, normas gerais [...] 52, 30, 51” e “73:

20. Como modo de facilitar pesquisas futuras, nossas e de outrem, já deixamos aqui sinalizadas as localizações dessas caixas e pastas: são os números ao final de cada item.

- Enciclopédia brasileira – plano geral de orientação [...] 43, 10, 29”;
- c. “130: Pasta de fichas de candidatos a trabalhar na Enciclopédia brasileira do Instituto Nacional do Livro [...] 20, 2, 19”;
 - d. “144: Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul; subsídios para a Enciclopédia brasileira. 1943. 6 pastas. Originais com cópias [...] 52, 19, 22”;
 - e. “Dicionário popular brasileiro, de Alarico Silveira [...] 44, 23. 34”.

À frente, apresentamos uma breve descrição-interpretação de cada um desses itens:

A) *Enciclopédia brasileira* – ilustrações

A primeira impressão que se tem ao se consultar essa caixa é a de que encontraremos ilustrações gerais de toda a inédita enciclopédia brasileira do INL. No entanto, o que se encontra guardado em pastas rompe completamente com a expectativa. Enumeramos abaixo:

- A1. Petrologia (somente ilustrações com legendas): com cerca de 115 ilustrações sobre petróleo.
- A2. Geomorfologia (somente ilustrações com legendas): com imagens de acidentes geográficos do Brasil. Essa pasta se relaciona às imagens de petrologia, por tratar da suposta composição geológica das rochas no país. Há nela menos imagens que na pasta de petrologia, mas consta um rico arquivo de fotografias e imagens esquemáticas com cortes de montanhas em diversos estados brasileiros. A maior parte da pasta, no entanto, é formada por legendas e orientações de onde cada imagem deveria entrar

na enciclopédia. Esse detalhe nos dá uma dica: se já havia um mapa de localização das imagens no livro, inclusive com número de página, talvez já houvesse também texto diagramado de uma enciclopédia inédita.

- A3. Pedologia (somente ilustrações com legendas): mapas com vegetação; perfis de solo com suas composições/camadas sinalizadas; esquemas com classificações de solo (muito argiloso, argiloso, arenoso/argiloso, barrento, limo-argiloso ou fino-argiloso etc.); textura do solo; tipos de estrutura do solo; umidade, tetraedros de sílica e octaedros de alumínio; minerais e solos nos EUA; localização dos solos podgólicos vermelho e amarelo de São Paulo; mapa de solos do Brasil; aparelho de sucção para a avaliação da distribuição do tamanho dos poros no solo (máquina e sua descrição); tabela com taxas de fertilidade dos solos de SP; classificação dos solos americanos.
- A4. Hidrogeologia (ilustrações e texto): nessa pasta há as páginas de um livro inteiro de hidrogeologia, dividido em sete capítulos, com sumário apresentando as matérias. Ao final da pasta, há uma nota de apresentação assinada pelo recém-formado geólogo Adolpho Kurth Hanke, de acordo com livro escrito pelo mesmo autor publicado em 2010 (HANKE, 2010) graduado em 1960.
- A5. Geologia econômica (ilustrações e apresentação): conta com algumas ilustrações e apresentação de um outro livro.

A6. Geofísica aplicada (ilustrações e texto): trata-se novamente de um livro inteiro de geofísica aplicada, com esse mesmo nome, e dividido em capítulos. As páginas estão completamente rasuradas com marcas de revisão. O coordenador é Josué Camargo Mendes, e o colaborador, André Davino. O papel, novamente, é timbrado do INL, Seção da Enciclopédia e do Dicionário. Possui, logo no primeiro capítulo, uma parte chamada “A Prospecção Geofísica no Brasil”, que contém inclusive um histórico sobre a introdução da disciplina de geologia no país. Há numerosas marcas linguísticas a serem analisadas nesse material, como a primeira pessoa do plural e traços de metaenunciação – “Parece que, oficialmente, o primeiro geofísico a chegar ao Brasil (...)”, significando uma incerteza, mas uma tentativa ou esforço de tamponar os sentidos sobre geofísica – e adjetivos com juízo de valor, como em “eminente geofísico sueco”. Fala-se da Petrobras e da prospecção de petróleo, significando-a como uma área importante. O livro possui 69 páginas, contando o “Índice” a partir da página 68, que apresenta os seis capítulos da obra. Logo após os textos, são apresentadas as ilustrações, no mesmo padrão das outras: gráficos, mapas, esquemas, desenhos didáticos de processos examinatórios de rochas, perfis, cortes de aparelhos, sismogramas.

Essa riqueza iconográfica e também textual demonstra como as ciências no Brasil estavam em desenvolvimento à época, e como se priorizavam determinados campos em

detrimento de outros, muito provavelmente por conta da relação entre produção de conhecimento e enriquecimento econômico.

Autonomização e nacionalização das ciências

As apresentações que observamos nas pastas de hidrogeologia e de geologia econômica dão boas dicas de como o trabalho da Seção da Enciclopédia e do Dicionário (SED) do INL institucionaliza a produção brasileira de determinadas ciências, forçando a publicação não necessariamente de ideias nacionais, mas de autores do Brasil. Transcrevemos abaixo esses textos, tentando reproduzir as marcas de revisão deixadas nas páginas. Inicialmente, o texto de Hanke:

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho consiste fundamentalmente numa compilação bibliográfica sobre a h[H]idrogeologia que é, desnecessário dizer, de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. A ampla predominância de bibliografia alienígena consultada pelo autor, revela tão somente a grande lacuna existente no país, de estudos, publicações e divulgação da h[H] hidrogeologia no Brasil. Não obstante o uso da água subterrânea ser corriqueira em certas áreas do país, a técnica empregada na descoberta deste recurso natural é freq[ü]entemente empírica e a utilização do mesmo é feita sem nenhum contr[ô]le, se muito menos com desenvolvimento racional.

A água é um recurso natural que[,] como qualquer outro[,] existe em quantidade limitada; sua demanda, dado o aumento demográfico, industrialização do país e conseq[ü]ente elevação do padrão de vida, aumenta continuamente. Cumpre[,] portanto, a todos zelar pelos recursos de água, dotando o país de técnicas modernas para o contrôlo e utilização dêste recurso que[,] abundante localmente, escasso noutros [outras vêzes], quando ausente impede a própria vida.

O autor no presente trabalho procura, no seu entender, de uma forma simples[,] mostrar ao leitor a unidade existente entre as águas subterrâneas e as demais águas, as principais variáveis envolvidas na h[H]idrogeologia, a conceituação dos fenômenos e princípios básicos que governam a formação e dinâmica dos reservatórios subterrâneos, a maneira de se determinar quantitativamente êste recurso, como desenvolvê-lo, fenômenos associados e a importância de sua qualidade sob o ponto de vista químico. Ao leitor desejoso de se aprofundar em tão importante matéria, uma bibliografia básica é citada. Se o objetivo anteriormente exp[o]sto fôr alcançado, o autor sentir-se-á plenamente recompensado.

Adolpho Kurth Hanke

Escola de Geologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agora, também o prefácio de geologia econômica, assinado por Roberto Silva Issler:

PREFÁCIO

O presente trabalho, que denominamos Princípios de Geologia Econômica, sintetiza o arcabouço do curso de Geologia Econômica na Escola de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual atuamos há quase cinco anos como Assistente de Ensino superior, exercendo há três anos a função de Professor Titular daquela cadeira.

Na feitura deste trabalho [dê] sintetizamos uma intensa e extensa pesquisa bibliográfica, tendo sido nosso propósito trazer um pouco da nossa experiência no trato de uma bibliografia internacional, complementada com exemplificações de tipos de jazimentos – brasileiros. Não pretendemos com esta modesta obra substituir os livros[-]textos capitais, como sejam: *Les Gîtes Métallifères – Geologie et Principes de Recherche*, de P.Routhier; *Mineral Deposits*, de W.Lindgren e *Economic Mineral Deposits*, de A.M.Bateman, bem como outros excelentes textos.

Queremos somente chamar a atenção dos estudiosos de – g[G]eologia para os nossos recursos minerais.

A elaboração do item [“]Depósitos sedimentares de combustíveis sólidos[“] coube ao colega Eurico Rômulo Machado, Professor da Escola de Geologia da U.F.R.G.S. e Engenheiro de Minas do Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul.

Na estruturação e correção final deste trabalho tivemos a colaboração do Professor Carlos Burger Júnior, a quem muito agradecemos.

Pôrto Alegre 21/10/1965

Roberto Silva Issler

Inicialmente, uma marca de regularidade exposta nos dois elementos pré-textuais: a substituição de caixa-baixa por maiúsculas em Hidrogeologia e em Geologia. Até hoje, editores e revisores lutam para negociar normas editoriais que padronizem nomes de disciplinas e ciências. Há uma diretriz mais ou menos dominante que recomenda que eles sejam grafados em minúsculas. Atentando a isso, e imaginando que a polêmica já esteja presente nos anos 1960, como podemos interpretar essa alteração? Num primeiro momento, como uma busca por padronização. Mas pode-se seguir mais além: o titubear entre o uso de caixa-alta e o uso de caixa-baixa em iniciais de nomes de disciplinas e ciências parece remontar a uma flutuação. Trata-se de nomes próprios – que devem ser grafados em caixa-alta – ou de nomes comuns, ordinários? Note-se que, no prefácio de Issler, há uma ocorrência em maiúscula de Geologia Econômica, e mais à frente grafa-se inicialmente geologia com minúscula. Não seria demais dizermos, portanto, que se trata de uma disputa por sentidos de ciência. Elas são algo ordinário ou extraordinário?

Essa disputa reverbera no que os apresentadores das obras dizem sobre eles. São sempre menores do que outras, sempre um esforço de um início: uma “compilação bibliográfica” escrita “de uma forma simples”; algo que “sintetiza o arcabouço do curso de Geologia Econômica”, numa obra em que “sintetizamos uma intensa e extensa pesquisa bibliográfica”. Além disso, condiciona-se o propósito das obras com um subjuntivo – “Se o objetivo anteriormente exp[osto] fôr alcançado, o autor sentir-se-á plenamente recompensado” – e se diminui seu valor com um advérbio de modo – “Queremos sòmente chamar a

atenção dos estudiosos de Geologia para os nossos recursos minerais”. Mesmo que o Brasil contasse, no século XIX, com personalidades que se aprofundaram em geologia – como o próprio José Bonifácio –, fecha-se a apresentação do texto sobre geologia econômica afirmando-se “Não pretendemos com esta modesta obra substituir os livros-textos capitais”, e mencionando como exemplos apenas livros não brasileiros, tampouco em vernáculo. As ciências nacionais vão surgindo em débito com outras, e já se significando como menores.

Ainda o INL (continuação)

Após a observação de regularidades nessas caixas e pastas, conseguimos formular uma observação importante sobre o fazer lexicográfico do discurso imagético: as imagens são, algumas, extraídas de outros livros e obras, e então redesenhadas fazendo uso do que parecem ser papel vegetal e nanquim, sobrepostos a ilustrações originais muitas vezes sem informação da fonte. A imagem, portanto, como a materialidade linguística, também se constrói em movimento parafrástico no discurso enciclopédico. Uma paráfrase que é toda (re)feita com mãos que tentam simular mãos originais, mãos que fizeram e/ou divulgaram ciência antes, noutro lugar: os lexicógrafos responsáveis pelo discurso científico vinculado à geologia (o grande campo que acolhe cada uma das pastas dessa caixa de ilustrações e textos) são, eles próprios, geólogos, e, ao redesenharem ilustrações anteriores, de outros livros e estudos, assumem que não se pode, numa enciclopédia, prescindir de um discurso outro, um discurso científico originário.

Essas pastas com ilustrações e textos nos levam a pensar em prioridades científicas. Entre tantos campos científicos que demandariam ilustrações, gravuras e afins, foi a grande área da geologia que ganhou esse espaço, ao menos no que a Biblioteca Nacional guarda da SED. Algo que muito tem a ver com a valorização de uma matriz energética no Brasil: petróleo e seus produtos. Nada muito longe do que hoje observamos nas pesquisas sobre combustíveis: são ainda os derivados do petróleo não renovável que ganham prioridade de investimento. Décadas de investimento simbólico, inclusive em projetos inéditos, reverberam na dominância de um investimento financeiro. Não há surpresas.

B) *Enciclopédia Brasileira* – introdução, diretrizes, normas gerais & plano geral de orientação

Essas duas caixas contêm documentos relativos a como a enciclopédia deveria ser feita. Não conseguimos encontrar as referidas introdução, diretrizes e normas gerais na primeira – apesar de esses documentos terem sido vistos na pasta do *Dicionário popular brasileiro*, conforme mostraremos em breve –, mas pudemos verificar o plano geral de orientação na segunda. A pasta é aberta pelo programa da exposição “A enciclopédia brasileira e outros achados da Biblioteca Nacional”, realizada no Salão Nobre da BN entre 17 e 26 de novembro de 1994. Quem assina o programa são Ricardo Oiticica e Fernando Fiuza, então bolsistas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. A seguir, destacamos o programa em sua íntegra:

A Enciclopédia Brasileira e Outros Achados da Biblioteca Nacional

Quando em 1942 Mário de Andrade fazia – vinte anos depois, como nos romances – seu famoso balanço da Semana de Arte Moderna, o Modernismo ganhava seu epitáfio, mas o projeto moderno no Brasil, este prosseguia. Um dos seus mais recentes capítulos passava ainda por Mário, que nos três anos anteriores integrara o plano, iluminista em essência, de dotar o país de sua Enciclopédia. A origem era o Estado Novo, aparelhado por Getúlio Vargas para também produzir cultura. Nesse sentido, foi criado em 1937 o Instituto Nacional do Livro (INL), com a função precípua de elaborar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, em um forte dispêndio de recursos intelectuais e financeiros capazes de incluir o Brasil na estante enciclopédica das nações, ao lado de suas principais referências: as enciclopédias Britannica, Italiana e Brockhaus. O otimismo do plano inicial, que previa quinze mil páginas só para a Enciclopédia, transmuta-se em ricto amargo. Já no ato de entrega o autor vaticina “o sono dos séculos” para seu anteprojeto. Afasta-se Mário, finda a guerra... e não vem a utopia. O primeiro tomo de uma Enciclopédia Brasileira chegou a ser editado pelo INL, mas como fruto de um trabalho particular deixado por Alarico Silveira. Transformada em arte do possível, a Seção da Enciclopédia e do Dicionário (SED) passa a publicar em partes autônomas o saber acumulado ao longo de sua existência por diversas chefias de seção, como as de Américo Facó, Euryalo Canabrava, Galante de Sousa. Do tempo em que era apenas um projeto do

Instituto Cairu, de Eugênio de Castro, até sua extinção em 1973, a SED elaborou três planos e publicou 16 livros relativos a domínios tão díspares quanto a cozinha medieval portuguesa e a aerofotogeologia, sem esquecer a literatura. A área de concentração da presente exposição reside exatamente em originais literários, garimpados nos últimos meses por dois pesquisadores no cais do porto do Rio de Janeiro, onde a Biblioteca Nacional mantém o galpão que abrigou o acervo do INL, transferido de Brasília em uma frota de caminhões quando da recente reforma administrativa na área da cultura. Aí estão um curiosíssimo dicionário de pseudônimos iniciado por Carlos Drummond de Andrade, uma importante biografia afetiva do simbolista Alphonsus de Guimaraens, o *clipping* de 1939 da exposição do centenário de Machado de Assis, as assinaturas de autoridades de alta patente – literárias (como Clarice Lispector) ou não (como Golbery do Couto e Silva) – que poderiam levar à publicação de um livro, enfim, preciosidades que mostram a ação e inação editorial do governo, desde a criação do INL por Getúlio Vargas até sua extinção por Fernando Collor. A exposição *A Enciclopédia Brasileira e Outros Achados* da Biblioteca Nacional visa marcar a entrada deste importante acervo na Biblioteca Nacional. Em breve, o público terá à sua disposição mais uma página da história, entre as muitas que fazem da Biblioteca Nacional uma obra aberta. *Ricardo Oiticica. Fernando Fiuza.*

A exposição organizada pelos então bolsistas sinaliza a entrada do acervo do INL na Biblioteca Nacional, e elege, em seu título, a *Enciclopédia Brasileira* como

principal objeto do arquivo, mesmo com originais inéditos de Drummond e outros talvez editados de Clarice Lispector. Por quê? Por que há uma certa obsessão sobre as enciclopédias assim que se nota seu apagamento na história, ou a desistência de sua publicação? Monumentais, totens do conhecimento, elas representam ao mesmo tempo aquilo que (não) se sabe mas que deve ser conhecido e o índice de valorização pública ou privada em relação à cultura e à ciência. Elas são mediadoras do conhecimento, para utilizar o tempo empregado por Gomes e Hansen (2016); mediadoras da cultura, locais em que se produz um discurso de alteridade tanto em relação à ciência quanto em relação àquilo que é considerado conhecimento, língua e discurso não científico:

(...) se a categoria de vanguarda tem um forte vínculo com a inovação, na lógica de interpretação que aqui defendemos, a categoria de mediação, ao “inventar” um produto híbrido, resultado dos processos de trocas culturais, também produz algo novo, que igualmente traz impactos político-sociais. Porém, enquanto a ação da vanguarda quer produzir uma ruptura com paradigmas (estéticos, científicos etc.), provocando, com frequência, estranhamento, surpresa e até indignação – o que resulta na necessidade de um tempo de aprendizagem por parte do público –, para a compreensão e apreciação do novo produto cultural, os caminhos da “inovação” mediadora são outros. (GOMES & HANSEN, 2016, p. 33).

Assim, o projeto de uma enciclopédia pode também inovar, pode também se destacar diante de outros. Cada

novo projeto da enciclopédia brasileira do INL se diferenciava de outros presentes na memória discursiva nacional e também internacional, desde o anteprojeto de Mário de Andrade. A introdução, as diretrizes, as normas gerais e o plano geral de orientação dão esse tom.

Destacamos mais acima um trecho que também muito nos interessa no trabalho de garimpo de arquivo de Oiticica e Fiuza: apesar dos três planos para a enciclopédia, a SED acaba por publicar obras esparsas e de temáticas as mais heterogêneas possíveis, como componentes de uma enciclopédia brasileira nada tradicional: livros sem continuidade, sem compromisso com a reunião de diversas áreas do conhecimento. Uma estratégia ao mesmo tempo mais fácil para o INL – visto que não envolve equipes multidisciplinares – e ideologicamente afim às prioridades do governo que assumisse a pasta: publica-se aquilo que é atravessado pelo conjunto de evidências demandado pelos sujeitos de poder institucional. Nesse sentido, o aparelhamento do INL ficou muito patente ao longo da ditadura civil-militar brasileira iniciada em 1964.

Em seguida ao programa da exposição, há uma pasta chamada “EB_I: Plano geral de orientação 2”. Dentro dessa pasta, há quatro páginas soltas, não assinadas, mas com o cabeçalho “INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO / ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA / ICONOGRAFIA DOCUMENTAL E REALIZAÇÃO GRÁFICA”. No entanto, o objeto também conta com sete páginas grampeadas à própria pasta, igualmente não assinadas, mas com o cabeçalho “ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA / ICONOGRAFIA E REALIZAÇÃO MATERIAL”. Ambos os documentos contêm rasuras, marcas de revisão etc.

Transcrevemos, a seguir, as quatro folhas soltas (com as marcas de revisão entre colchetes, em itálico), em que é possível apreender a imagem que se faz de enciclopédia, de enciclopédia brasileira, do modo de se editar uma enciclopédia e também de conhecimento e produção de conhecimento, acompanhada também da imagem que se faz dos próprios procedimentos de edição e revisão de um documento oficial. Trata-se de um paratexto que daria conta das realizações gráfica e material da enciclopédia, mas em que se dão a ver diversas imagens. Comentaremos, em subseções específicas, sequências que respondem à questão *Como e por que editar uma enciclopédia?*. Entretanto, algo chama a atenção desde já, quando observamos as palavras que forneceriam diretrizes à iconografia documental e à realização gráfica da obra planejada pelo INL: trata-se das supressões e acréscimos manuscritos no texto. A título de compreensão de nosso empreendimento: em nossa transcrição, representamos as supressões por colchetes com conteúdo riscado e os acréscimos por colchetes com conteúdo em itálico. A organização textual alterada pode representar um discurso em flutuação, um discurso de dúvida, ainda não tamponada pelas certezas do fechamento de um texto ilusoriamente pleno: toda revisão aponta para a incerteza, para a correção, para as falhas da escrita, sejam elas ortográficas, de escrita-dati-lografia-digitação, de “conteúdo”. Toda revisão é índice de um desencontro entre escrita e sujeito.²¹

Vamos às transcrições e às subseções intercaladas.

21. As marcas de revisão presentes no documento serão analisadas em trabalhos futuros.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA
ICONOGRAFIA DOCUMENTAL E REALIZAÇÃO
GRÁFICA

Uma enciclopédia – súpula de conhecimentos [*definidos, adquiridos*] impessoais e imparciais – marca no tempo as certezas provisórias de uma época, [*e*] o nível de uma civilização. Pela maneira com que registra e perpetua as aquisições do pensamento e da experiência, revela também um modo de ser próprio ao país onde foi elaborada.

É, portanto, tarefa delicada e complexa [?] proceder à coleta, classificação e preparo da documentação iconográfica que deverá ilustrar a Enciclopédia Brasileira. Além disso[,] o acréscimo de gravuras ao texto complica bastante a organização dos serviços de tipografia. Nos estudos formativos da composição gráfica e na execução material de obra tão significativa da cultura, a responsabilidade vai aumentando sempre, e só desaparece quando a impressão do conjunto – texto e ilustrações – chega a seu termo.

Convém, desde logo, atentar cuidadosamente para os recursos da técnica moderna que transformam com rapidez as imagens e os originais coligidos, em páginas impressas. Só a coordenação rigorosa das diferentes fases da realização objetiva pode eliminar as dificuldades inerentes a processos mecanizados, os quais, por sua vez, sugerem ou oferecem novas soluções estéticas. Mas, porque tais processos conferem à execução material uma estrutura demasiado geométrica, é preciso nêles evitar [*uma*] certa tendência à rigidez. Além do mais,

requerem – para que se lhes conserve a eficiência e se reduza[m] ao mínimo os incidentes – m[é]todos de trabalho que predeterminem os resultados a obter e os meios de alcançá-los. Afinal, [o] belo aspecto de uma publicação resulta antes da harmoniosa arquitetura de sua composição que dos requintes exagerados ou do alto preço de seu custo. Dêste modo, a começar pelo preparo adequado das ilustrações e pela marcação tipográfica do texto original, tôdas as etapas que conduzem ao “Imprima-se”, e depois ao livro acabado, devem ser definidas e coligidas num plano de orientação, an[á]logo ao projeto formulado a seguir.

SENTIDOS BRASILEIROS PARA A ENCICLOPÉDIA

Na apresentação do documento, podemos apreender alguns sentidos para o objeto enciclopédia. É engraçado visualizar o que se imagina que ela é, que ela faz e que ela deve conter. Sinteticamente:

O que ela é? A sùmula de conhecimentos [definidos, adquiridos] impessoais e imparciais; obra tão significativa da cultura.

O que ela faz? Marca no tempo as certezas provisórias de uma época, [e] o nível de uma civilização.

O que ela deve conter? Documentação iconográfica que deverá ilustrar a *Enciclopédia Brasileira*.

Além desses aspectos, pensava-se numa disseminação massiva da *Enciclopédia Brasileira* do INL, planejada para ter um baixo custo. Seria preferível a “harmoniosa arquitetura de sua composição” aos “requintes exagerados ou do alto preço de seu custo”. O objetivo do plano de orientação seria, portanto, dar conta de uma composição que

fosse esteticamente aceitável, mas que também resultasse num produto financeiramente acessível. Uma preocupação mercadológica, sim, mas que também implica no direcionamento da leitura da enciclopédia: ela precisa chegar a todos.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

PREPARAÇÃO DA ICONOGRAFIA DA ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA E REALIZAÇÃO GRÁFICA

I – CLASSIFICAÇÃO METÓDICA DOS VERBETES

Adotada para a Enciclopédia Brasileira a ordem alfabética, há[=]de preparar-se para cada letra um índice dos verbetes a ilustrar.

A seguir, para evitar a descontinuidade própria da ordem alfabética, cumpre escolher um sistema de classificação em que a [dis=] [dis]posição metódica e completa dos assuntos decorra da conexão [ló=] [ló]gica das matérias. Deve-se, então, de acôrdo com as divisões ou subdivisões do sistema escolhido, compor nomenclaturas de verbetes em que serão registradas, por assunto e matéria, as palavras a ilustrar já arroladas no índice alfabético da respectiva letra.

Como a classificação é meramente temática, as divisões ou subdivisões das referidas nomenclaturas serão apenas as de utilidade prática, visando sòmente simplificar as pesquisas, organizando-as em conjuntos. Será fácil, no momento oportuno, voltar à ordem alfabética.

II – SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL

Adotar, e adaptar ao caso, a Classificação Decimal de Melvil Dewey, a mais divulgada no país.

[*pel*]a coordenação sistêmica dos verbetes [, *A*] serialização metódica dos assuntos[,] orienta os trabalhos de documentação, enquanto que os índices numéricos simplificam as anotações classificadoras.

Nesse sistema, que tem origens na significação invariável dos números decimais em funções combinadas, o conhecimento humano é repartido em 10 classes principais, numeradas de 0 a 9. Procede em ordem decrescente que se estende do universal ao particular e do gênero ao indivíduo, desdobrando-se cada classe em 10 divisões, e cada divisão em 10 seções, tôdas numeradas de 0 a 9. As 10 classes fundamentais do sistema decimal são as seguintes:

- 0 – Obras gerais.
- 1 – Filosofia.
- 2 – Religião.
- 3 – Sociologia. Ciências Sociais.
- 4 – Filologia. Lingüística.
- 5 – Ciências Puras.
- 6 – Ciências Aplicadas. Tecnologia.
- 7 – Belas-Artes.
- 8 – Literatura.
- 9 – História. Geografia. Biografia.

A SÚMULA DE QUE CONHECIMENTO?

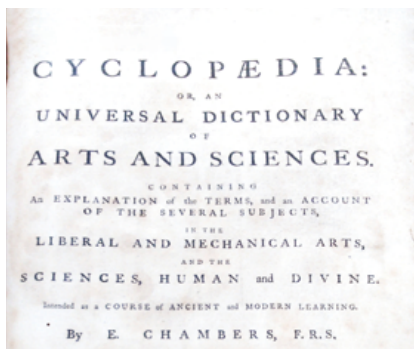
Se a enciclopédia é a sùmula do conhecimento, precisamos entender que conhecimento é esse, e como deve ser produzido e organizado enciclopedicamente. Iniciemos pelo modo como o conhecimento seria organizado: pela Classificação Decimal Dewey. Sendo uma modalidade de divisão e categorização do conhecimento, trata-se de

um dos modos de enquadramento “mais divulgados no país”. No entanto, ela não é compreendida como infalível. É possível depreender esse sentido quando se fala em adotá-la e, além disso, “adaptar ao caso”. Mas por que uma adaptação do sistema Dewey, já tão modificado ao longo do século XX no âmbito da biblioteconomia? Seria um traço de discurso de alteridade, que não se reconhece naquilo que é alheio, externo, estrangeiro?

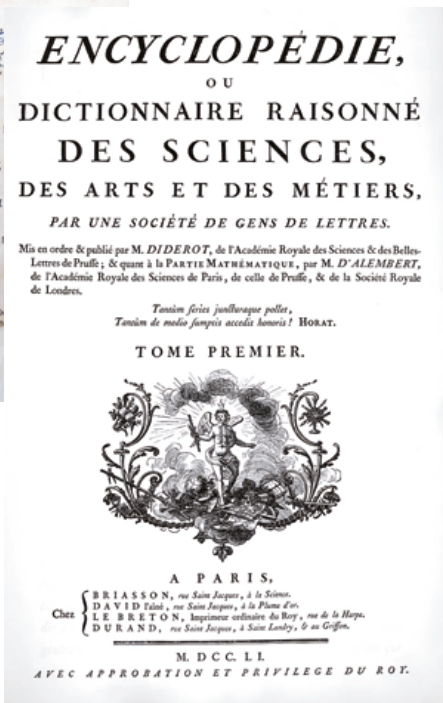
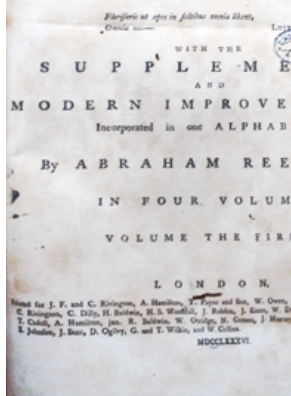
Segue-se explicando o funcionamento da Classificação Decimal Dewey: “o conhecimento humano é repartido em 10 classes principais, numeradas de 0 a 9. Procede em ordem decrescente que se estende do universal ao particular e do gênero ao indivíduo.” As dez classes fundamentais são apresentadas sem qualquer adaptação, se cotejarmos com o sistema original, o que por si só já é um dado relevante: a enciclopédia inscreve-se num discurso que compreende que “Obras gerais”, “Filosofia” e “Religião” são da ordem do universal, com as classes caminhando até história, geografia e biografia. Se a adaptação é uma possibilidade na obra do INL, seria possível inverter essa ordem, não tratar a religião como algo universal, sobretudo pelo fato de a enciclopédia ser brasileira e as teogonias aqui presentes serem as mais diversas. No entanto, repetiu-se a classificação Dewey-clichê.



ALSTED, Johann Heinrich. *Johannis Henrici Alstedii, encyclopaedia septem tomis distincta* (...). Herborn, Alemanha: Typis G. Corvini, 1630. Fonte: New York Public Library Digital Collections.



Rosto da *Cyclopaedia*,
de Ephraim
Chambers (1728).
Fonte: imagem do
autor.



Primeira página da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751).

O
COLONO
DE
NOSSA SENHORA DO Ó'.

Subscreve-se no Escriptorio da Saboaria do Proprietario na rua Longa, e na botica do Sr. Vicente Tederch & C.



Je veuz concourir, dans la mesure de mes forces, au bonheur de mes citoyens.

Encyclopedia Popular de Agricultura, Industria, Commercio, Navegação, e Artes mechanicas.

O COLONO.

Comença hoje o Colono a sua vida publica, iustamente entregue á protecção dos Paraenses, que snão os interesses reais de sua Patria.

Gazeta exclusivamente agricola, industrial e commercial, tratada da agricultura em todos seus ramos, e, com especialidade, aquelles que podem ser admitidos na colonia de *Nossa Senhora do Ó'*; e bem assim da Industria, e do Commercio.

Noticia dos acontecimentos, os progressos, e as necessidades da colonia; os costumes dos colonos, e tambem o que se der de justo ou injusto a respeito della.

Salará, por enquanto, duas vezes por mez, com intervallo de 15 dias, em uma folha; além de artigos sobre Industria e Commercio, os terá tambem de Phisica e Chimica, de Mechanica applicada ás Artes, Agricultura e Navegação, noticias e noticias uteis, procurando pôr ao alcance de todos aquillo que para alguns he ainda desconhecido.

Acceptão-se correspondencias que estejam nos fins deste programma.

Ho propiedade de José do Ó' de Almeida, e creado para animar a empreza da colonia *Nossa Senhora do Ó'*, e protegê-la, quanto he possível por este meio.

Recebem-se assignaturas á mil réis por trimestre, pagas no fim de cada vencimento.

He coiza demonstrada a tendencia actual dos bons espiritos, dos que, cansados de luctas estereias, vêem os melhorações moraes e matrias o meio do elevar este rico paiz á grandeza, para que o destinou a Providencia. Um periodico, portanto, instituido nestas vistas merecerá por certo as sympathias dos bons, e a animação dos que podem dá-la.

Uma e outra esperamos, assim como os conselhos dos entendidos, e as adveniencias dos illustres.

O engenho *Boa-Vista*, situado na ilha das onças fronteira á esta cidade, foi comprado em 4 de maio de 1835, a D. Julia Mattinha de Vilhena, com o fim de alli fundar-se uma lavoura de canna, por parceria. Porém a magnifica posição topografica e qualidade do terreno, apropriado para qualquer empreza industrial hydraulica pela facilidade de conduzir agua para qualquer de seus pontos, e outras felices disposições animarão o proprietario a dar mais um passo adiante em seu projecto, a povoar o lugar. Começou por engajar 17 colonos, dos que mandára vir a *Companhia de Navegação e Commercio de Anzoas*, debaixo das condições de parceria: foram esses—Antonio da Cunha, José Adriano Pereira, Antonio Pereira Braga, Joaquim Bernardo, Francisco Borges, Antonio Manoel da Silva, Francisco Joaquim Martinho da Silva, Joaquim José da Silva Nogueira, Antonio Pereira, Antonio Joaquina Vieira, Manoel Joaquim, José Gomes, João José Martins, José Maria Esquerdo, Antonio Barbosa, e Manoel José da Silva; suas assignaturas foram reconhecidas pelo tabelião Pedeirão á quem se apresentará pessoalmente, e sellado o contracto, deu-se-lhes á cada um uma copia autentica.

Os bons desejos, de que se mostrarão animados estes colonos no momento do contracto, fazião esperar vantajosos resultados, porque realmente ao terreno faltava só a actividade do homem.

Infelizmente algumas discordias de origem bem mesquinha, e augmentadas ainda pela sua grosseiria nas maneiras e nas palavras, foram o primeiro obstaculo ás vantagens esperadas, e que á muito custo poderão remover e sanar os conselhos e a paciencia do proprietario. A' este mal se uniu um segundo, mais terrivel e cruel, o *cholera*, que interrompeu os começados trabalhos, accommettendo a quasi todos, e á que succumbirão Francisco Joaquim, Antonio Pereira, Joaquim José da Silva Nogueira, Manoel Joaquim, e Antonio Barbosa.

Accresceu ainda a recisão que fizerao do contracto Antonio da Cunha, Antonio Pereira Braga, Antonio Manoel da Silva, José Gomes, João José

A primeira edição de *O colono de Nossa Senhora do Ó'*.
Fonte: imagem do autor.



Thesouro da Juventude: Folheto para os paes de família que, como naturaes guias dos seus filhos, sentem a indispensável collaboração que lhes compete na sua educação, (1925). Fonte: imagem do autor.



Folha de rosto da caixa *Dicionário popular brasileiro*, de Alarico Silveira. Fonte: imagem do autor.

ORGANIZADOR	AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
EDITOR-DE-TEXTO	CELSO FERREIRA DA CUNHA
COLABORADORES	ADRIANO DA GAMA KURY AVILA MARTENS CARLOS POTTSCH HÉLCIO MARTINS LEONAM DE AZEREDO PENA MARIA MATTA MACHADO NELSON ROSSI NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES ORLANDO VALVERDE ZULMIRA FARIA
ASSISTÊNCIA ESPECIAL	ANTÔNIO HOVAISS

ANNO I S. PAULO, 15 DE ABRIL DE 1899 NUM. 1

O ARCHIVO ILLUSTRADO

ENCYCLOPÉDIA NOTICIOSA, SCIENTIFICA E LITTERARIA

-O Archivo Illustrado-

S. Paulo, 15 - 4 - 99.

O novo programma é bem curto, para poder ser compreido, e que sea sempre por ali seguido.

Temos em vista fazer um jornal illustrado que consiga-se em breve a circumstancia de ser a primeira, de territorio, das factos diversos e das recreações do espirito.

Para tudo isto, porém, carecemos apenas do apoio publico: expressões approvadas, e mediação dos nossos grandes escriptores para doar a Capital com uma revista popular, de preço reduzido.

Se fôrmos auxiliados pelo favor publico, progreddemos a frente: de contrario, faremos, q'ue nos for, a publicação de ANUÁRIO durante o tempo de uma primeira assignatura, para o que esta empresa já dispõe de elementos bastantes.

Não esquecerem, porém, ao campo da politica e da religião, os nossos telegraphos e outros na terra e no mar, e assim: todos os elementos que se possam, com tanto que sejam lidos e úteis.

E na continuação dos numeros DO ARCHIVO, o leitor achará sempre o cumprimento do nosso programma.

As collegas de imprensa, e os nossos subscritores.

Visconde de Saunay

de ex-Imperio, senão, pela mesma, apparentemente parca, mas preparada para a Republica. Com offyda del Tenny e primario e o mais activo propagandista de imigração em larga escala, de grande naturalização, de casamento civil — isto é, que a Republica, de golpe, pôe nos pratica os principios da sua astronomia existencial.

Como homem de letras, a sua vida litteraria consistiu, com as «Cronicas do Império» (1870), a «Historia da Laguna» (1870), o «Jornal da Campanha da Confederação» (1870), a «Monodia do Triunfo» (1872), o «Manuscrito de uma marca» (1872), a «Monodia» (1872) e «Historia do Brazil» (1872), «Narraciones miltares» (1872) e «Bibliographia», com o pseudonymo de Hektor Malheur, na «Revista do Noticias», os «Quilhos e os paragens da terra», o estudo sobre os «Meditos de ex-Imperio», publicando, além ha mais, os «Notas», com o pseudonymo de Anaparas, e «Bibliographia», e, mais recentemente, um dos mais notaveis livros publicos deste pais.

O Visconde de Tenny morreu em 22 de fevereiro de 1882. Contava, pois, 50 annos quando morreu; não era estranho, portanto, que, depois de se ter formado de diabolos, que o tornava um almas tempo, viria em plena actividade intellectual. Não lhe parecia deperdicio e menor trabalho que occupar-se parte da nossa patria.

Folhamos, delectavelmente, dentro e fora do pais, a noticia do seu fallecimento. Anunciamos e luctamos de-

Expediente da *Encyclopédia de Alarico Silveira*.
Fonte: imagem do autor.

O Archivo Illustrado. São Paulo: 15 de abril de 1899.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

III – DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS – PESQUISA E COORDENAÇÃO

Cada verbete classificado terá representação iconográfica determinada pelo seu valor qualitativo.

Essa representação será arquivada em pastas apropriadas, na ordem [correspondente à] [*indicada pela*] classificação sistemática dos verbetes.

Os documentos, sempre que possível, serão originais, e obtidos diretamente, recorrendo-se a repartições oficiais, a empresas particulares e a correspondentes idôneos. Obter a contribuição de todas as fontes aproveitáveis.

O documento deverá justificar-se pela objetividade, clareza ou raridade, e será preparado e utilizado do modo mais acorde com a sua natureza e valor.

A fim de facilitar a pesquisa do material iconográfico, será solicitado aos especialistas de cada categoria de assuntos que indiquem a bibliografia informativa de que disponham.

IV – PROCESSOS MODERNOS DE REPRODUÇÃO ICONOGRÁFICA

Os problemas estéticos são condicionados pela finalidade da publicação e [os] [*pelos*] meios técnicos disponíveis. Todos os modos de gravuras – madeira, buril, [á]gua-forte, ponta-sêca – e a litografia constituem técnicas próprias à bela ilustração, e proporcionam aos artistas amplos recursos gráficos. Mas[,] por refletirem, as mais das vezes, interpretações alternativas singularmente pessoais, nem sempre satisfazem os critérios da reprodução de documentos, em que se deva manter rigoroso caráter específico.

A fotografia, com precisão objetiva, oferece imagens muito aproximadas dos fenômenos e das coisas do mundo sensível. Permite copiar facilmente qualquer documento, e, também, registrar as fases sucessivas d[**o**] [a] [desenvolvimento] [progressão] de uma experiência, ou do desenrolar d[**e**] [os] [tudo] acontecimento[s.] A fotomontagem é expressiva síntese de assuntos.

A fotogravura e a heliogravura, por processos materiais e mecânicos, reproduzem fielmente sobre chapas de metal, sensibilizadas e gravadas, os documentos fotográficos, adaptando-os de modo perfeito à tipografia.

Os atuais meios fototipográficos de preparo da imagem para o texto modificaram bastante o aspecto e o espírito da ilustração puramente documental.

O AVESSE DO REAL NA IMAGEM

Há uma teorização sobre a semântica das imagens introduzida lateralmente no documento do INL. Trata-se de uma suposta explicitação dos efeitos das diferentes técnicas de composição iconográfica.

O uso de imagens se inscreve na história das enciclopédias como algo que compõe seu funcionamento, seja por comparecer, seja por se ausentar. É nas enciclopédias, além disso, que o gênero ilustração científica se consolida. De acordo com Araújo,

O ápice da ilustração científica no século XVIII, todavia, acha-se no minucioso trabalho de produção e seleção iconográficas (com legendas correspondentes a cada imagem) da grande Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (1751-1759),

dirigida por Denis Diderot. (...) em correspondência às solicitações da época, introduziu-se na iconografia considerável parcela de imagens destinadas às ‘artes mecânicas’, o que significava privilegiar a técnica que então se afirmava em determinadas áreas profissionais (...). (ARAÚJO, 2008, p. 468-469).

É por causa disso que a já comentada *Encyclopedia popular* de 1879 se lamenta discursivamente pela ausência de imagens que, de acordo com os autores, “sensibilizando as explicações, facilitassem a inteligência de algumas theorias e demonstrações” (VEIGA, 1879, p. iss). As imagens vão sendo significadas como esse apoio à leitura, apoio à compreensão textual. O século XX, com a vulgarização da tecnologia fotográfica, vai deixando de lado outras técnicas e artes, como a gravura e a litografia, por essas duas supostamente refletirem, as mais das vezes, interpretações alternativas singularmente pessoais, ao contrário da fotografia, que, com precisão objetiva, oferece imagens muito aproximadas dos fenômenos e das coisas do mundo sensível. A dualidade subjetividade da gravura e da litografia contra objetividade da fotografia, como se ela não fosse feita por um sujeito, é uma das evidências produzidas pelas diretrizes da *Enciclopédia Brasileira*, filiando-se a um discurso que segue até a contemporaneidade, e faz eco nas enciclopédias: muitas passam a usar a fotografia como meio dominante de complementar o texto escrito.

A preocupação com a reprodução exata dos acontecimentos de uma experiência também é dita na sequência acima: a fotografia permitiria “copiar facilmente qualquer documento, e, também, registrar as fases sucessivas d[o]

[a] [desenvolvimento] [progressão] de uma experiência”. A alteração de “desenvolvimento” para “progressão” de uma experiência desvela um duelo discursivo por sentido: dum lado, a interpretação de que as experiências se desenvolvem; doutro, a de que elas progridem. Parece-nos que o que está em jogo aqui é uma compreensão da experiência (científica?) como qualidade contra outra que a tem como sucessão cronológica.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

V – ELEMENTOS MATERIAIS DA REALIZAÇÃO GRÁFICA

De início, deve-se estudar um formato conveniente à natureza e amplitude da obra; suas proporções têm influência direta sobre todos os elementos da composição tipográfica:

- largura e altura da coluna impressa – sua subdivisão[:]
- espaços marginais[:]
- escolha do caráter tipográfico e espessura da linha impressa[:]
- corpos do caráter tipográfico, entrelinhamento e filêtes[:]
- dimensões das ilustrações e padronização dos tamanhos ajustados à coluna ou à página.

A predeterminação racional e cuidadosa do conjunto dos elementos tipográficos favorece a composição equilibrada das páginas.

A seleção prévia, acima referida, permite também o cálculo aproximado do número de páginas a compor em relação ao texto original[,] [=] acrescido das ilustrações.

Assim, levando em conta a qualidade-p[ê]so-papel [-] e pontos da divisão normal do contexto[,] torna-se possível fixar, para a série de volumes, uma espessura de lombada[,] mais ou menos igual, apropriada ao formato[:]; e [*ainda*] distribuir com segurança a matéria a ser impressa.

O efeito geral decorre, além disso, da qualidade-p[ê]so do papel escolhido, e firma-se no valor do tom de tinta usada na impressão.

VI – SEQUÊNCIA NAS OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS GRÁFICOS

PREPARAÇÃO – Exame das laudas do texto original do ponto de vista de sua execução tipográfica. Revisão da grafia. Marcação de tôdas as indicações necessárias – marginais e interlineares – para compor, paginar e imprimir. Preparo [*geral*] da documentação fotográfica.

COMPOSIÇÃO – Reprodução do texto original em caracteres tipográficos.

GRAVURA – Cópia dos documentos selecionados para as ilustrações; execução dos clichés – traço ou retícula – de acôrdo com [~~o papel escolhido~~] [*próprio documento, o papel a utilizar*] e a técnica de impressão.

PAGINAÇÃO – Distribuição da composição-texto e dos clichés – em fôrmas, nas medidas das colunas das páginas. As gravuras e planchas fora do texto são margeados à parte.

IMPOSIÇÃO – Enquadramento e fixação das fôrmas na rama, de acôrdo com o formato.

TIRAGEM – Impressão de tôdas as f[ô]llhas e das capas da edição.

BROCHURA – Dobragem das folhas em cadernos[;] e alceamento; intercalação das gravuras fora do texto[;] costura dos cadernos por exem[p]lar; aparação ou não do conjunto; colagem da capa.

UM PROGRAMA MÍNIMO PARA A PRODUÇÃO GRÁFICA DE UMA ENCICLOPÉDIA

Para quem pesquisa ou trabalha com produção gráfica ou editorial, as seções "V – Elementos materiais da realização gráfica" e "VI – Sequência nas operações dos serviços gráficos" são documentos importantíssimos, pois mostram como a história e o tempo ficam marcados nas técnicas de composição de um livro. Servindo como um manual de instruções, essas seções ensinam parcialmente a ordem como devem se dar os serviços gráficos.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

À frente, também se encontra a transcrição, com os mesmos critérios da anterior, do documento de sete páginas grampeado à pasta "EB_I: Plano geral de orientação 2". Conforme é possível notar, trata-se do documento de quatro páginas que transcrevemos acima revisto e ampliado, uma vez que incorporou as emendas feitas a lápis e também aumentou o tamanho do texto. Além disso, há também outras marcas de revisão. Quando julgarmos relevante, introduziremos subseções explicativas. Vejamos:

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA
ICONOGRAFIA E REALIZAÇÃO MATERIAL

É tarefa delicada e complexa procurar, classificar, aprontar a [uma] documentação iconográfica [~~que~~ ~~deverá ilustrar a~~] [*programada para a ilustração da* ~~uma~~] Enciclopédia [espaço] Brasileira. Súmula dos conhecimentos adquiridos, impessoal e imparcial, uma enciclopédia marca no tempo as certezas provisórias de uma época, um nível de civilização. Pela maneira com que retraza os ciclos do espirito, ela revela ainda, com justeza, um modo de ser próprio ao país em que foi elaborada. [Assim] A responsabilidade [espaço] de sua feitura irá, pois, sempre crescendo até o momento de se fixarem, pela execução material, todas as condensações de cultura e a representação gráfica dos seus textos, É preciso atentar, aqui, na motorização, se o podemos dizer, que leva a idéia escrita à página impressa. Sómente um encadeamento rigorosamente previsto das diferentes fases da produção póde eliminar as dificuldades inerentes aos processos mecânicos, os quais oferecem ou sugerem novas soluções estéticas e conferem à realização material uma precisão geométrica, a que se há-de evitar cuidadosamente toda rigidez. Para manter um ritmo constante requerem tais processos um metodo coletivo de trabalho.

Assim, para reduzir ao mínimo os incidentes possíveis, é indispensável predeterminar os resultados a obter, e os meios de alcançá-los. O belo aspecto de uma publicação resulta mais da harmonia de sua composição, de sua arquitetura, do que do seu requinte ou do seu custo.

Deste modo, todas as operações que conduzem até as provas tipográficas, isto é, até o momento de fazer imprimir, devem ser definidas e organizadas de acôrdo

com um plano geral de orientação. Apresentamos o seguinte:

PLANO GERAL DE ORIENTAÇÃO

1 – CLASSIFICAÇÃO [SIS]TEMÁTICA

– Adotada para a Enciclopédia Brasileira [ã] [a] ordem alfabética, há-de preparar-se para cada letra um índice dos verbetes a ilustrar.

– Estabelecer, também, para evitar a descontinuidade própria da ordem alfabética, um quadro de classificação em que a disposição metódica e progressiva[ç] dos assuntos decorra da conexão lógica das materias.

– Compor, depois, segundo as divisões desse quadro, nomenclaturas de verbetes em que serão distribuídas, por assunto e materia, as palavras previamente reunidas no índice alfabético da respectiva letra.

– Sendo essa classificação estritamente temática, as divisões das referidas nomenclaturas serão apenas as de utilidade prática[,] para simplificar as pesquisas e organiza-las por conjunto. No momento oportuno será fácil voltar à ordem alfabética.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA

– GENERALIDADES

1-1-Obras Gerais – Bibliotecas – Coleções – Academias...

1-2-Particularidades – Manuscritos – Livros...

1-3-Assuntos de caráter geral ou de classificação difícil...

2-0-RELIGIÕES

2-1-Animismo – Fetichismo – Magia – Mitologia...

2-2-Cristianismo – Budismo – Islamismo...

3-0-FI[Ø]LOSOFIA

4-0-CIÊNCIAS PURAS

4-1-Matemática – Astronomia – Cronologia...

- 4-2-Física – Meteorologia...
- 4-3-Química – Mineralogia – Geologia – Oceanografia...
- 4-4-Biologia- Antropologia – Paleontologia...
- 4-5-Botânica...
- 4-6-Zoologia...
- 5-0-CIÊNCIAS APLICADAS
- 5-1-Medicina – [*Anatomia* –] Fisiologia – Farmácia...
- 5-2-Agricultura – Agropecuária – Veterinária.l.
- 5-3-Engenharia – Siderurgia – Hidráulica – Eletricidade...
- 5-4-F[á]bricas – Motores – Autom[ó]veis – Aeronáutica...
- 5-5-Construções – Materiais – Instalações...
- 5-6-Transportes – Navegação – Estradas...
- 5-7-Economia dom[é]stica – Artefa[ç]tos – Objetos [usuais] [*de uso*]...
- 5-8-Comércio – Of[í]cios – Profissões...
- 5-9-Exército – Marinha – Guerra – Defesa...
- 6-0-BELAS ARTES
- 6-1-Arquitetura – Urbanismo – Paisag[ismo][*em...*]
- 6-2-Artes plásticas – Decoração...
- 6-3-Teatro – Dança...
- 6-4-M[ú]sica – Rádio...
- 6-5-Esportes – Jogos...
- 7-0-LITERATURA-POESIA
- 8-0-GEOGRAFIA – VIAGENS
- 9-0-HISTORIA UNIVERSAL
- 9-1-Acontecimentos...
- 9-2-Arqueologia-Her[á]ldica...
- 9-3-Personagens-Biografias...
- 10-0-CIÊNCIAS SOCIAIS
- 10-1-Economia – Pol[í]tica – Direito
- 10-2-Estado – Govêrno – Administração [*– Estatística...*]

10-3-Educação – Ensino – Higiene...

10-4-Assistência – Previdência – Associações...

10-5-Etnografia – Costumes – Folclore...

~~10-6-Organização – Estatística...~~

NOTAS: – Adotamos neste quadro, por nos parecerem mais lógicas, as dez divisões fundamentais formuladas em 1934 por um grupo de cientistas e pela Associação dos Bibliotecários Franceses, Paris. As divisões secundárias seguem, em parte, o sistema d[á][e] classificação decimal universal composto em 1929 pelo Instituto Internacional de Bib[ri]liogrâfi[ca][a], Bruxelas. – Este quadro oferece o recurso de subdivisões complementares.

DE UMA OUTRA CLASSIFICAÇÃO A MITOS E RELIGIÕES

Nesse documento revisado, a classificação dos saberes atende a um outro sistema. Se na versão anterior a Classificação Decimal Dewey era recomendada, ainda que com adaptações, nessa outra ela é apagada em preferência de um misto entre dez divisões formuladas, em 1934, por um grupo de cientistas e bibliotecários franceses e a Classificação Decimal Universal de 1929, “por parecerem mais lógicas”. É muito produtivo olhar para a versão anterior das instruções e ver como os textos são contingentes, ainda que pelo silenciamento: aqui nem mesmo se menciona o sistema Dewey, mas há essa comparação, “mais lógicas”, intransitiva: mais lógicas do que o quê? Do que qual sistema? Só quem tem acesso aos dois documentos tampona esses sentidos deixados à deriva.

Na classe 2, “Religiões”, produz-se uma divisão que demonstra como as enciclopédias do Novo Mundo

são extremamente afetadas por saberes impositivos do Velho Mundo, como notamos pelo uso da Classificação Decimal Universal: há duas subclasses: a primeira, “2-1-Animismo – Fetichismo – Magia – Mitologia...”, a segunda, “2-2-Cristianismo – Budismo – Islamismo...”. Note-se que aquela coloca lado a lado matrizes religiosas africanas (animismo e fetichismo) com magia e mitologia, enquanto esta paraleliza cristianismo, budismo e islamismo, todas do conhecido Velho Mundo. Mesmo com uma escassa população budista, essa religião é categorizada como tal na enciclopédia, não ao lado de mitologia, enquanto que as matrizes que já haviam sido reinterpretadas nas religiões afro-brasileiras são marginalizadas como mito. No Brasil, em meados do século XX, as religiões indígenas nem mesmo comparecem.

Num sopro de esperança, perguntamo-nos: o que é que separa, numa enciclopédia, um mito de uma religião? Historicamente, a religião de hoje é o mito de amanhã, mas na divulgação científica de uma enciclopédia essa separação não é tão simples. Nas enciclopédias, a religião de hoje, a depender das condições sócio-histórias de produção, são o mito folclorizado, subalternizado, (d)escrito com(o) alteridade. O mito é sempre um outro. O mito, na *Enciclopédia Brasileira*, do Instituto Nacional do Livro, é o não branco.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

11- MATERIAL ICONOGRÁFICO – PESQUISA E COORDENAÇÃO

– Cada verbete classificado terá representação iconográfica determinada pelo seu valôr qualitativo.

– Essa representação será arquivada em pastas apropriadas na ordem correspondente à classificação [*tematica*] dos verbetes.

– Os documentos, sempre que possível, serão originais e pesquisados diretamente, recorrendo-se a repartições oficiais, a particulares e a correspondentes idoneos. Hão de explorar-se metódicamente todas as fontes aproveitáveis.

– O documento deverá justificar-se pela objetividade, clareza ou raridade e será preparado a ser utilizado do modo mais acorde com a sua natureza e valor.

– Afim de facilitar a pesquisa do material iconográfico, pedir-se-á, aos especialistas de cada categoria de assuntos (caso não haja inconveniente), indicar a bibliografia informativa de que disponham.

111 – ELEMENTOS DE REALIZAÇÃO MATERIAL

– proceder-se-á imediatamente ao estudo de um formato; as suas proporções têm influência dir[é]ta sobre todos os elementos de composição da obra;

- espessura da linha impressa
- feitio dos caracteres tipográficos
- largura das entrelinhas
- espaços das margens
- dimensões das ilustrações

- esta[r][n]dardização dos tamanhos dos documentos a coligir.

– A escolha desses elementos favorecerá a disposição equilibrada da paginação e o efeito a conseguir regulará a tonalidade das tintas a empregar.

– Depois da avaliação aproximativa da exten[s]ão dos textos e ilustrações a reproduzir, os elementos já indicados permitirão prever quase exatamente;

- o número médio das paginas que deverá ter cada volume

- a qualidade – peso do papel

IV – PROCESSOS DE REPRODUÇÃO ICONOGRÁFICA

– Os problemas estéticos são [c]ondicionados pelas finalidades da publicação e os meios técnicos disponíveis.

– A grav[u]ra (madeira, ponta-s[ê]ca, água-forte) e a litografia são técnicas excelentes para a impressão e oferecem aos artistas amplos recursos, mas por refletirem interpretação demasiado própria, ou por serem “chapas” habituais, nem sempre servem do ponto de vista da reprodução documental, em que se queira conservar uma certa originalidade.

– A fotografia, impessoal e objetiva, apresenta uma imagem exata de todos os fenomenos, de todas as coisas do mundo sensível. Permite, ainda, registrar, em suas fases sucessivas, o desenvolvimento de uma experiência[,] o desenrolar de um acontecimento. A foto-montagem é uma expressiva síntese gráfica.

– Pelos processos de fotografura e heliografura o documento é copiado diretamente sobre uma materia sensibilizada que o reproduz fielmente, adaptando-o de modo perfeito à tipografia.

– Harmonizando a imagem com o texto, os atuais meios técnicos modificaram e renovaram inteiramente o aspecto e o espírito da ilustração documental.

O AVESSO DO REAL NA IMAGEM 2

Gravura e litografia, nesse documento revisto, são novamente definidas como inapropriadas, muitas vezes, para a ilustração enciclopédica de “reprodução documental”. Elas refletiriam “interpretação demasiado própria”, enquanto a fotografia seria “impessoal e objetiva, apresenta uma imagem exata de todos os fenômenos, de todas as coisas do mundo sensível”. Vejamos uma contradição aí: o advérbio “demasiado”. O conflito entre subjetividade e objetividade se mantém aqui, mas esse advérbio demonstra que há interpretações próprias e interpretações impróprias: algumas são demasiadas, outras, talvez, sejam adequadas. Talvez a da fotografia. Essa é, no entanto, predicada como “impessoal e objetiva”, não interpretativa. Não nos atendo a alguma lógica que possa mostrar qual seria o elo perdido entre a interpretação demasiado pessoal e a objetividade e impessoalidade da fotografia, respondemos que essa última pode ser compreendida como ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, ocupando esses dois lugares. O advérbio “demasiado”, relacionado à interpretação pessoal da gravura e da litografia, toca semanticamente, silenciosamente, também a fotografia, já que ela representaria a técnica de ilustração enciclopédica mais apropriada.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

V – OPERAÇÕES FINAIS

COMPOSIÇÃO – Preparação das ilustrações e do texto para a impressão. [Parágrafo] Correção das provas tipográficas.

PAGINAÇÃO – Colocação das ilustrações e distribuição do texto. Esboços de paginação.

ENQUADRAMENTO – preparação da rama de acôrdo com o formato.

T[RH][IR]AGEM – Impressão tipográfica do conjunto.

RECORTE – Ajustamento mecânico dos bordos do livro.

ENCADERNAÇÃO – Proteção e encapamento do volume impresso.

O plano, coordenando as diver[s]as operações que participam [a] [da] execução da obra, favorece o êxito na realização do conjunto.

COLABORAÇÃO E EQUIPAMENTO

– Os colaboradores serão escolhidos entre profissionais idoneos, aproveitados conforme sua aptidão técnica, no molde geral da orientação prefixada para a representação iconografica. Serão contratados de acordo com a natureza e conveniência dos serviços e remunerados por tarefa.

– A colaboração particular para composições originais ou trabalhos especializados (pranchas ou mapas – em preto ou côr) será resolvida mediante entendimento [claramente] [previamente] especificado.

– Os documentos fo[g][t]ográficos serão adquiridos por preços combinados, especialmente quando feitos ou reproduzidos em serie. Fixar-se-á, antecipadamente, o valôr dos inéditos.

- A compra do material para reprodução, copia, preparação e conservação dos documentos iconográficos será feita sob controle e à medida que fôr necessário.
- Base da remuneração por tarefa (vêr parágrafo a)

Desenho documentário ou decorativo, formato pequeno (+- 18x24)	de..... Cr\$25,00 a 40,00
Desenho documentario ou copia para biografia, formato medio (+- 36x48)	de..... Cr\$50,00 a 80,00
Desenho documentário ou composição normal, formato grande (+- 72x96)	de..... Cr\$100,00 a 150,00

(NOTA: A [margem] [variação] no preço, em cada formato, permite fixar o [justo] valôr de um desenho[,] entrando em conta, tambem, sua complexidade[;] [ou] sua dificuldade).

A DECADÊNCIA DAS ARTES VISUAIS NÃO FOTOGRÁFICAS

Embora gravura e litografia tenham sido consideradas técnicas inadequadas para a ilustração enciclopédica, o profissional que prestasse serviço de ilustração para o INL é designado, na subseção “Colaboração e equipamento”, como colaborador, não como fotógrafo, o que pode dar uma dimensão maior a esse serviço. No entanto, a possibilidade de gravuras e litografias é eliminada quando se fala

da natureza dos produtos contratados: “Os documentos fo[g][t]ográficos serão adquiridos por preços combinados, especialmente quando feitos ou reproduzidos em serie”. São esses os únicos documentos mencionados na subseção. Contraditoriamente, na caixa “Enciclopédia brasileira – ilustrações”, aqui já analisada, há um misto de fotografias e de outras técnicas de ilustração.

Pensando na profissionalização das artes no Brasil, é sintomático que os fotógrafos conquistem um terreno tão grande assim no setor público – e talvez também no privado –, o que pode ter resultado numa possível expulsão de outros artistas – como aqueles que trabalham com gravura e litografia – do mundo do trabalho, e não necessariamente por uma questão de esvaziamento de necessidade econômica, mas por uma questão teórica, disciplinar, ligada à semântica das imagens. Se a *Encyclopédie* ajudou a desenvolver as artes gráficas com ilustrações de sistemas mecânicos, de máquinas, de processos fabris, as enciclopédias do século XXI, bem como a imprensa de modo geral, investem no advento da fotografia como arte e técnica mais moderna, mais apropriada. O paradoxo do capital: num (neo)liberalismo em que o sujeito é considerado dono de si, centro do mundo, protagonista de qualquer acontecimento que ocorre em sua vida, as técnicas e artes não podem nem devem incorporar traços de subjetividade. O objeto deve falar por si. Quanto menos sujeito, melhor.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

Logo após o plano, sucedem oito pastas que contêm um ensaio dos verbetes da letra A que figurariam na

enciclopédia. Essas pastas são listas de palavras divididas nas dez classificações propostas no plano geral da *EB*. A partir delas, é possível reconhecer o que vai sendo considerado religião, filosofia, generalidades, ciências puras etc. no projeto de edição da enciclopédia. Deixaremos, por ora, a análise dessa lista de palavras inexplorada, mas a ser realizada em oportunidades futuras. Esse arquivo da BN mostra também um bloco de páginas datilografadas em francês, sem anotação de autoria, em folha timbrada do INL, sobre “Botanique”, bem como uma extensa “Relação de livros de linguística americana, africana e hispano-americana a serem adquiridos para o Instituto Cayru” e um caderno com a relação de empregados do SED do INL. As diretrizes contidas no “Plano geral de orientação” deveriam ser enviadas e cumpridas pelos sujeitos empíricos selecionados pelos editores da *Enciclopédia Brasileira* para serem “colaboradores” do instrumento. A BN também conta com uma pasta dos candidatos que se submeteram para participar da escrita da *EB*.

C) Pasta de fichas de candidatos a trabalhar na *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro

A pasta com fichas preenchidas, com fotos 3x4 cm, por diversos pesquisadores que trabalhariam na escrita dos verbetes da *EB* (entre elas, a candidatura de Darcy Ribeiro), está acondicionada pela BN. À frente, transcrevemos a carta para a pesquisadora Maria do Carmo Tavares de Miranda (filósofa, pedagoga e teóloga; tradutora de autores como Martin Heidegger, de quem foi assistente), com um convite para preenchimento de uma das fichas para possíveis colaboradores da *Enciclopédia Brasileira*,

que vinha seguida de um “Roteiro para preenchimento do Questionário”, explicitando o que cada campo deveria conter:

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA

CR/ 002/ A-071

Ilmo. Sr.A. Professora MARIA DO CARMO TAVARES DE MIRANDA

A seção da Enciclopédia Brasileira, órgão do Instituto Nacional do Livro, com sede à rua das Palmeiras nº 60, Botafogo, Distrito Federal, através do encarregado do Roster (cadastro de técnicos e cientistas) da Enciclopédia Brasileira, tem o prazer de enviar um questionário a ser preenchido por V. S.

Esta remessa liga-se a um levantamento de técnicos e cientistas residentes no Brasil que possam colaborar na elaboração dos trabalhos de preparo dos verbetes da Enciclopédia Brasileira, levantamento êste, que constitui um dos pontos do plano ora em plena execução.

Com os dados constantes dos questionários preenchidos organizaremos fichas de colaboradores de todo o país, fichas estas que devem conter o maior numero de informações uteis para aquela finalidade. Para isto, solicitamos que V. S. nos remeta duas fotografias, tamanho 3/4, para o que, enviamos envelope anexo.

Estamos no endereço já mencionado, ao inteiro dispôr de V. S. para qualquer esclarecimento.

Desde já agradecemos a valiosa cooperação e apresentamos os nossos melhores protestos de consideração.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1959

[_____ ASSINATURA _____]

Joaquim de Assis Ribeiro Neto
Encarregado do Roster

Além de Darcy Ribeiro e Maria do Carmo Tavares de Miranda, outros conhecidos nomes estão nessa pasta: Paulo Rónai, Roberto Piragibe da Fonseca, Evaristo de Moraes Filho, Sergio Mezzalira. A presença desses consagrados nomes da ciência nacional confirma uma hipótese: o divulgador de ciência, o vulgarizador, o lexicógrafo, são posições desempenhadas muitas vezes pelo mesmo sujeito empírico que ocupa o lugar de cientista, de técnico, de sábio, de pensador. Até que ponto o mediador cultural faz efetivamente apenas a mediação, e não a própria cultura?

D) *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul*; subsídios para a *Enciclopédia Brasileira*. 1943. 6 pastas. Originais com cópias

Do prefácio, com mais de uma dezena de páginas, lemos que se trata de um dicionário já publicado em fascículos em 1936, mas que é reeditado em 1943, elogiando Getúlio Vargas num discurso marcadamente nacionalista. Há uma quantidade extensa de páginas dedicadas ao falar gaúcho.

Na segunda pasta desse dicionário do setor de manuscritos, há uma carta, datada de 4 de fevereiro de 1960 e assinada pelo lexicógrafo Antonio Geraldo da Cunha, sobre a possibilidade de se continuar a edição do DERGS, que teria ido de “A” a “Arvorezinha” em 1936 – o que o torna parecido com a *Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira*, que vai de “A” a “Anzol de tenda”.

A sexta pasta da caixa onde se encontra o dicionário é uma das mais interessantes e, pensando em termos de

teoria (análise do discurso), produtivas, pois mostra em que consiste o trabalho de reedição e repetição enciclopédica. Existia, por exemplo, na edição de 1936 do livro, um verbete chamado “Aclamação de D. Pedro”. O organizador, fazendo uso de símbolos de revisão de texto, sugere uma reorganização e reatitulação do relato do acontecimento: o verbete passa a ser chamado de “Independência”. Aparentemente, o discurso histórico acomodou, estabilizou, deu conta do acontecimento político da Aclamação de dom Pedro, ultrapassando, retraduzindo, ressignificando o caráter personalista da proclamação da Independência para interpretar o acontecimento como coletivo, como historicamente público, não privado. De uma vitória pessoal para uma vitória da coletividade, do nacional.²²

E) *Dicionário popular brasileiro de Alarico Silveira*

A grandeza dos projetos do INL se representa inclusive na organização de seus arquivos remanescentes na FBN. Na localização 44, 23, 34 da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, encontram-se três pastas com os ditos manuscritos do *Dicionário popular brasileiro de Alarico Silveira*. A partir daí já notamos como se dá um deslizamento entre um dos propósitos da criação do INL – a publicação do *Dicionário da língua nacional* – e aquilo que vai se efetivando como projeto factual. A indefinição do nome da língua – língua nacional – passa a ocupar a indefinição referencial de “brasileiro”: o dicionário é brasileiro ou ele é do idioma *brasileiro*? Essa ambiguidade é

22. Nos próximos anos, pretendemos voltar a esse trabalho de reescrita observado no DERGS.

sintoma de uma disputa por posições quanto à nomeação da língua: portuguesa, brasileira, nossa?

Logo na abertura da caixa do referido dicionário, há uma folha solta, com uma lista bilíngue de verbetes manuscrita e assinada como “A.S.”, em “C. Branca”, dia 12 de abril de 1904. Apesar de nem todo o material dessa pasta ter sido manuscrito ou datilografado por Alarico Silveira – muito dele é resultado de paráfrases, reorganizações, inspirações textuais nas fichas do autor –, deduzimos sua autoria nas letras à mão dessa folha. Imaginamos se tratar de uma parte de seu empreendimento enciclopédico destinada a correlacionar um léxico de sua língua vernácula com um léxico indígena: provavelmente um início do sonho lexicográfico, dicionarístico, enciclopédico de Alarico, nascido em São Paulo em 1878. Aos 26 anos, teria já registrado parcialmente esse projeto em anotações, caligraficamente. Não se sabe se já havia sido afetado pela leitura de uma das enciclopédias circulantes no Brasil até o final do século XIX, mas o que é possível também vislumbrar é que já é capilarizado o desejo de um brasileiro produzir uma enciclopédia no Brasil. Alarico foi secretário de Estado dos Negócios da Educação de 1º de maio de 1920 até 30 de abril de 1924. Morreu em 1943. Vejamos essas folhas manuscritas, talvez as últimas páginas (correspondentes às letras V, X e Z) de um conjunto de outras.

Nas imagens reproduzidas no caderno de imagens, há um descompasso, uma não-coincidência entre uma língua e outra, algo que só é reconhecível pela notação metalinguística: alguns verbetes apresentam as rubricas “s.m.”, “s.f.”, “interj.” – respectivamente, substantivo

masculino, substantivo feminino e interjeição –; outras não, mostram diretamente uma suposta sinonímia entre o verbete na língua em que Alarico escreve e na língua indígena, estranha a ele. A informação metalinguística fornecida diz da língua conhecida, enquanto a língua desconhecida se mantém sem categorização gramatical. Além disso, produz-se um efeito, mesmo visualmente, de que é possível traduzir em apenas uma palavra indígena o que é expresso também em uma palavra em vernáculo: uma relação de $x = y$ sempre problemática, porque tende a igualar aquilo que pode ser – e é, constitutivamente – de diferentes naturezas. A igualdade entre os não idênticos. Nas palavras de Nunes,

(...) entre a palavra-entrada e o corpo do verbete, há o estabelecimento de uma repetição (paráfrase e polissemia) e de um silêncio. Não pressupomos, pois, tal como em uma concepção lógica, a constituição de uma predicação, de forma que o verbo “ser” estaria latente entre a palavra-entrada (as unidades da nomenclatura) e o corpo do verbete (a definição, os equivalentes). O que ocorre entre a palavra-entrada e o corpo do verbete é justamente um movimento entre o um e o múltiplo, um horizonte possível de significação, em outras palavras, um silêncio. (NUNES, 2006, p. 30-31).

Esse silêncio, sobretudo quando no caso de uma lista de palavras bilíngue (do vernáculo ao indígena/estranho), é da ordem de uma equivocação, de uma relação de igualdade que nunca pode ser igual, mas que se produz como tal em sua dissimulação. Listas de palavras, dicionários

e enciclopédias trabalham na dissimulação dos sentidos: nada é exatamente o que se apresenta ali, mas é.

A equivocação dessa caixa do acervo de manuscritos da BN se marca pela grandeza. Há, na primeira pasta, na primeira página, uma folha de rosto em que se lê o título do dicionário seguido do nome de seu autor/organizador. Já na segunda página solta na pasta, no entanto, encontra-se um documento chamado “2-Seleção e hierarquização”, protocolado sob o título “Norma: 32-3/16”. Aparentemente, a primeira página de tal documento está perdida, mas parece se tratar de um outro plano geral de orientação para a escrita da *EB*, pois, logo em sua primeira linha, recomenda-se:

21- Além dos verbetes coligidos, de acôrdo com a Norma Geral de recenseamento (31-1/1), serão incluídos na Enciclopédia, os verbetes sugeridos à Comissão Geral de Coordenação, pela Comissão Executiva Divisional de Ciências Naturais, Filosofia, Religião e Mitologia.

1 – A inclusão de verbetes será proposta de conformidade com as Normas de hierarquização adiante expostas, e visará, essencialmente, conferir à Enciclopédia um alto grau de atualização.

2 – Entre os verbete a serem incluídos, devem ser considerados os tópicos fundamentais dos programas dos cursos secundários e universitários, relativos às matérias consideradas nos campos de conhecimento incluídos nessa Norma.

A caixa do *Dicionário popular brasileiro* desloca-se, em sua equivocidade, para documentos também da

Enciclopédia Brasileira. No acervo de Manuscritos da BN, encontram-se seis das sete páginas do documento, e a última informa a tiragem (“200 exemplares”) e a data de aprovação do documento (“Aprovado em 20/12/56”). Não temos certeza se esse número de exemplares corresponde à tiragem do documento ou à aprovada para a enciclopédia: esse dado não é cabal. Seguem-se a essas páginas diversas folhas em papel-manteiga com “Instruções gerais para os verbetes de (...)” diversas disciplinas.

A ATUALIZAÇÃO, A ECONOMIA, O ENSINO

A equivocação da caixa da BN que ora abordamos não é absoluta: seu processo textual de referenciação vai construindo um discurso sobre dicionários (populares), enciclopédias (brasileiras) e também sobre o intelectual Alarico Silveira, que teria escrito fichas e mais fichas desde a juventude na esperança de um dia organizar uma enciclopédia. No entanto, constrói-se a imagem de que, apesar de poder ser assinada (ou mesmo assinalada) com/sob um único nome próprio, uma enciclopédia não é um trabalho individual, mas coletivo. Assim, “além dos verbetes coligidos” – de Alarico –, deveriam ser incluídos outros, conforme sugestão da Comissão Executiva Divisional de Ciências Naturais, Filosofia, Religião e Mitologia. Note-se que a designação desses grandes campos científicos retoma parcialmente a Classificação Decimal Dewey e a Classificação Decimal Universal, mas também exclui outros campos, como as ditas ciências aplicadas e belas artes. E por que privilegiar ciências naturais, filosofia, religião e mitologia? Ainda mais: todas as ciências e disciplinas poderiam ser enquadradas

como subcampo dessas outras, que dão nome à Comissão Executiva Divisional?

A *Enciclopédia Brasileira* deveria, além dos verbetes coligidos, incluir outros também para garantir um “alto grau de atualização”. Desse modo, promover-se-ia uma imagem de saber em evolução, saber que se move, saber que se atualiza cronologicamente. Embora a enciclopédia seja assinada por Alarico Silveira, o redator de verbetes nunca seria suficiente: seria necessário fazer avançar o registro de saberes.

Como já vimos em Suaiden (2000), com orçamento muito curto, as bibliotecas públicas no Brasil se viam em posição de substituir a compra de livros temáticos por obras de referência multitemáticas, que pudessem servir de fonte de consulta para as mais diversas ciências. Essa era uma das imagens de enciclopédia sendo construída também desde seu planejamento. Entre seus verbetes, deveriam ser contemplados os “tópicos fundamentais dos programas dos cursos secundários e universitários”. Mas, pensando na diversidade de cursos universitários já existentes na década de 1950 no Brasil – já havia medicina, direito, licenciaturas, engenharias, arquitetura, belas artes etc. –, como contemplar isso tudo? Simples: nunca se contempla tudo. Faz-se um recorte da completude e o denomina-se “tudo”. Ou “tópicos fundamentais”.

TRANSCRIÇÕES (CONTINUAÇÃO)

Das “Instruções gerais para os verbetes de Linguística e Filologia” – denotadas como pertencentes a um mesmo campo do conhecimento nesse projeto da *EB*, mas separadas com distintas designações, o que já demonstra a

necessidade histórica e disciplinar de tratá-las como duas, e não uma só²³ –, para as quais nos encaminhamos inicialmente, logo na primeira parte do documento, intitulada “Generalidades”, recortamos a seguinte orientação:

13 – Tendo-se em vista ser a Enciclopédia em elaboração a primeira editada no Brasil, a parte dedicada aos verbetes de lingüística e filologia deverá merecer tratamento de certa extensão, visando a suprimir as deficiências das demais enciclopédias estrangeiras, tanto na parte referente à história da língua portuguesa, como na parte concernente às relações da nossa lingüística e filologia com as correntes dos outros países.

Três breves observações sobre esse trecho: (a) a partir dele, é possível observarmos, como em Esteves (2014), o trabalho de autoapagamento histórico das enciclopédias no Brasil. Não apenas a historiografia, mas mesmo as enciclopédias negam a existência de outras anteriores a elas, inclusive em meados do século XX. Ainda que Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de enciclopédia do INL, tenha registrado nesse documento enviado ao ministério a existência da *Enciclopédia Jackson*, ao menos semieditada no Brasil.

23. Fizemos uma análise mais pormenorizada desse documento, cotejando-o às “Instruções gerais para os verbetes de Literatura”, no artigo intitulado “A produção de uma enciclopédia do porvir: política linguística e projeção de uma disciplina”, publicado na edição n. 38 da revista *Matraga* (2016). Para lê-lo, acesse <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga>.

Em segundo lugar, (b) busca-se corrigir a falha que se materializa em ritual de funcionamento desde a *Encyclopédie*, de Diderot e D’Alembert – a não inclusão de informação metalinguística – num projeto de enciclopédia que nunca sai, que nunca vem a lume. Não raro encontra-se traços de tentativa de correção dessa falha, ou de falha de identificação do erro: o que ocasiona, por exemplo, que se confunda um dicionário com uma enciclopédia e uma enciclopédia com um dicionário, como vimos na caixa em que estão contidas as pastas que analisamos nesta seção.

E (c) a imagem que se produz da linguística corresponde àquela apontada por Guimarães (2004, p. 43) em sua sinopse da gramatização no Brasil: em meados do século XX, os estudos da linguagem do Brasil ainda apresentam uma linguística que não se difundiu metodologicamente para além da afirmação da língua nacional. Em outras palavras, projeta-se a necessidade de estabelecer “relações da nossa linguística e filologia com as correntes dos outros países”, no sentido de adensar as teorias.

Além das “Instruções gerais para os verbetes de Linguística e Filologia”, há outras instruções. A saber: para os verbetes de Ciências Naturais, para os verbetes de Literatura, para os verbetes de Ciências Histórias e Sociais, para os verbetes de Artes, para os verbetes de Questões Tecnológicas, para os verbetes de Ciências Naturais e para os verbetes de Filosofia. Note-se que as áreas abrangidas pelos verbetes não coincidem com nenhuma das áreas propostas pelas classificações até aqui apresentadas. “Questões tecnológicas”, por exemplo, é um sintagma completamente novo. No entanto, se apresentando como

a primeira enciclopédia já editada no país e se dividindo por verbetes disciplinares, esse último projeto de *EB* que analisamos do INL parece também produzir o efeito de que sanearia os problemas de formação da básica à universitária no Brasil, abordando diversos campos disciplinares já consolidados ou em constituição no país. Note-se ainda a preocupação científica: dos oito tipos de verbetes previstos, três são antecedidos por “ciências”, e “Linguística e filologia” também designam as ciências englobadas por essas palavras. Os demais tipos de verbetes – Literatura, Artes, Questões Tecnológicas e Filosofia – configuram a enciclopédia como um instrumento de circulação de saberes sobre cultura e tecnologia, sobre o legado dos conhecimentos para o povo de uma nação.

Para além dessa ênfase nas questões científica, cultural, disciplinar; é inegável também o princípio linguístico que regia as preocupações desse projeto do INL. Na caixa que esmiuçamos, havia a transcrição datilografada de textos teóricos seguidos de glossários em que constava o léxico da(s) língua(s) que se fala no Brasil. Entre eles, selecionamos dois, que dão bem a tônica de como o léxico regional era perseguido pela enciclopédia: (a) “Diccionario de brazilismos usados no Paraná”, do desembargador Ermelino A. de Leão, publicado, segundo a transcrição, na revista mensal *Sciencias e Letras*, ano 6 (março de 1915/fevereiro de 1916; 32 páginas) e (b) “Vocabulario regional”, do médico Floriano de Lemos, publicado em *O Mundo Literario*, v. 1, no ano de 1922 (2 páginas). Apesar da grande diferença em termos de quantidade de páginas, os dois textos serviriam como referência bibliográfica para a escrita enciclopédica, com sua lista de palavras que

acompanhava, nos dois casos, uma breve introdução. O texto de Floriano de Lemos, por exemplo, em sua apresentação do onomástico, afirma:

Nada mais interessante do que a modalidade especial de falar a lingua irmã, que cada familia de um só povo apresenta. No Brasil, em particular, o phenomeno afferece-se cheio de curiosidade: o mesmo objecto desfructa um substantivo no norte e outro no sul, e a mesma palavra pôde aqui significar uma coisa e ter lá accepção differente.

O médico afirma que, em suas viagens e andanças pelo Brasil, acumulou muitas impressões sobre os detalhes linguísticos de cada lugar. E mais: como vemos, significa *lingua irmã* não colocando a língua de Portugal ao lado da língua do Brasil, mas cotejando as línguas do Brasil, as línguas *que cada familia de um só povo apresenta*. Um modo afirmativo de unificar tanto nação quanto língua em torno do topônimo *Brasil*.

Os projetos do INL culminam na publicação da *Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira*, sobre a qual falaremos à frente.

A *ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO*, A *ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE ALARICO SILVEIRA*

Mais de 450 anos de invasão portuguesa no Brasil – entre colônia, reino unido, império e república – e nenhuma enciclopédia ainda havia incluído algum gentílico com “nacional” em seu nome, até na década de 1950, quando, em um mesmo ano, surgem duas enciclopédias

com “brasileira” em seus títulos. Trata-se da *Enciclopédia Brasileira Mérito* e da *Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira*, ambas de 1958. As duas possuem histórias muito distintas tanto em suas iniciativas quanto em suas condições de produção: enquanto uma é pública, a outra é de uma editora privada; enquanto uma mencionava os créditos de sua produção, a outra apagou completamente seu expediente de seus volumes e edições; enquanto uma só lançou o primeiro volume, a outra conseguiu completar a publicação da coleção inteira.

Vemos no caderno de imagens, por exemplo, o expediente da *Alarico Silveira*. Em meio a tantos projetos do INL, foram contratados diversos nomes para atuar na construção dos verbetes. Pelo menos esses que vemos foram creditados, alguns deles reconhecidos até hoje como personalidades na construção de seus campos no Brasil, como os próprios Antônio Houaiss e Celso Ferreira da Cunha. Na Europa,

A difusão e o consumo de escritos que contribuíam para solapar o poder do Antigo Regime e subverter a ordem, especialmente das idéias dos filósofos iluministas, tiveram como grande epopéia as edições da *Enciclopédia*, de Diderot e D’Alembert. (BRAGANÇA, 2005, p. 231).

No Brasil, parece-nos que a edição de enciclopédias sem o gentílico “brasileiro” em seu título serve não para subverter a ordem, mas para a manutenção de uma ideologia de irmanação, de laços consanguíneos não apenas com a antiga metrópole, mas com o rodízio de espoliadores que deixaram suas marcas políticas, culturais, ideológicas

– materiais – na história do país. Não estamos dizendo que, em 1958, finalmente chegamos a um momento de valorização do nacional – não necessariamente –, mas que os séculos de cultura escrita no Brasil sem enciclopédias *brasileiras* não permitiam nem mesmo que se afirmasse haver algum conhecimento, algum saber brasileiro que poderia e deveria circular nas enciclopédias. A ausência significa de muitos modos: nesse caso, na falta de afirmação.

A *Alarico Silveira* não apresenta subtítulo, enquanto a *Mérito* se apresenta já nesse elemento: “Com milhares de desenhos a traço, ilustrações, muitas a côres, um atlas universal completo e mapas dos Estados e Territórios do Brasil”. Com “desenhos”, “ilustrações”, “atlas” e “mapas”, nota-se uma valorização muito grande, desde a folha de rosto, da iconografia, talvez um recurso de propaganda de supostos “diferenciais” da enciclopédia. Finalmente, um discurso que opta não por falar do que a enciclopédia trata – dentro do gentílico “brasileiro” – para privilegiar como o instrumento possui uma iconografia rica. Mais uma enciclopédia que vai mostrando como o discurso imagético é constitutivo desse propósito e dessa didática civilizatórias, esclarecedoras, iluministas das enciclopédias. Vejamos, além disso, os dois primeiros parágrafos do primeiro elemento textual de ambas as enciclopédias de que tratamos: na *Alarico*, o prefácio, na *Mérito*, a nota dos editores.²⁴

24. Apesar de a *Enciclopédia Brasileira Mérito* também contar com um prefácio, assinado pelo imortal da Academia Brasileira de Letras Peregrino Júnior, quisemos aqui mostrar a maneira como ambos os livros se abrem para os leitores, como é feita a sua primeira apresentação.

PREFÁCIO

Quis a Fundação Edmundo Bittencourt patrocinar a publicação de uma obra significativa da nossa cultura. A Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira pareceu a mais indicada. Não foi somente a categoria do trabalho que determinou a preferência, mas o próprio objeto da obra, fruto de um incansável esforço por um melhor conhecimento do Brasil, esforço que estaria provavelmente perdido como um dos mais tristes episódios da nossa história cultural, não fôra a corajosa e patriótica iniciativa da Fundação.

A simplicidade e a modéstia com que ALARICO SILVEIRA reuniu o material para essa obra criaram em tôrno dela uma atmosfera de respeito, mas poucos saberão o significado real de seu trabalho. Como tudo que saía da pena do autor, a Enciclopédia era antes de mais nada uma obra de honestidade. O que ela significava acima de tudo era uma vida inteira de dedicação – sem retórica, sem ênfase, mas sincera e tenaz – pela terra. A vida e a obra de ALARICO SILVEIRA confundem-se assim. Sem uma não se compreenderá a outra. (...)

Casa de Rui Barbosa, outubro de 1951

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE²⁵

Nota dos Editôres

Durante muito tempo os editôres consideraram que, assim como outros países possuem enciclopédias em seu

25. Como Peregrino Júnior, futuramente, em 1974, Américo Jacobina Lacombe – também o organizador da enciclopédia – se tornaria imortal da Academia Brasileira de Letras.

próprio idioma e organizadas especialmente para êles, devia também o Brasil dispor de uma obra desse gênero escrita no idioma corrente e dando o devido realce às figuras brasileiras, tornando-a digna do padrão cultural e intelectual desta grande nação.

Tendo isto em mente, há já alguns anos começaram os editôres a recolher os elementos básicos para o empreendimento dessa tarefa gigantesca. Um estudo cuidadoso foi feito antes de se decidir qual o tipo de enciclopédia a ser levado a cabo, e vários peritos foram consultados nesse sentido. Após cuidadosos estudos ficou decidido que ela deveria ser uma combinação de dicionário e de enciclopédia, pois assim uma pessoa que desejasse saber o significado de um termo poderia encontrar não apenas a definição de dicionário mas também a devida informação enciclopédica, nos casos em que sabe essa informação, sem que o leitor tivesse que consultar duas fontes diferentes. Foi também decidido que entre os termos de dicionários deveriam figurar brasileirismos e regionalismos, além de lusitanismos, os quais, com raras exceções, não figuram nos dicionários. Foi estabelecido ainda que as definições e informações deveriam ser o mais completas possível, com todos os dados essenciais, mas da forma mais concisa, a fim de não cansar o leitor com detalhes desnecessários e que certamente não interessam senão aos especialistas de cada assunto. [...]

EDITORA MÉRITO S.A.

O primeiro processo discursivo para o qual queremos jogar luz é, na *Alarico*, a semantização da Fundação Edmundo Bittencourt, patrocinadora da edição da

enciclopédia, como a instituição mais importante, ou ao menos viabilizadora, da publicação do livro. Nos dois primeiros parágrafos, o Instituto Nacional do Livro não comparece uma única vez, o que já mostra a fragilidade dos órgãos de Estado do Brasil de meados do século XX: apesar da dedicação por décadas para a publicação da enciclopédia, quem ganha destaque é a iniciativa privada. Outra figura de destaque, e que vai sendo abordada em conjunto com a própria enciclopédia, é a de Alarico Silveira. Se a enciclopédia vai sendo mostrada como um objeto de desvendamento do Brasil – “*uma obra significativa da nossa cultura*”, “*fruto de um incansável esforço por um melhor conhecimento do Brasil*” –, Alarico é definido com predicados como “simplicidade”, “modéstia” e “honestidade”, refletidos em sua enciclopédia: “*A vida e a obra de Alarico Silveira confundem-se assim*”.

Se a enciclopédia concebida, desenvolvida e lançada (apenas em seu primeiro volume) por um órgão público concentra em seu título a força de um nome próprio – *Alarico Silveira*, em vez de *Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro* –, a editada pela iniciativa privada apaga os nomes próprios de seu miolo, de seus créditos, de sua nota do editor. Mérito.

Segundo Nunes, “O aparecimento de editoras nas décadas de 30 e 40 abre caminho para as publicações independentes e para a série de dicionários de nomes próprios”, e o mesmo é válido para as enciclopédias, dadas as proporções. Não diríamos o aparecimento, mas o crescimento e a proliferação de editoras nos anos 1930 e 1940, bem como um crescimento da urbanidade brasileira e a expansão do ensino, dão margens a uma (re)produção mais acelerada de

enciclopédias, inclusive margeando e/ou se concentrando na questão nacional. A opção de uma enciclopédia por se intitular utilizando o nome de sua editora é uma marca da consolidação do discurso editorial no Brasil, em expansão desde o século XIX.²⁶

O primeiro processo a ser analisado nessa enciclopédia é justamente a falta de nomes próprios na constituição da autoria, organização ou edição do texto. Há uma fuga desses sentidos na nota dos editores. Vejamos que, quando se sintagmatiza nominalmente, fala-se em “os editôres consideraram” e em “começaram os editôres”, sem que se utilizem substantivos próprios para nomeá-los. Ao mesmo tempo, há uma indeterminação com o uso de participios passados: “foi feito”, “ficou decidido”, “foi também decidido”, “foi estabelecido”, sem que se adicione um agente da passiva. Reescrevendo: *fizeram*, *decidiram*, *também decidiram*, *estabeleceram*. Outra demonstração de indeterminação também está acompanhada de um participio passado: “vários peritos foram consultados”. Quem são esses “vários peritos”, quais são seus nomes?

26. Não podemos nos esquecer, por exemplo, de um clássico como o *Almanak Laemmert*, publicado de 1844 a 1889, considerado o primeiro almanaque do Brasil e depositário de uma materialidade valiosa para a compreensão de como e quais instituições se constituem, principalmente no Rio de Janeiro, capital do Império. A publicação leva o nome da editora no título, no entanto, o nome da editora é também o sobrenome dos proprietários do empreendimento, os irmãos Eduardo e Henrique. Isso é algo já bem diferente do que ocorre de modo mais massivo no século XX, com editoras que não são necessariamente intituladas com os sobrenomes dos donos das casas editoriais publicando livros — principalmente “obras de referência” como dicionários e enciclopédias — com seus nomes nos títulos, quase como que um carimbo de qualidade ou um substituto da autoria.

De acordo com Nunes (2012, p. 2ss), “A *Enciclopédia Brasileira Mérito*, publicada em 1959 pela editora Mérito em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, é a primeira enciclopédia concluída a se apresentar como brasileira”,²⁷ trazendo definições concisas e uma mescla entre enciclopédia e dicionário, por contemplar também um discurso metalinguístico. Mas ter sido a primeira nesse sentido não garante que ela tenha privilegiado a intelectualidade ou o mundo do trabalho brasileiros. Boris Schnaiderman, escritor, tradutor, editor e professor emérito da USP, falecido em maio de 2016, em entrevista a Gutemberg de Medeiros em 2007, afirma ter sido um dos principais redatores da enciclopédia:

Uma vez, eu abri o jornal e vi um anúncio em letras quase garrafais: “Pessoas cultas: precisa-se”. O anúncio dizia: “Precisa-se de pessoas que saibam inglês, francês, é desejável também o conhecimento de italiano, latim, grego”. Eu estava desempregado, arrisquei e fui.

Não tinha nenhuma referência de quem é que estava chamando?

Não, nenhuma referência. Aquilo era a Editora Jackson que, depois, com a filial brasileira, passou a se chamar Mérito. Queriam fazer uma enciclopédia, então eles estavam convocando pessoas. (...) Agora, aquilo era uma instituição muito estranha que devia dar um prejuízo terrível aos americanos por causa do sistema todo, era

27. Encontramos diferentes informações sobre a data de publicação da obra. Guiei-me pela página de créditos do primeiro volume da *Enciclopédia*.

uma coisa muito complicada. (...) De vez em quando vinha o representante da Jackson (...) para controlar. Mas a coisa era completamente doida, completamente estúpida. Uma porção de gente trabalhando, outros controlando. E os que controlavam, às vezes, sabiam menos do que aqueles que estavam redigindo os verbetes, era uma confusão terrível. (MEDEIROS & SCHNAIDERMAN, 2007, p. 91).

Tendo sido a *Enciclopédia Brasileira Mérito* editada pela W. M. Jackson, ela se integra a uma regularidade presente na própria editora. Nas décadas de 1920 e 1930, a casa editorial já lançara a *Encyclopedia e diccionario internacional*, com o seguinte subtítulo: “organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes”. Não há vestígio, na enciclopédia, de nenhum colaborador, ao menos não nominalmente. O já comentado *Thesouro da juventude*, publicado pela mesma editora, também não menciona os trabalhadores envolvidos em sua produção. A função-autor da *Enciclopédia Brasileira Mérito*, assim, é assumida pela editora. Sua publicação em 1959 só confirma o apagamento do trabalho editorial sobre o texto, numa ilusão não de que o sentido proviria de um sujeito empírico, mas de que seria originado numa pessoa jurídica, num nome, *da editora*.

A *Mérito* se apresenta como uma necessidade nacional de organização específica de uma enciclopédia para o Brasil, na língua do Brasil, comparando a publicação com as de outros países: “assim como outros países possuem enciclopédias em seu próprio idioma e organizadas

especialmente para êles”. Diz-se, além disso, da ênfase nas “figuras brasileiras”, “tornando-a digna do padrão cultural e intelectual desta grande nação”. O caráter ufanista parece se reduzir às “figuras brasileiras”, que dariam conta da cultura e da intelectualidade brasileiras. Essas figuras seriam personagens?

A ideologia de irmanação com Portugal, de que falamos mais atrás, aparece também na nota dos editores, especificamente quando se diz da feição dicionarística da enciclopédia: “entre os t ermos de dicion arios deveriam figurar brasileirismos e regionalismos, al em de lusitanismos”, numa tentativa de compensar os demais dicion arios, que n ao conteriam esses grupos de palavras. Brasileirismos e regionalismos ficariam de um lado; lusitanismos, de outro, mas todos seriam contemplados. A irman a o linguística   intrigante:   necessário mostrar o irmão para que sua alteridade seja mostrada. Isso já se comprova na transcrição da seção dicionar stica do verbete “A” – abaixo há uma rubrica que indica que se inicia a seção enciclopédica do verbete: ENCICL. – da enciclopédia:

A s.m. – Lat. *a*. Primeira letra e primeira vogal do alfabeto português e da maioria dos abeced rios conhecidos. Som puro, primário, que se produz pela emissão da corrente expiratória, conservando-se a b ca aberta, a língua e os lábios sem movimento. Tem três sons, no Brasil: *aberto* ou *agudo*, como em *Ubá*, *ditar* e *fado*; *breve* ou *surdo*, como em *bola* e *c mbalo*; *nasal*, como em *r *, *grampo* e *canto*. O   fechado usado em Portugal, como em *c da*, *p ra* e *m s*,   estranho ao linguajar brasileiro. (MÉRITO, 1958, p. 1).

A contradição da designação da língua – e do alfabeto – do Brasil como “português” se coloca aí: apesar de a língua e o alfabeto serem chamados assim, é necessário o tempo todo mostrar a diferença entre o que se fala e o que é “usado em Portugal”, como o “â” dito fechado na *Mérito*. Por quê? Porque, se se chama algo de português e esse algo não é português, deve-se mostrar o que de não português há nele. O que é brasileiro.

Talvez resida aí a importância das enciclopédias ditas brasileiras: disputar os sentidos do que pode significar ser brasileiro, do que pode significar escrever, pensar, produzir conhecimento nessa língua, nessa história, nesses processos que nos subjetivam todos os dias.

OS PRIVILÉGIOS REAIS E A INICIATIVA PRIVADA: ORDENS DE PODER

O discurso de agradecimento, gratidão ou ênfase a alguma instituição ou personalidade na abertura de livros não é algo típico apenas das enciclopédias brasileiras, tampouco novidade no Brasil ou no mundo. É algo que remete a tempos ainda pré-imprensa, com incunábulo preparados exclusivamente para algumas autoridades, mas que se consolida com os livros. Para Chartier,

O gesto que inicia estas relações de clientela, ou de patrocínio, é o da dedicatória, um verdadeiro rito. Ela pode ser, tratando-se de um impresso, a oferta de uma cópia manuscrita com bela caligrafia e ricamente ornamentada. Pode ser também a dedicatória de um exemplar do livro impresso sobre pergaminho, enquanto a edição é feita em papel. Na cena da dedicatória, a mão do autor

transmite o livro à mão que o recebe, a do príncipe, do poderoso ou do ministro. Em contrapartida deste dom, um contra-dom é buscado, quando não garantido (...). O autor oferece um livro contendo o texto que escreveu e, em troca, recebe as manifestações da benevolência do príncipe, traduzida em termos de proteção, emprego ou recompensa. (CHARTIER, 1999 [1997], p. 39-40).

Com as transformações sociais que reverberam na produção de livros, não podemos falar, hoje, em dedicatórias a príncipes, mas em discurso de gratidão a alguém ou a algo. No caso de Alarico Silveira, um primeiro parágrafo do prefácio mencionando a Fundação Edmundo Bittencourt, que homenageia o fundador do *Correio da Manhã*. No Brasil dos anos 1950, o príncipe é o capital. Mas podemos pensar em como esse tipo de discurso funcionaria hoje também. As respostas carecem de investigação, mas: livros produzidos com recursos captados por leis de incentivo à cultura (renúncia fiscal) agradecem aos governos que mantêm essas leis? Livros publicados e distribuídos como resultado de prêmios e editais governamentais fazem menções de gratidão a essas políticas públicas culturais? Não é o caso de respondermos se se deve ou não fazer esse tipo de agradecimento, mas de refletirmos sobre a ética que envolve a gratidão às instituições na produção de livros: na década de 1950, um projeto governamental publicado com dinheiro privado fazia muitas menções de destaque à instituição particular. Nos anos 2000, 2010, projetos privados publicados com dinheiro público fazem o mesmo?

Muito circula o discurso (neoliberal) sobre o Estado ser esse polvo que tudo agarra, que tudo aparelha, que tudo toma, que tudo regula artificialmente. Tomando esse pequeno sintoma de como funciona a publicação de livros, colocamos em causa essa diferença negativa que o Estado teria em relação à iniciativa privada, ao Capital – que, em todas as medidas, faz parte do Estado.

COMO SE O BRANCO FOSSE DONO DE QUALQUER LÍNGUA E CULTURA: A *ENCICLOPÉDIA BORORO*

Pelo seu gentílico, incluimos aqui também a *Enciclopédia bororo*, e desde já propomos a reflexão sobre como esse gentílico funciona diferentemente. Enquanto as enciclopédias ditas brasileiras vistas mais atrás são ditas como produzidas por brasileiros, para brasileiros e sobre o Brasil, a *Bororo* é escrita por missionários salesianos para brasileiros e *sobre* os bororos.

A única coincidência aí é o público-alvo imaginário – que ainda assim deve ser relativizado, em razão da enciclopédia consistir num estudo feito por cristãos e prefaciado por uma autoridade eclesiástica italiana já residente no Brasil. Todo o restante é alteridade. Vejamos que, enquanto nas enciclopédias ditas brasileiras se produz um efeito de sentido de que é chegada a hora de os brasileiros produzirem uma enciclopédia própria, com as especificidades do país, nem mesmo se questiona a autoria da enciclopédia bororo: os padres salesianos poderiam falar sobre os bororos como se fossem parte do povo bororo. É como se uma enciclopédia italiana, russa, estadunidense pudesse ser concebida, produzida e publicada por sujeitos não italianos, não russos, não estadunidenses. Extirpa-se a

possibilidade de o outro falar do que é seu por si.²⁸ Por que não *Enciclopédia sobre os bororo*?

A *Enciclopédia bororo* começa a ser publicada em 1962 e, desde seu primeiro tomo, é uma obra planejada para ser integralizada em quatro volumes. No acervo da Biblioteca Nacional, setor de Obras de Referência, há já quatro volumes, mas os dois últimos correspondem àquilo que, no planejamento inicial, seria o terceiro. Em outras palavras, o terceiro volume foi dividido em dois. Já na apresentação da enciclopédia em 1962, a programação das temáticas dos volumes é a seguinte:

- Vocabulário e etnografia;
- Língua, lendas e nomes próprios;
- Cantos;
- Aculturação.

Nos dois últimos volumes (correspondentes à temática “Cantos”), houve um ligeiro deslocamento em relação à proposta inicial. Na parte 1, de 1976, há “Textos dos cantos

28. Lembrando que não está em questão aqui a legitimidade ou ilegitimidade desses discursos, ou a precisão ou imprecisão de como eles vão “retratar” as ditas “realidades”. Está em questão o contraste com o modo como outras enciclopédias vêm a lume, o modo como outros sujeitos ocupam esses espaços de (possibilidade de) autoria. Para dar a proporção desse contraste: não incluímos, neste livro, a *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, publicada pelo português editorial Verbo e os jesuítas da Companhia de Jesus entre 1963 e 1975. Isso porque não interessava diretamente ao nosso arquivo, para fins da investigação de uma história discursiva das enciclopédias brasileiras, um trabalho publicado em Portugal sobre, também, os brasileiros, ainda que escrito por portugueses e brasileiros. Apesar do sucesso de público, me soa mesmo estranho que, em meados do século XX, ainda haja tentativa de uma edição assim, que aproxime as duas nações. Por que não soaria estranho que salesianos usem o gentílico “bororo”?

de caça e pesca”; na parte 2, de 2002, “Textos de cantos festivos”. Em 2003, foi lançada a terceira parte do volume 3, que não consta do setor de Obras de Referência da FBN. A longevidade da publicação chama atenção: 41 anos até chegar à conclusão de três das quatro pautas propostas inicialmente. Essa demora toda é indicada como algo a ser evitado desde a apresentação do primeiro volume, assinada pelo padre Guido Barra, ex-presidente da Missão Salesiana de Mato Grosso, e então membro do Conselho Superior da Sociedade Salesiana:

Aos preclaros Autores, Pe. César Albisetti, veterano da missão entre os bororo e autor de renome no setor da etnografia brasileira, e Pe. Ângelo Jayme Venturelli, alma de artista e bandeirante da investigação sistemática, a par das mais cordiais felicitações pelo maravilhoso trabalho realizado, apresentamos o pedido de que não nos privem por muito tempo do prazer de apreciarmos os outros volumes da Enciclopédia Bororo. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1936, n.p.).

Algo parece indicar que a demora já era esperada, ou ao menos já estava no rol de possibilidades.

A ÉTICA DOS PARABÉNS

Apesar de a obra ter sido, de acordo com sua folha de rosto, “editada com o auxílio do Conselho Nacional de Pesquisas [hoje CNPq]”, diferentemente do que faz a *Alarico Silveira*, não há nenhum tipo de agradecimento ou menção ao órgão governamental na apresentação da

Bororo. Ao contrário: é a instituição em que a enciclopédia é concebida que é parabenizada:

Está, pois, de parabéns a Missão Salesiana de Mato Grosso, que, com a criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, e com a promoção de estudos da envergadura da Enciclopédia Bororo, vê legitimado, consagrado e coroado seu trabalho sete vezes decenal nas terras mato-grossenses. (*ibidem*).

Há éticas discursivas diferentes no discurso de agradecimento e dedicatória, como já apontamos em outra subseção neste mesmo capítulo. Só há menção mesmo ao Conselho Nacional de Pesquisas na última página da introdução da *Bororo* (p. 0.18):

Os autores, ao terminarem êste primeiro volume da Enciclopédia Bororo, desejam manifestar seu sincero agradecimento ao Conselho Nacional e Pesquisas pelo generoso amparo no trabalho de campo e na publicação da obra, e à Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel, que graciosamente autorizou a reprodução parcial de seus ótimos quadros de zoologia.

COMO SE O BRANCO FOSSE DONO DE QUALQUER LÍNGUA E CULTURA: A *ENCICLOPÉDIA BORORO* (CONTINUAÇÃO)

A *Enciclopédia bororo* ocupa o lugar de uma obra que, para além de (con)fundir os funcionamentos de glossários, onomásticos, listas de palavras, vocabulários, dicionários bilíngues e enciclopédias, demonstra como esses

instrumentos são indissociáveis, e compõem um *continuum* de coisas a saber, de constituição de imagens de objetos discursivamente construídos com língua, com imagem – em distintas operações, seja de ilusão de tradução ou de descontinuidade –, com distintas materialidades. E o imaginário de língua do outro – e também de si – é uma dessas coisas a saber, de modo que, para se compor uma imagem do que são os bororos, a *Enciclopédia bororo* julga necessário introduzir sua língua e as possíveis correspondências com aquilo que já é conhecido àquilo que se imagina língua própria, língua “vernácula”. Na introdução, diz-se:

O presente volume, “Vocabulários e Etnografia”, é dividido em duas partes: vocabulários bororo-português e vocabulário português-bororo. O vocabulário bororo-português encerra cerca de dez mil formas e tôda a etnografia dos bororo orientais, excetuando-se as lendas, os nomes próprios e os cantos. Tem como apêndices as palavras dos vários xamãs e do pranto ritual. O vocabulário português-bororo não apresenta notas etnográficas e serve principalmente de orientação para a primeira parte, como completo índice remissivo. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962, p. 0.1).

Inicialmente, podemos notar como se dá um efeito de contenção na temática do volume – Vocabulários e Etnografia – apenas no primeiro nome do binômio: vocabulário. Com os dois vocabulários mencionados nessa introdução, imagina-se poder expor uma etnografia dos bororos. Assim, reiteramos aquilo que afirmamos

anteriormente: o conhecimento sobre a língua é indispensável na contemplação da aquisição de saberes daquilo que se imagina ser necessário conhecer.

Esse vocabulário bilíngue encerrado no primeiro volume da *Enciclopédia bororo* possui uma especificidade: a parte português-bororo, como se diz, “não apresenta notas etnográficas”, servindo como índice remissivo para a parte bororo-português. Há um jogo entre o si próprio e o outro nesse vocabulário. Um jogo entre a necessidade de notas etnográficas e sua prescindibilidade. Um jogo entre o mesmo e o diferente. Para que fazer a etnografia de uma língua que se imagina sua, apesar de ter o nome diferente do gentílico que marca seus sujeitos, *português*? Para que descrever por escrito a etnia daquilo que já é esperado, *português*? Para que incluir notas dessa diferença que se esconde na imposição idiomática, *português*?

É justamente nesse jogo entre o mesmo e o diferente que uma contradição se coloca na obra:

Propositadamente foi evitada qualquer referência à aculturação da tribo – salvo raras exceções – porque reservamos o estudo da mudança cultural dos bororo ao quarto volume desta enciclopédia. Os nomes dos acidentes geográficos, portugueses ou aportuguesados, são transcritos com a mesma grafia da Carta do Estado de Mato Grosso (CEMG). (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962, p. 0.2).

A “aculturação da tribo” é significada, por um processo anafórico, como a “mudança cultural dos bororo”, e ela não seria abordada no volume 1 da enciclopédia; resta o

problema, no entanto, num vocabulário, da escrita dos topônimos. A introdução informa que esses acidentes geográficos – portugueses ou já aportuguesados apagando os nomes conforme designados pela tribo – serão transcritos com a mesma grafia da Carta Maior do Estado de Mato Grosso. Ora, duas perguntas: (a) numa enciclopédia que lida com o vocabulário e a etnografia dos bororos, dar o nome dos lugares em língua não-nativa já não é aculturar, ou mesmo obrigar à aculturação, sonegando a possibilidade de nomear os topônimos de acordo com critérios estabelecidos por cada comunidade linguística?; (b) aportuguesar os nomes dos acidentes geográficos já não é, também, aculturar?

No que tange ao tratamento da língua dos bororos – na qual o primeiro volume se detém por centenas de páginas –, há, na introdução do livro, uma concepção filológica que se coaduna à avaliação antropológica desse povo:

3.4. Conceitos errôneos

Geralmente somos levados a aplicar nossos conhecimentos subjetivos, adquiridos no estudo de línguas clássicas ou modernas, à análise de línguas primitivas e em particular de línguas sul-americanas, as quais, como é óbvio, são estruturalmente tão diferentes daquelas. Disto se origina um exame demasiado artificial do idioma. Assim orientados, procuramos, por exemplo, interpretar com o futuro tôda a forma verbal com um determinado afixo, ou o passado com raciocínio análogo, enquanto a linguagem falada da tribo estudada nos ensina exatamente a necessidade de nos desvencilharmos dêstes conceitos e preconceitos.

É claro que a língua, pelo fato de ser simples, carecerá de muitas das características morfológicas e sintáticas às quais estamos acostumados, como, p. ex., o gênero, o subjuntivo e as desinências da flexão dos verbos, mas tudo isto não importa necessariamente que não possa exprimir satisfatoriamente as noções de que necessita. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962, p. 0.6).

A seção aberta se chama “Conceitos errôneos”, e se dedica a desconstruir alguns “conceitos e preconceitos” sobre a língua bororo. No entanto, ela é predicada como “primitiva” – em oposição a línguas “clássicas ou modernas” –²⁹ e “simples”, como em déficit morfológico e sintático em relação àquilo que se conhece: e ainda se usa a primeira pessoa do plural, “somos levados”, “procuramos”, “nos desvencilhamos”, “estamos acostumados” etc. Os exemplos usados para demonstrar a simplicidade da língua são o gênero, o subjuntivo e as desinências da flexão dos verbos: coincidentemente ou não, talvez características que poderiam aproximar a língua bororo da língua inglesa, por suas flexões materializadas de modo distinto das nossas vernaculares. A língua inglesa seria chamada de simples? Além do mais, estabelece-se uma aparente ruptura com a relação lógica de que essa simplicidade impediria a expressão satisfatória de noções necessárias na língua: a língua bororo seria uma exceção a essa lógica.

29. É possível questionarmos aqui o que significa ser *moderno*, ser uma *língua moderna*. É ser contemporâneo? É ter pertencido à Idade Moderna? Ou é guardar os valores – linguísticos, sociais, culturais, ideológicos – do Velho Mundo, mais especificamente, do tronco linguístico indo-europeu?

A *Enciclopédia bororo* ainda será objeto e *corpus* de diversos trabalhos, dada a sua riqueza e sua distinção, no plano discursivo, pelo que viemos mostrando, de outras enciclopédias brasileiras.

COMO SE COMPLEMENTA UMA COMPLETUDE? O *LIVRO DO ANO DA ENCICLOPÉDIA BARSÁ*

Abordamos com mais vagar a história da *Enciclopédia Barsa* em Esteves (2014). Lá, nos dedicamos à análise dos elementos pré-textuais da enciclopédia, e também de verbetes relacionados à comida e à alimentação. Lá, concordamos com Nunes (2012), para quem

(...) é a partir dos anos 1960 que a influência da *Enciclopédia Britannica* (...) se perpetua no sistema editorial brasileiro. É essa a década em que se publica, por sinal, a primeira edição da *Barsa* (1964), até hoje a enciclopédia impressa mais vendida do Brasil, que recebeu sobremaneira influências da *Britannica*, embora dela se distancie e distinga pelos verbetes, pelo título, pelas vendas. Tendo usado a base de verbetes da *Britannica*, a *Barsa* se aparta desta desde o início e, contemporaneamente, se a enciclopédia do Reino Unido nem mais impressa é (decidiu por converter sua base de dados completamente para o suporte digital), a *Barsa* nunca teve tiragens tão altas quanto hoje. A imagem que se faz de enciclopédia no Brasil, mesmo nos tempos de internet, ainda é de um instrumento de conhecimento, palácio do saber e objeto de desejo para a intelectualidade: daí mais uma justificativa para

elencarmos essas obras como material de composição de *corpus*. (ESTEVEES, 2014, p. 62).

Na ocasião, também explicamos que o título da *Barsa*

(...) remete à união de duas famílias em casamento: Dorita **Bar**rett de Sá e Alfredo Almeida de **Sá**. A empresa familiar é responsável por distribuir os produtos da Encyclopaedia Britannica no Brasil e, ao final da década de 1950, resolve verter o instrumento europeu para o público brasileiro, mas acabou sendo decidido que a edição brasileira não seria uma tradução ou adaptação da inglesa: a redação da *Enciclopédia Barsa* (doravante *EB*) é completamente feita por “brasileiros ou por pessoas intimamente vinculadas ao Brasil”, conforme lemos no prólogo de Antônio Callado (CALLADO, 1964, Prólogo, p. 1), convidado a chefiar a redação da obra em 1960, lá ficando empregado até 1963, logo antes de sua publicação. O efeito provocado por um expediente discursivizado desse modo – uma enciclopédia dita feita por “brasileiros ou por pessoas intimamente vinculadas ao Brasil” – é o de que o instrumento assume uma perspectiva nacional, endógena, sobre as coisas, a história, das técnicas do Brasil. (ESTEVEES, 2014, p. 241-242).

Nesta seção, não vamos explorar mais essa história, que merece, claro, ser explorada, merece mais desdobramentos, mesmo em termos de o que significa uma enciclopédia como a *Barsa* continuar vendendo, e muito, volumes impressos enquanto a *Britannica* suspendeu sua edição em papel. Vamos, diferentemente, dissertar brevemente

sobre um conjunto de livros decorrente da publicação da *Barsa*. Trata-se de seus consecutivos livros do ano, como o *Livro do ano Barsa 1965: Anuário ilustrado dos principais acontecimentos ocorridos no mundo no ano de 1964*, que leva a assinatura, como diretor, de Manuel Hinojosa Flores, e, como vice-diretor, de José E. A. do Prado.

A publicação da primeira edição desses livros do ano, em 1965, um ano depois da primeira edição da *Barsa*, se dá por ocasião do quadricentenário da cidade do Rio de Janeiro. Ele vem a público como complemento para a completude apresentada pela *Barsa*. Se uma enciclopédia julga – ou não – apresentar todo o saber, deve lidar com a cronologia: o tempo passa, e o que era *tudo* deixa de sê-lo.

Quais podem ser as relações entre os discursos enciclopédico e jornalístico – os livros do ano vão apresentando cronológica e jornalisticamente, em forma de relatos, o que se considera serem os acontecimentos mais importantes do ano anterior –, este último sendo inaugurado nesse tipo de publicação, conforme podemos ver à frente? O *Livro do ano* da *Barsa* é iniciado com ares de precursor de um novo gênero:

Esta é a primeira edição do *Livro do Ano Barsa*, obra bastante diferente das que até hoje se publicaram em português. Ao oferecê-la ao leitor brasileiro, seus editores tiveram o objetivo de apresentar uma espécie de revista, de caráter permanente, de todos os principais acontecimentos ocorridos durante o ano precedente. Será, assim, uma publicação anual. O *Livro do Ano* não se destina particularmente a escolas ou bibliotecas. Êle foi preparado para entretenimento e informação

da família. E' uma obra de consulta permanente, útil hoje, como dentro de um, cinco ou dez anos, e a grande variedade de material ilustrativo interessará até mesmo às crianças. Constitui, além disso, um suplemento anual da *Enciclopédia Barsa*, cujas informações completa e atualiza.

Entre os acontecimentos marcantes ocorridos em 1964, e que são descritos nesta edição, destacam-se a primeira vitória eleitoral da democracia cristã na América Latina, quando Eduardo Frei foi elevado à Presidência do Chile, vencendo com grande margem de votos uma forte coalizão de esquerda; e a inesperada destituição de Kruchthov, por muitos anos primeiro-ministro da União Soviética, cuja queda comoveu e preocupou o mundo. Muitos outros assuntos de interesse para o leitor brasileiro foram incluídos nesta edição, entre os quais merecem destaque a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Evolução Industrial do Brasil; Planejamento Econômico e Social no Brasil; uma resenha dos acontecimentos ocorridos no Brasil, principalmente aqueles que se relacionam com o Movimento Revolucionário de 31 de Março, que depôs o Presidente João Goulart e instituiu o governo Castelo Branco; a visita de S.S. Paulo VI à Terra Santa e sua viagem a Bombaim; os extraordinários feitos do "Ranger VII" e do "Voskhod I"; as Olimpíadas de Tóquio, para mencionar apenas alguns dos acontecimentos importantes da história da humanidade em 1964, que são lembrados nesta obra. *Os Editôres* (BARSA, 1965, página de abertura dos elementos textuais).

“Uma espécie de revista”, “entretenimento e informação da família”, “suplemento anual da *Enciclopédia Barsa*, cujas informações completa e atualiza”. Eis três dos modos como o *Livro do ano* se apresenta. Modaliza-se sua afirmação como “revista”: o livro seria “uma espécie” dela, não exatamente uma. Ao mesmo tempo, sendo entretenimento, não é exatamente uma enciclopédia. E, por fim, “além disso” – como se essa se configurasse como uma função secundária –, sendo um suplemento, cabe a ela completar e atualizar a enciclopédia. A forma de fazê-lo contudo, não corresponde ao funcionamento do discurso enciclopédico presente na *Barsa*. Não há verbetes, não há ordem alfabética. Tampouco artigos temáticos, ao molde de uma enciclopédia como a *Thesouro da juventude*. Há artigo jornalístico.

Já se antevê, nessa página de abertura assinada por “Os editôres”, a filiação ideológica desse *Livro do ano*, que, arriscamos dizer, talvez se oponha ao direcionamento de Antônio Callado da primeira edição da enciclopédia. Ao dizer das eleições do Chile, anuncia a “primeira vitória eleitoral da democracia cristã na América Latina”, tendo sido derrotada “(...) com grande margem de votos uma forte coalizão de esquerda”. As marcas linguísticas aqui trabalham para inscrever os sentidos numa ideologia antagonica à esquerda – não a designaremos: precisaríamos de uma análise mais ampla para tal –, uma vez que, ao se dizer “primeira vitória”, produz-se o efeito de sentido de que é possível, e talvez desejável, que haja outras vitórias eleitorais da democracia cristã contra coalizões de esquerda. Uma comemoração.

É muito bom ter em mãos esse livro também porque ele é lançado no ano seguinte ao golpe civil-militar no Brasil. Esse acontecimento é elencado ao lado de outros mais – a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Evolução Industrial do Brasil, o Planejamento Econômico e Social no Brasil, a visita do papa Paulo VI a Israel e à Índia; os feitos da sonda Ranger VII e da aeronave Voskhod I, e as Olimpíadas de Tóquio. Usando palavras que possam sintetizar esses acontecimentos: comércio, indústria, economia, sociedade, religião, tecnologia espacial, esportes. O tratamento da política é dito como

uma resenha dos acontecimentos ocorridos no Brasil, principalmente aqueles que se relacionam com o Movimento Revolucionário de 31 de Março, que depôs o Presidente João Goulart e instituiu o governo Castelo Branco. (*ibidem*).

A forma de designar o golpe é uma regularidade entre o *Livro do ano* e os demais veículos de imprensa daqueles anos. Trata-se de uma decorrência do Movimento Revolucionário de 31 de Março.

Já no Calendário de Acontecimentos 1964, dia 31 de março, há um breve relato do golpe:

O Partido Comunista Chinês conclamou os membros do Movimento Comunista Internacional a repudiar a liderança de Nikita Kruchtchov. O Presidente João Goulart compareceu a uma assembléia de sargentos no Automóvel Clube, durante a qual diversos oradores se

solidarizaram com os marinheiros e com o programa reformista do presidente; em seu discurso, o presidente acusou os oficiais de reacionarismo, defendeu o voto dos analfabetos e das praças-de-pré e concluiu dizendo que o dinheiro dos que o combatiam era fornecido pelo I.B.A.D. e pelos inimigos do desenvolvimento econômico e social do país. Oficiais reunidos nos clubes Naval e Militar mostraram-se contrários ao chefe do Executivo e lançaram manifesto declarando que não permitiriam a “cubanização” do Brasil. Doutel de Andrade, líder do P.T.B. na Câmara, afirmou que o Presidente João Goulart não tinha a intenção de golpear as instituições democráticas.

Parlamentares opositoristas aventaram no Senado e na Câmara a possibilidade de votar o *impeachment* do Presidente João Goulart. O General Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora, com o apoio dos governadores do Rio Grande do Sul, Paraná, Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, iniciou o movimento armado contra o govêrno Goulart, deslocando um contingente militar rumo à Guanabara. (idem, p. 16).

Um congênere do substantivo “golpe” ocorre nessa narrativa. Trata-se do verbo “golpear”. No entanto, ele surge em discurso indireto, num relato de fala de Doutel de Andrade, líder do PTB, partido de João Goulart, na Câmara dos Deputados: o deputado teria afirmado que Jango não tinha intenção de golpear as instituições democráticas. A seleção vocabular do discurso jornalístico é curiosa: apesar de desconstruir sua responsabilidade

diante da fala, o *Livro do ano* provoca um possível efeito de sentido – o de que João Goulart *tinha* a intenção de golpear as instituições democráticas, de que isso era uma imagem construída, e que um de seus aliados viam a necessidade de defendê-lo dessa acusação. E o que seria um golpe contra as instituições? Uma cubanização, como aspeado no parágrafo anterior? Décadas depois, temos hoje possíveis respostas. Houve golpe contra as instituições, e ele não partiu de Jango.

Nosso ímpeto inicial, com essas edições de livros do ano, era analisar aquilo que havia sido dito sobre o Ato Institucional n. 5; a FBN, no entanto, não conta com o exemplar do *Livro do ano Barsa 1968*. No de 1967, há um contraste que demonstra a filiação desse discurso jornalístico-enciclopédico no que se refere à noção de “revolução”. Enquanto o processo de lutas sociais e políticas desencadeado na América Latina a partir da Revolução Cubana de 1959 é designado de “movimento de guerrilhas” ou de “guerra de guerrilhas de tipo castrista”, o golpe militar de 1964 no Brasil é reconhecido como Revolução. Fomos encontrar a edição do *Livro do ano Barsa 1968* na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. Lá, finalmente encontramos o relato sobre o AI-5. Basta dizer que ele é justificado pela presença de “terrorismo” no Estado brasileiro. Há a necessidade, futuramente, da escrita de um trabalho integral sobre esses livros do ano como farta fonte de discurso jornalístico consolidado num instrumento que se pretende levar sentidos para o Brasil feito por brasileiros para brasileiros. Se o discurso jornalístico de jornais e revistas cai na efemeridade em seu funcionamento, em sua prática de leitura cotidiana, o discurso

jornalístico presente nesses livros do ano possui uma perenidade, uma sobrevivência ao tempo que pode provocar efeitos outros, e que reverberam a legitimidade que só enciclopédias poderiam fornecer.

O século XX brasileiro recebe ainda uma série de outros projetos enciclopédicos. Muitos deles eram de enciclopédias traduzidas; outros, de enciclopédias sobre diversos temas e voltados a uma variedade de público-alvo imaginário. A Abril Cultural, da família Civita, talvez seja a mais importante editora a publicar esses instrumentos até a década de 1980. No entanto, as famílias Bloch e Marinho – com as organizações Globo – não ficam atrás, e reproduzem, nas enciclopédias, a dominância que possuem em outras mídias. A presença, na publicação de enciclopédias, dessas três famílias proprietárias de ricos meios de comunicação com alcance nacional permite vislumbrarmos como esses instrumentos possuem um *status* de destaque no imaginário dos sujeitos brasileiros. No capítulo à frente, fechamos este trabalho, tentando entender um pouco, com tudo que temos escrito nas páginas anteriores, o que significa e o que pode significar ser uma enciclopédia no Brasil.

O que significam as enciclopédias no Brasil? Do XIX ao XXI

(...) Sua “objetividade” [dos racionalistas] não é em nada diferente da “objetividade” de um funcionário colonial que, tendo lido um livro ou dois, agora deixa de se dirigir aos nativos em nome do Rei e se dirige a eles em nome da Razão ou da “objetividade” de um sargento instrutor que, em vez de gritar “Agora, seus cachorros, ouçam o que estou dizendo – isso é o que quero que façam e Deus tenha misericórdia de vocês se não fizerem exatamente o que estou mandando!”, fala mansinho “Bem, eu acho que o que devemos fazer é...”. A obediência às ordens e à ideologia do orador é exigida nos dois casos.

(FEYERABEND, 2011 [1978], p. 102)

Não é coincidência que as enciclopédias tenham surgido contemporaneamente ao Iluminismo e à explosão da

expansão das fronteiras coloniais das metrópoles europeias. E não é preciso ser uma enciclopédia europeia para portar um discurso eurocêntrico, um saber científico positivista e que apaga conhecimentos das colônias e ex-colônias. Eis a nossa hipótese, ao fim de todo esse estudo: o discurso enciclopédico predominantemente carrega uma centelha do fogo europeu em si, a despeito de algumas enciclopédias terem ganhado composição própria.

Para não precisarmos retomar outros exemplos dados mais atrás, podemos começar mencionando a *Chiquinho: encyclopedia da infância*, publicada em 1873 (e com segunda edição em 1881), a partir de tradução de Victoria Colonna do livro *Francinet: livre de lecture courante; principes élémentaires de morale et d'instruction civique, d'économie politique, de droit usuel, d'agriculture, d'hygiène et des sciences usuelles*, escrito por Augustine Fouillé sob o pseudônimo G. Bruno. Já falamos aqui também do *Thesouro da juventude: encyclopedia em que se reúnem os conhecimentos que todas as pessoas cultas necessitam possuir, oferecendo-os em forma adequada para o proveito e entretenimento dos meninos*, publicado originalmente em inglês sob o título *The Book of Knowledge*. Ambas as obras traduzidas não possuíam, em suas línguas originais,³⁰ “enciclopédia” em seu título ou subtítulo, mas recebem esse substantivo nas edições brasileiras. Donde concluímos que, para se chamar enciclopédia no Brasil, não é necessário sê-lo alhures. Basta que, na edição, se identifique que determinados saberes

30. Muito embora o *Book of Knowledge* tenha se derivado de uma obra chamada *The Children's Encyclopædia*.

devem ser absorvidos pelo brasileiro. Que saberes? É necessário aprender muito – e esse “muito” pode ser lido como “europeizadamente”: é necessário aprender europeizadamente – nas condições de produção do saber brasileiro dos séculos XIX e XX. Vejamos como Blake, em 1902, já elogia *Chiquinho: encyclopedia da infância*:

Chiquinho: encyclopedia da infância por G. Braine, vertida para o portuguez. Rio de Janeiro... – Accommodado a todas as intelligencias, este livro trata de todas as questões que interessam á sociedade moderna. “Explica com extrema lucidez o que são os telegraphos electricos, as caixas economicas, as companhias de seguro; a quem se deve a invenção dos barcos e dos carros movidos a vapor; como Gutenberg descobriu a imprensa, Newton a attracção dos corpos, Lesseps perfurou o isthmo de Suez, etc., etc.; tudo isto entremeiado de conselhos e admoestações moraes, que insensivelmente se vão infiltrando nos ânímos juvenis”. (BLAKE, 1902, p. 383; 384).

Por que *Chiquinho* se torna enciclopédia? Porque possuiria essa completude das “questões que interessam à sociedade moderna”. E leia-se, novamente, “moderna” como “europeia”. E leiam-se as “questões” como nomes de personalidades da ciência e da tecnologia, como Gutenberg, Newton, Lesseps, bem como conselhos e admoestações morais entremeadas nas lições. É necessário saber Europa.

Em 1982, por exemplo, a Bloch Editores lança a *Enciclopédia ilustrada do Brasil*, em dez volumes. Uma breve folheada em seu primeiro volume já dá o tom de

seu discurso. Ela se abre com o que chama “Introdução: a Europa e o mundo”. Como uma enciclopédia que se propõe “do Brasil” se abre dizendo de outro continente? Poderia soar um paradoxo. É um paradoxo. E ainda assim é constitutivo do discurso enciclopédico. É necessário falar da Europa e do mundo porque se imagina que os saberes e conhecimento se originam, no que importa, lá. As enciclopédias tão somente vão tornando os outros continentes – o mundo – menos continentes – menos mundo – e mais europeus.

Como a nunca conclusão da enciclopédia do INL pode ser interpretada, para além da frequente queixa de incompetência, corrupção, desvio? Resistência, talvez. Muitos movimentos sociais são acusados, contemporaneamente, de não conseguirem executar nenhuma melhoria para os grupos que representam porque se atêm à circular problematização de tudo, de todos os aspectos que envolvem os processos de subjetivação, de opressão etc. A esquerda também é criticada por isso. São tomados como pouco executivos. Vimos que houve diversos projetos de enciclopédia brasileira pelo INL, e só uma delas começou a sair dos planos, das instruções, dos documentos normativos. Algumas questões parecem circular ali: apesar de a Europa continuar figurando, nesses projetos, como um centro – basta que se verifique os exemplos de enciclopédias nacionais que Mário de Andrade dá em seu anteprojeto: europeias –, busca-se a legitimidade de um saber brasileiro. Como chegar a ele? Como registrá-lo? É possível? E, no caso de uma impossibilidade, como forjar algo?

Há um enorme contraste entre aquilo que vem sido publicado antes e os próximos dois casos que mencionaremos.

A mudança do panorama das enciclopédias, o giro de sua adjetivação, a alteração de seu processo editorial e de autoria são algo marcante. De nacionais com discursos europeizantes – livros que não o são originalmente se tornam enciclopédias no Brasil, o que significa um processo de subjetivação em que o estrangeiro, da Europa, é a forma-sujeito dominante, recomendada, a ser seguida – caminha-se rumo a uma enciclopédia para a transformação: o caso da *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*, lançada pela Boitempo, em 2006, depois de um esforço de três anos coordenado por Emir Sader, Ivana Jinkings, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile. Há artigos assinados por 123 autores latino-americanos. Desde o título, essa enciclopédia já difere das outras: ela não se propõe nacional ou binacional – como seria o caso de uma *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, da portuguesa Verbo –, mas continental, e de um continente com histórias conflituosas de fronteiras, e marcado por uma violenta colonização que traçou limites imaginários que deram a medida da disputa por sentidos. Limites traçados por um discurso nacional(ista) europeu, que matrizou sua organização geográfica, política, econômica nas Américas. E que coloca na ordem da evidência a nação, não a opressão comum aos povos. Uma enciclopédia chamada *Latinoamericana* desloca, ou pode deslocar, essas fronteiras imaginárias, ao menos num produto editorial. Por que soaria mais natural traduzir e adaptar enciclopédias europeias no Brasil, em vez de se produzir um discurso não autóctone e puro – não é o caso –, mas fundador, no sentido de rearrumar as discursividades em torno do que é ser sujeito latino-americano?

Um outro funcionamento enciclopédico se dá com a produção de uma enciclopédia de saberes médicos tradicionais indígenas. Em junho de 2015³¹, uma ONG anunciou que a tribo indígena amazonense-peruana matsés havia impresso, em maio do mesmo ano, uma enciclopédia de 511 páginas, ilustrada, em sua própria língua, no sentido de tentar preservar sua tradição farmacológica. A obra não está à venda, não ganhou tiragem alta e não é acessível a público externo. Ela tem uma finalidade de conservação de si mesmo, de proteção da tribo. Se estabelecermos um paralelo com a *Enciclopédia bororo*, encontraremos numerosas dessemelhanças, a começar pela língua. A *Bororo* é escrita em língua oficial brasileira por missionários brasileiros e estrangeiros, enquanto a enciclopédia matsés se conserva na língua da tribo. Depois, não há etnografia na obra matsés: não há descrição, como há dos bororos, do índio como o outro, como a alteridade. Por fim, e para não nos alongarmos, podemos falar do leitor. A enciclopédia matsés não é comercializável, e está guardada com a tribo. A imagem de leitor, portanto, em nada coincide com a formulada na *Bororo*, que tem inclusive prefácio de Claude Lévi-Strauss em um de seus volumes. Os matsés não escrevem nem para europeizar nem para serem reconhecidos pelos europeus. Os matsés escrevem para se reencontrar. As enciclopédias hoje já conseguem trabalhar na descolonização. E mais: na mesma medida em que podem ser instrumentos de autonomização e afirmação, podem significar uma reintegração dos grupos oprimidos.

31. <http://acateamazon.org/field-updates/june-2015-field-update/>.

Com o advento da imprensa, o número de livros em circulação aumentou absurdamente, mas as enciclopédias, entre algumas outras publicações, levaram as tiragens a números estratosféricos. Usadas nas universidades, com um público leitor em franca expansão, elas contavam com vendas garantidas. Tudo mudou, mas a imagem de uma apreensão básica da ciência nas enciclopédias, não. Com o advento das tecnologias digitais e da internet, o modo de consulta, o suporte, a relação hipertextual das enciclopédias foi alterada. Mesmo sem pensarmos sobre isso, ainda lemos enciclopédias, ainda que apagando seu nome completo: *Wikipédia*. E talvez nunca se tenha lido tanta enciclopédia. Talvez, com as plataformas colaborativas, nunca tenha sido tão fácil e barato registrar saberes em diferentes plataformas, semioses, suportes. O momento também tem possibilitado que o funcionamento desses instrumentos não repitam tão somente as baladas esclarecedoras e iluministas que tanto predominaram nas enciclopédias. É possível ser diferente. Talvez hoje o Instituto Nacional do Livro conseguisse concluir a publicação de uma enciclopédia brasileira. Ou talvez finalmente notasse que esse modelo não corresponde hoje – nunca correspondeu – a um funcionamento que privilegie a organização dos plurais e heterogêneos saberes brasileiros.

Enciclopédias são apaixonantes, mas carecem de ressignificação.

Referências

COLONO, anno 2, n. 28, 1^o de dezembro de 1856, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=766763>. Acesso em: 10 jan. 2023.

A. Bibliografia consultada

ALTHUSSER, Louis. Teses [1967-1968]. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Tempo Brasileiro*, n. 30/31. Rio de Janeiro, 1973.

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma Enciclopédia à Brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade. In: *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 393-417, 1999.

ANDRADE, Mário de. *A enciclopédia brasileira*. Edição crítica e estudo de Flávia Camargo Toni. São Paulo: Giordano/Loyola/Edusp, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. 2. ed. revista e ampliada. Revisão e atualização: Briquet de Lemos. Rio de Janeiro: Lexikon Editoria Digital; São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

AUROUX, Sylvain. Introduction: Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: AUROUX, Sylvain (org.). *Histoire des idées linguistiques, tome 2: le développement de la grammaire occidentale*. Lière: Mardaga, 1992.

AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. Trad.: Eduardo Guimarães. In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, n. 1. Campinas: Pontes/Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, 1998.

AUROUX, Sylvain. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. Trad.: Sheila Elias de Oliveira. In: *Líguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 20. Campinas: Pontes Editores/Unicamp, 2008.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, Sylvain; MAZIÈRE, Francine. Une “Grammaire générale et raisonnée” em 1651 (1635?): Description et interprétation d’une découverte empirique. In: KIBBEE, Douglas A. *History of linguistics 2005: selected papers from the Tenth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS X)*. Urbana-Champaign, Illinois: John Benjamins Publishing Company, 2007.

BACHELARD, Gaston. Conhecimento comum e conhecimento científico [1953]. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Tempo Brasileiro*, n. 28a. Rio de Janeiro, 1972.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008 [1911].

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação [1970]. Trad.: Marco Antônio Escobar. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento [natural da Bahia]. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para sua história. In: *Em Questão*, v. 11, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 2005.

CANGUILHEM, Georges. O objeto da história das ciências [1968]. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Tempo Brasileiro*, n. 28a. Rio de Janeiro: 1972.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Trad.: Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999 [1997].

DARNTON, Robert. *L'aventure de l'Encyclopédie: 1775-1800*. Prefácio de Emmanuel Le Roy Ladurie. Trad.: Marie-Alyx Revellat. Paris: Editions Points, 2013 [1979].

DARNTON, Robert. *Bohème Littéraire et Révolution: le monde des livres au XVIII^e siècle*. Paris: Gallimard, 2010 [1983].

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad.: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. *O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973)*. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem). Niterói: UFF, 2014.

FEYERABEND, Paul. *A ciência em uma sociedade livre*. Trad.: Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1978].

GAYOT, Gérard; PÊCHEUX, Michel. Recherches sur le discours illuministe au XVIII^e siècle: Louis-Claude de Saint-Martin et les “circonstances”. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26^e année, n. 3-4, 1971. p. 681-704.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIÉ, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história [1986]. Trad.: Suzy Lagazzi, José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. Trad.: Maria da Penha Villalobos; Lólio Lourenço de Oliveira; Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2012 [1985].

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad.: Eni P. Orlandi, com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Trad.: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: *Linguagem*. 3. ed. São Carlos: UFSCar, 2008.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad.: Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992 [1977].

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad.: Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998 [1996].

MARCONI, Diego. Semântica. Trad.: Luiz Fagundes Duarte. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 2: Linguagem – enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MAUNDER, Samuel. The scientific and literary treasure: a new and popular encyclopedia of the belles lettres. Londres: Longman, Brown, Green and Longmans, 1853. Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hn5nwk;view=lup;seq=13>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MEDEIROS, Gutemberg de; SCHNAIDERMAN, Boris Solomônovitch. Entrevista com Boris Solomônovitch Schnaiderman. *Revista USP*, São Paulo, n. 75, p. 86-100, set./nov. 2007.

MEDEIROS, Vanise; FERRARI, Alexandre. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. *ANPOLL*, 32: Linguística: linguagem, história e acontecimento, 2012. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/615>. Acesso em: 9 set. 2012.

MOLLIER, Jean-Yves. Bibliothèques de Babel: collections, dictionnaires et encyclopédies. In: CORBIN, Alain et alii (orgs.). *L'invention du XIX^e siècle: le XIX^e siècle par lui-même* (littérature, histoire, société). Paris: Klincksieck/Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1999.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. Tese de doutorado (História). Niterói: UFF, 2011.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionário, ciência e desenvolvimento nos tempos JK. *In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro: Faperj; Campinas: Editora RG, 2010a.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. *In: Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*, v. 3, n. 1/2. Brasília: 2010b.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. *In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008a.

NUNES, José Horta. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *In: Alfa*, 52 (1). São Paulo: 2008b.

NUNES, José Horta. Enciclopédia, Estado e Escola os Sentidos de Música. *In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). Cidade, linguagem e tecnologia: 20 anos de história*. Campinas: Labeurb, 2013.

NUNES, José Horta. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. *In: ORLANDI, Eni P. Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

NUNES, José Horta. Para uma história do discurso enciclopédico no Brasil. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional da Anpoll*. Niterói: UFF, 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll-2010-2012/resumos/josehorta.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras*. Academia Brasília dos Rejeitados. Tese de doutorado (Letras). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.

OITICICA, Ricardo. Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 116. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

ORLANDI, Eni. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. In: *Rua*, n. 4. Campinas: Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad.: Eni Orlandi et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas [1975]. Trad.: Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória*. Almanaque Abril: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: Edusc, 2009.

SALLES, Vicente. Metamorfoses da colônia. In: *Brasil açucareiro*, n. 2, v. 82, ano 41. Rio de Janeiro: ago. 1972.

SANTOS, Jorge Viana. Diferença na igualdade: sentidos de trabalho associados à liberdade no Brasil escravagista e no Brasil contemporâneo. In: FONSECA, Rodrigo Oliveira. *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

SCOTTA, Larissa. *Da enciclopédia enquanto um círculo que se fecha à Wikipédia enquanto uma rede que se abre: um*

gesto interpretativo. Dissertação de mestrado (Letras). Santa Maria: UFSM, 2008.

SÉRIOT, Patrick. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. *In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, n. 7. Campinas: Unicamp/Nudecri, março 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 7. ed. atualizada. São Paulo: Difel, 1982.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *In: Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TONI, Flávia Camargo. A enciclopédia brasileira. *In: ANDRADE, Mário de. A enciclopédia brasileira*. Edição crítica e estudo de Flávia Camargo Toni. São Paulo: Giordano/Loyola/Edusp, 1993.

VALLADÃO, Alfredo. A primeira Encyclopedia Popular no Brasil. *In: VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa*, v. 3. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1942.

HANNA. Direção: Joe Wright. Roteiristas: Seth Lochhead; David Farr. 111 minutos, colorido. 2011.

B. Bibliografia analisada

ABRIL CULTURAL. *Enciclopédia da mulher*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1973].

ABRIL CULTURAL. *Tudo*: dicionário enciclopédico ilustrado. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

BRASIL. DECRETO-LEI N. 93 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm#. Acesso em: 7 fev. 2023.

CARLYLE, Thomas. Un auténtico fantasma. In: BORGES, Jorge Luís; BIOY CASARES, Adolfo, OCAMPO, Silvina (orgs.). *Antología de la literatura fantástica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

D’ALEMBERT, Jean le Rond. Discurso preliminar dos editores [junho de 1751]. PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças de (orgs.). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências e dos ofícios*, v. 1: discurso preliminar e outros textos. Trad.: Fúlvia Moretto, Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ALSTED, Johann Heinrich. *Johannis Henrici Alstedii, encyclopaedia septem tomis distincta* (...). Herborn, Alemanha: Typis G. Corvini, 1630.

ANDRADE, Mário de. *A enciclopédia brasileira*. Edição crítica e estudo de Flávia Camargo Toni. São Paulo: Giordano/Loyola/Edusp, 1993.

ANDRADE, L.A. Navarro de (red.). *Ilustração brasileira: jornal encyclopedico* [Tem por colaboradores grande numero de homens dos mais distinctos do paiz.]. anno 1, n. 4. Rio de Janeiro, 1861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=737534&pesq=>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARSA. *Livro do ano Barsa*, 1965: anuário ilustrado dos principais acontecimentos ocorridos no mundo no ano de 1964. Editor: Manuel Hinojosa Flores. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, c1965.

ARCHIVO. *O Archivo Ilustrado*: encyclopédia noticiosa, científica e litteraria. São Paulo: 1899.

BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia rio-grandense*, v. 1: O Rio Grande antigo. Canoas, RS: Editora Regional, 1956.

BRISO, Caio Barretto. Enciclopédia de Mário de Andrade é concluída. In: *Folha de S. Paulo*, 10 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011200915.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARLYLE, Thomas. Um fantasma autêntico. In: BORGES, José Luis; CASARES, Adolfo Bioy; OCAMPO, Silvina (orgs.). *Antologia da literatura fantástica*. Trad.: Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1965].

CHAMBERS, Ephraim. *Cyclopaedia: or, An universal dictionary of arts and sciences* (1728): containing the definitions of the terms, and accounts of the things signify'd thereby, in the several arts, both liberal and mechanical, and the several sciences, human and divine. London: James and John Knapton, 1728.

COLONO. *O Colono de Nossa Senhora do O'*: Encyclopedia popular de Agricultura, Industria, Navegação, e Artes mechanicas. Pará: Typographia ao Largo do Carmo, 1855-1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=766763&PagFis=6&Pesq=>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DELTA. *Enciclopédia da mulher e da família*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1971.

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Angelo Jayme (eds.). *Enciclopédia bororo*, v. 1. Campo Grande, MS: Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Pesquisas Etnográficas, 1962.

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Angelo Jayme (eds.). *Enciclopédia bororo*, v. 3, p. 1. Campo Grande, MS: Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Pesquisas Etnográficas, 1976.

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Angelo Jayme (eds.). *Enciclopédia bororo*, v. 3, p. 2. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA EDITORES. *Enciclopédia Barsa*: elaborada sob a supervisão dos editôres da Encyclopædia Britannica. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopædia Britannica Editores, 1964.

FLAMBOYANT. *Saber viver* [Ela enciclopédia]. Trad. e adapt.: Lúcia Jordão Villela. São Paulo: Flamboyant, 1967.

GALEANO, Eduardo Galeano. *Os filhos dos dias*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

HANKE, Adolpho Kurth. *50 anos, formandos de geologia 1960*. Porto Alegre: 2010.

INL. *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira*: edição patrocinada pela Fundação Edmundo Bittencourt. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro [INL], 1958.

LAROUSSE. *Larousse du XX siècle*. Publié sous la direction de Paul Augé. Paris [França]: Librairie Larousse, c1928-1933.

LEIPPE, Ulla; REX, Axel. *Eu quero saber*: moderna enciclopédia juvenil. Ilustrações: Hannes Limmer. São Paulo: Paulinas, 1977.

LIVRARIA MARTINS. *Ler e saber*: enciclopédia juvenil em cores. Trad.: Jacob Penteadó. São Paulo: Livraria Martins, 196?.

LONGMAN, BROWN, GREEN, LONGMANS & ROBERTS. *The Scientific and Literary Treasury: a New and Popular*

Encyclopedia of the Belles Lettres. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

MARIANI, Bethania. Três enciclopédias brasileiras: um percurso. In: SALOMÃO, Sonia Netto (org.). *Temas da língua portuguesa: do pluricentrismo à didática*. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2020.

MÉRITO. *Enciclopédia brasileira Mérito*. São Paulo: Editora Mérito, 1958.

OURIQUE, Manuel (red.). *Almanach do Armazem Encyclopédico: contendo o calendario, informações uteis e catalogo dos artigos que compõe o seu variadissimo sortimento*. 8. ed. Volta Redonda: Typ. do Cometa, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216305&pesq=>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PECHINCHA, Panfuncio Semicupio. *Encyclopedia do riso e da galhofa em prosa e verso, repertorio de aneddotas joviaes, nacionaes e estrangeiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1873 [1863].

PORTO ALEGRE, Augusto (dir.). *Almanak Encyclopedico Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: 1897.

SÁ [PEREIRA DE CASTRO], Eduardo de. *Encyclopedia artistica para o lycêo das artes e officios do Rio de Janeiro pelo bacharel E. de Sá*. 1ª parte. Rio de Janeiro: Livr. Classica de Nicolao Alves, 1870.

SÁNCHEZ, José Luis (ed.). *Enciclopédia do Brasil*. Rio de Janeiro: Oceano, 2009.

SCHOTT, Gaspar. P. [Gasparis Schotti]. *Cursus mathematicus, sive absoluta omnium mathematicarum disciplinarum encyclopaedia, in libros XXVIII...: Accessunt in fine theoreses mechanicae n [?]*. Joanni Martino Schonwettero, 1693 [1677]. Disponível em: <http://www.uni-mannheim.de/mateo/came-naref/schott.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TORRES, Bolívar. Enciclopédia concebida por Mário de Andrade afinal se concretiza. *In: Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2009/11/10/enciclopedia-concebida-por-mario-de-andrade-afinal-se-concretiza/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. IX. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881-1882.

VALLE, José Antonio do. *Elementos de Pharmacia homoeopathica para uso da Escola de Medicina homoeopathica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1846.

VALLE, José Antonio do (diretor-chefe). *Encyclopedia dos conhecimentos uteis*. Rio de Janeiro: 1846.

VALLE, José Antonio do. *Encyclopedia e dictionario internacional: organizado e redigido com a collaboração de distinctos homens de sciencia e de letras brasileiros e portuguezes*. Rio de Janeiro/Nova York: W. M. Jackson, 1920-1930(?).

VALLE, José Antonio do. *Thesouro da juventude*: encyclopedia em que se reúnem os conhecimentos que todas as pessoas cultas necessitam possuir, oferecendo-os em forma adequada para o proveito e entretenimento dos meninos. Rio de Janeiro/ Nova York: W. M. Jackson, 1935 [1925]

VEIGA, Bernardo Saturnino da (ed.). *Encyclopedia popular*. Campanha, MG: Typographia do Monitor Sul-Mineiro de Bernardo Saturnino da Veiga, 1879.

VERBO. *Verbo*: enciclopédia luso-brasileira de cultura. Lisboa: Editorial Verbo, 1963-.

W. M. JACKSON. *The Book of Knowledge*. John... Nova York: W. M. Jackson, 1910.

Sobre o autor

PHELLIPE MARCEL DA SILVA ESTEVES é jornalista formado na UFRJ, com licenciatura em Língua Portuguesa concluída na Universidade Cândido Mendes (Ucam). Mestre em Letras (ênfase em Língua Portuguesa) pela Uerj e doutor em Estudos da Linguagem pela UFF, dedicou-se, ao longo de sua trajetória acadêmica, à Análise de Discurso pêcheuxiana e à História das Ideias Linguísticas, num esforço de se aprofundar na perspectiva materialista. Realizou, entre 2014 e 2015, um estágio de residência em pesquisa na Fundação Biblioteca Nacional, do qual decorre este livro. Recentemente, tem se dedicado a uma interface entre a teoria do discurso e a história do livro. É, hoje, professor do Departamento de Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Uerj. Contato em: phellipemarc@gmail.com.

CADERNOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

Volumes publicados

1. *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Matias Aires.
2. *Swift*. Rui Barbosa.
3. *Os meus balões*. Alberto Santos Dumont.
4. *O bibliotecário do rei*. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Marcus Venicio Ribeiro e Mônica Auler (Orgs.).
5. *Senhora das imagens internas*. Escritos dispersos de Nise da Silveira. Martha Pires Ferreira (Org.).
6. *Caderneta de campo*, Euclides da Cunha. Olímpio de Souza Andrade (Org.).
7. *Escoço biográfico de Dom Pedro I*. Maria Graham.
8. *O Japão*. Aluísio de Azevedo.
9. *Diário Carioca*. O jornal que mudou a imprensa brasileira. Cecília Costa.
10. *O pós-modernismo*: José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Nelson Werneck Sodré.
11. *Doze horas em diligência*: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora. Revert Henry Klumb.
12. *Psicologia urbana*. João do Rio.
13. *Os dias passam...* João do Rio.
14. *No tempo de Wenceslau...* João do Rio.
15. *Juliano Moreira*: estudos de um pioneiro da psiquiatria no Brasil. Christianne Theodoro de Jesus (Org.).
16. *Dois dedos de prosa*: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida. Angela di Stasio, Anna Faedrich e Marcus Venicio Ribeiro (Orgs.).

17. *O violão na corte imperial*. Marcia E. Taborda.
18. *De Musas e Sereias*: a presença dos seres que cantam a poesia. Leonardo Davino de Oliveira.
19. *Periódicos & Literatura*: aproximações. Fernando Monteiro de Barros Júnior (*In memoriam*), Raquel França dos Santos Ferreira (Orgs.).

Impresso por Tavares & Tavares Ltda.
Composição em Bodoni MT St
Capa em Duo Design 300 g/m²
Miolo em Pólen Soft 80 g/m²



Há um número gigantesco de enciclopédias impressas no exterior, e especialmente no Brasil, mas um grande vácuo na pesquisa relativa a elas. Tantas informações e sentidos científicos silenciados, apagados da pesquisa epistemológica, e pouco resgate dessa memória, da disputa por espaço na enciclopédia, da luta por compor o conhecimento, do desejo de se fazer circular a ciência do país e no país. Existe toda uma história da divulgação científica (e da própria formação da ciência) no Brasil que carece de consecução, simplesmente porque se ignora as enciclopédias como espaço privilegiado em que se produz efeitos de sentido sobre esses objetos; e que são, por si só, objetos de ciência. Com uma teorização escrita de modo leve, este livro busca corrigir esse problema pela via da Análise do Discurso, da História das Ideias Linguísticas e da História do Livro.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISBN: 978-65-5940-017-1



9 786559 400171